

# **BASES EPISTEMOLÓGICAS DA GEOGRAFIA ECONÔMICA E DO TRABALHO**

**Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz  
Ricardo Alexandrino Garcia**



**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível  
Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento -  
88881.083131/2024-01".**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**AUTORES:**

**UILMER RODRIGUES XAVIER CRUZ**

**RICARDO ALEXANDRINO GARCIA**

**GEOGRAFIA ECONÔMICA E GEOGRAFIA DO TRABALHO**

Palavras iniciais: Disciplina Geografia Econômica E Geografia do Trabalho lecionada pelos autores desta revisão de literatura proveniente do estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências — Programa de Pós-graduação em Geografia.

O livro foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - 88881.083131/2024-01". Bolsa de pós-doutorado - (PIPD).



**BELO HORIZONTE**

**2025**

Copyright © 2025 by Gradus Editora

Direitos desta edição reservados aos autores. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

Capa: Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz e Ricardo Alexandrino Garcia

Diagramação: Sergio Ricardo Ferreira Sândico

Editoração: Lucas Almeida Dias

Projeto gráfico: Lucas Rafael da Silva

Revisão: Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz e Ricardo Alexandrino Garcia

Edição em Versão Impressa: 1º de maio de 2025

Edição em Versão Digital: 1º de maio de 2025

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C957c Cruz, Uilmer Rodrigues Xavier da. Garcia, Ricardo Alexandrino.

Geografia Econômica / Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz; Ricardo Alexandrino Garcia. Bauru, SP: Gradus Editora, 2025.

294 p.; il.

Recurso digital

Formato: PDF

Requisitos do sistema: Multiplataforma

ISBN: 978-65-81033-69-9

1. Geografia. 2. Econômica. 3. Capitalismo. 4. Produção Social.  
5. Bases Epistemológicas. 6. Conceitos e teorias. II. Garcia, Ricardo Alexandrino.  
III. Título.

Sergio Ricardo Ferreira Sândico – Bibliotecário CRB 7/5094

## **Conselho Editorial**

Dr. Carlos Gomes de Castro

Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana Dos Santos

Dr. Fábio Roger Vasconcelos

Dr. Gustavo Schmitt

Dr. Leandro Antônio dos Santos

Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa

Dr. Thiago Henrique Omena

Dr. Tiago Yamazaki Izumida Andrade

Dr. Vitor Sérgio de Almeida

Dr. Yan Corrêa Rodrigues

Dra. Janaína Muniz Picolo

Dra. Ana Beatriz Duarte Vieira

Dra. Ana Cláudia Bortolozzi

Dra. Andreia de Bem Machado

Dra. Cintya de Oliveira Souza

Dra. Daniela Marques Saccaro

Dra. Gladys del Carmen Medina Morales

Dra. Janaína Muniz Picolo

Dra. Manuela Costa Melo

Dra. Márcia Lopes Reis

Dra. Renata Cristina Lopes Andrade

Ma. Ana Lydia Sant' Anna Perrone

Ma. Camila Mossi Quadros  
Ma. Élide Cristina de Carvalho Castilho  
Me. Denise Leite Peruzzo  
Me. Dorgival Pereira da Silva Netto  
Me. Filipe Pimenta Carota  
Me. Jean Carlos da Silva Roveri  
Me. José Augusto A. Rabelo

**Gradus Editora**

Rua Luiz Gama, 236 - Vila Independência - Bauru-SP – 17054-  
300 - Telefones: 55 14 98216-6549 – 14 3245-7675

[www.graduseditoria.com](http://www.graduseditoria.com)

## **APRESENTAÇÃO**

A relação entre espaço e trabalho é central para compreender as dinâmicas socioeconômicas que moldam o mundo contemporâneo. O capitalismo, ao longo de sua consolidação, reorganizou territórios e redefiniu as condições de vida da classe trabalhadora, estabelecendo hierarquias espaciais que determinam acessos, oportunidades e desigualdades. A mobilidade do trabalho, frequentemente apresentada como liberdade, revela-se, na realidade, uma adaptação compulsória às exigências do sistema produtivo.

Desse modo, a cidade, enquanto palco da luta de classes, reflete essas contradições ao estruturar-se de maneira desigual. A segregação espacial, a falta de infraestrutura e a precarização das condições de moradia e transporte são expressões diretas da exploração do trabalho. O espaço urbano, longe de ser apenas um local de circulação e produção, é também um mecanismo de controle e exclusão, no qual a lógica do capital dita quem pode usufruir dos direitos à cidade e quem é forçado à marginalização.

Além disso, a divisão internacional do trabalho reforça a dependência econômica e a expropriação de recursos, perpetuando um modelo que concentra riquezas em centros hegemônicos e impõe condições de exploração aos países

periféricos. Nesse contexto, o trabalhador imigrante torna-se um símbolo da crise capitalista, deslocado pela busca por sobrevivência e submetido a novas formas de opressão e humilhação. O trabalho invisível, em especial o feminino e racializado, sustenta essa engrenagem, evidenciando que as desigualdades vão além da classe e atravessam também o gênero e a raça.

A apropriação privada de bens comuns, a mercantilização dos espaços e a especulação imobiliária reforçam um modelo de cidade que serve ao capital, enquanto expulsa os trabalhadores para periferias desprovidas de direitos básicos. Dessa forma, a luta pelo espaço torna-se, simultaneamente, uma luta pelo trabalho e pela dignidade.

Diante dessas contradições, pensar a Geografia Econômica e a Geografia do Trabalho é pensar a própria estrutura do sistema econômico em que vivemos. A resistência da classe trabalhadora, seja nas ocupações urbanas, nas greves ou na reivindicação do direito à cidade, evidencia que a luta não é apenas por melhores condições materiais, mas por uma reorganização do espaço social. Assim, o estudo das relações entre Geografia Econômica e a Geografia do Trabalho nos permite enxergar que a emancipação não se dará sem a transformação das estruturas espaciais que sustentam a exploração capitalista.

**Prof. Dr. Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz**

**Prof. Dr. Ricardo Alexandrino Garcia**

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: MEGARREGIÕES, CIRCUITOS PRODUTIVOS E A CRÍTICA ÀS TEORIAS CLÁSSICAS DE LOCALIZAÇÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA..... | 12 |
| INTRODUÇÃO.....                                                                                                                                                           | 16 |
| TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO .....                                                                                                               | 19 |
| TEORIAS CLÁSSICAS DE LOCALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....                                                                                                         | 20 |
| MEGARREGIÕES E SUA RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE AGLOMERAÇÃO E DISPERSÃO DO CAPITAL .....                                                                                   | 61 |
| CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS .....                                                                                                                                      | 67 |
| CONCLUSÃO .....                                                                                                                                                           | 72 |
| AGRADECIMENTOS .....                                                                                                                                                      | 75 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                                                                                                         | 75 |
| FINANCEIRIZAÇÃO, DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA POR MEIO DE REVISÃO DE LITERATURA .....                        | 77 |
| INTRODUÇÃO.....                                                                                                                                                           | 80 |
| FINANCEIRIZAÇÃO, DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS                                                                                                                             | 83 |

|                                                                                                                             |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>BASES TEÓRICAS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUA EXPRESSÃO NO ESPAÇO URBANO .....</b>                                | <b>84</b>  |
| <b>DESIGUALDADES REGIONAIS E A DINÂMICA DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL: O NORDESTE E A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.....</b> | <b>96</b>  |
| <b>PROCESSOS DE FINANCEIRIZAÇÃO E ESPOLIAÇÃO URBANA .....</b>                                                               | <b>123</b> |
| <b>ALTERNATIVAS POLÍTICAS E LUTAS SOCIAIS PELO DIREITO À CIDADE .....</b>                                                   | <b>137</b> |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>                                                                                                       | <b>143</b> |
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>                                                                                                 | <b>145</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                    | <b>145</b> |
| <b>TRANSFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS GLOBAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO SÉCULO XXI.....</b>          | <b>148</b> |
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                      | <b>151</b> |
| <b>A TRANSFORMAÇÃO GEOPOLÍTICA GLOBAL .....</b>                                                                             | <b>154</b> |
| <b>A RECONFIGURAÇÃO DO PODER ECONÔMICO GLOBAL E O PAPEL DOS BRICS .....</b>                                                 | <b>155</b> |
| <b>O DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....</b>                                                                                     | <b>166</b> |
| <b>O CONTEXTO BRASILEIRO .....</b>                                                                                          | <b>175</b> |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>                                                                                                       | <b>193</b> |
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>                                                                                                 | <b>195</b> |

|                                                                                                                                |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                       | <b>195</b> |
| <b>INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA ECONOMIA DO CONHECIMENTO: Uma análise crítica das dinâmicas brasileiras. ....</b> | <b>197</b> |
| <b>INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA ECONOMIA DO CONHECIMENTO.....</b>                                                 | <b>203</b> |
| <b>EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA ECONÔMICA E PARADIGMAS TECNO-ECONÔMICOS .....</b>                                                     | <b>203</b> |
| <b>EMPREENDEDORISMO E SISTEMAS DE INOVAÇÃO.....</b>                                                                            | <b>216</b> |
| <b>TERRITORIALIZAÇÃO: DESIGUALDADES REGIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>                                                    | <b>230</b> |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>                                                                                                          | <b>236</b> |
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>                                                                                                    | <b>239</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                       | <b>239</b> |
| <b>GEOGRAFIA E TRABALHO: UM ENSAIO TEÓRICO .....</b>                                                                           | <b>241</b> |
| <b>INTRODUÇÃO / CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>                                                                               | <b>242</b> |
| <b>ENSAIO TEÓRICO.....</b>                                                                                                     | <b>245</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                               | <b>284</b> |
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>                                                                                                    | <b>286</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                       | <b>287</b> |
| <b>SOBRE OS AUTORES .....</b>                                                                                                  | <b>290</b> |

# **TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: MEGARREGIÕES, CIRCUITOS PRODUTIVOS E A CRÍTICA ÀS TEORIAS CLÁSSICAS DE LOCALIZAÇÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

## **RESUMO**

A geografia econômica contemporânea tem sido profundamente transformada pelos processos de globalização, financeirização e revolução tecnológica, que reconfiguram as dinâmicas espaciais em escala global. Essas transformações desafiam as teorias clássicas de localização e desenvolvimento regional, como a Teoria das Localidades Centrais de Christaller e as abordagens neoclássicas de Krugman, que frequentemente negligenciam fatores como desigualdades socioespaciais, especificidades institucionais e transformações tecnológicas. Sendo assim, este artigo busca contribuir para o debate acadêmico ao revisar e atualizar conceitos fundamentais da geografia econômica, como os circuitos espaciais produtivos e as megarregiões, à luz das transformações do capitalismo contemporâneo. O problema central investigado é a insuficiência das teorias clássicas para explicar as dinâmicas espaciais do capitalismo globalizado. O objetivo geral é analisar essas transformações, com foco na formação de megarregiões e circuitos espaciais produtivos, e discutir suas implicações para a geografia econômica. Os objetivos específicos incluem: (1) revisar criticamente as teorias clássicas de localização e desenvolvimento regional; (2) analisar a formação de megarregiões como expressão das dinâmicas de aglomeração e dispersão do capital globalizado; (3) discutir o conceito de circuito espacial produtivo; e (4) refletir sobre o papel da geografia como ciência crítica. A metodologia adotada consiste em uma revisão de literatura que integra contribuições de autores clássicos e contemporâneos, como Milton Santos, Paul Krugman e Sandra Lencioni, dentre outros. A análise é baseada em estudos de caso e dados empíricos que ilustram as transformações espaciais do capitalismo globalizado, com

ênfase nas dinâmicas de urbanização, financeirização e integração regional. Em conclusão, o estudo reforça a importância de se considerar a totalidade do espaço em suas múltiplas escalas e dimensões, integrando contribuições teóricas e empíricas para uma compreensão mais robusta das transformações espaciais do capitalismo contemporâneo. A geografia, como ciência engajada, tem um papel fundamental nesse processo, ao desvendar as contradições do espaço e apontar caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

**Palavras-chave:** Globalização. Megarregiões. Circuitos espaciais produtivos. Financeirização.

## **ABSTRACT**

Contemporary economic geography has been profoundly transformed by the processes of globalization, financialization, and technological revolution, which reconfigure spatial dynamics on a global scale. These transformations challenge classical theories of location and regional development, such as Christaller's Central Place Theory and Krugman's neoclassical approaches, which often overlook factors such as socio-spatial inequalities, institutional specificities, and technological transformations. Thus, this article aims to contribute to the academic debate by revisiting and updating fundamental concepts of economic geography, such as productive spatial circuits and megaregions, in light of the transformations of contemporary capitalism. The central issue investigated is the insufficiency of classical theories to explain the spatial dynamics of globalized capitalism. The general objective is to analyze these transformations, focusing on the formation of megaregions and productive spatial circuits, and discussing their implications for economic geography. The specific objectives include: (1) critically reviewing classical theories of location and regional development; (2) analyzing the formation of megaregions as an

expression of the dynamics of agglomeration and dispersion of globalized capital; (3) discussing the concept of productive spatial circuits; and (4) reflecting on the role of geography as a critical science. The methodology adopted consists of a literature review integrating contributions from classical and contemporary authors, such as Milton Santos, Paul Krugman, and Sandra Lencioni, among others. The analysis is based on case studies and empirical data that illustrate the spatial transformations of globalized capitalism, with an emphasis on urbanization, financialization, and regional integration dynamics. In conclusion, the study reinforces the importance of considering the totality of space in its multiple scales and dimensions, integrating theoretical and empirical contributions for a more robust understanding of the spatial transformations of contemporary capitalism. Geography, as an engaged science, plays a fundamental role in this process by uncovering the contradictions of space and pointing out pathways for building a fairer and more inclusive society.

**Keywords:** Globalization. Megaregions. Productive spatial circuits. Financialization.

## **RESUMEN**

La geografía económica contemporánea se ha visto profundamente transformada por los procesos de globalización, financiarización y revolución tecnológica, que reconfiguran la dinámica espacial a escala global. Estas transformaciones desafían las teorías clásicas de ubicación y desarrollo regional, como la teoría de localidades centrales de Christaller y los enfoques neoclásicos de Krugman, que a menudo descuidan factores como las desigualdades socioespaciales, las especificidades institucionales y las transformaciones tecnológicas. Por ello, este artículo busca contribuir al debate académico revisando y actualizando conceptos fundamentales de la geografía económica, como los circuitos espaciales

productivos y las megaregiones, a la luz de las transformaciones del capitalismo contemporáneo. El problema central investigado es la insuficiencia de las teorías clásicas para explicar la dinámica espacial del capitalismo globalizado. El objetivo general es analizar estas transformaciones, centrándose en la formación de megaregiones y circuitos espaciales productivos, y discutir sus implicaciones para la geografía económica. Los objetivos específicos incluyen: (1) revisar críticamente las teorías clásicas de ubicación y desarrollo regional; (2) analizar la formación de megaregiones como expresión de la dinámica de aglomeración y dispersión del capital globalizado; (3) discutir el concepto de circuito espacial productivo; y (4) reflexionar sobre el papel de la geografía como ciencia crítica. La metodología adoptada consiste en una revisión de literatura que integra contribuciones de autores clásicos y contemporáneos, como Milton Santos, Paul Krugman y Sandra Lencioni, entre otros. El análisis se basa en estudios de casos y datos empíricos que ilustran las transformaciones espaciales del capitalismo globalizado, con énfasis en la dinámica de la urbanización, la financiarización y la integración regional. En conclusión, el estudio refuerza la importancia de considerar la totalidad del espacio en sus múltiples escalas y dimensiones, integrando aportes teóricos y empíricos para una comprensión más robusta de las transformaciones espaciales del capitalismo contemporáneo. La geografía, como ciencia comprometida, juega un papel fundamental en este proceso, al revelar las contradicciones del espacio y señalar caminos para construir una sociedad más justa e inclusiva.

**Palabras clave:** Globalización. Megarregiones. Circuitos espaciales productivos. Financiarización.

## INTRODUÇÃO

A geografia econômica atual tem passado por intensas transformações impulsionadas pela globalização, financeirização e avanços tecnológicos, os quais remodelam as dinâmicas espaciais em nível mundial. Essas mudanças desafiam os paradigmas tradicionais de localização e desenvolvimento regional, demandando abordagens que contemplem não apenas fatores econômicos, mas também aspectos sociais, políticos e ambientais da organização do espaço. Diante desse cenário, este artigo visa contribuir para o debate acadêmico ao reexaminar e atualizar conceitos essenciais da geografia econômica, como circuitos espaciais produtivos, megarregiões e espaço total, considerando as reconfigurações do capitalismo contemporâneo.

O estudo investiga a capacidade das teorias clássicas de localização e desenvolvimento regional para interpretar as dinâmicas espaciais do capitalismo globalizado. Embora modelos como a Teoria das Localidades Centrais de Christaller e as abordagens neoclássicas de Krugman tenham sido fundamentais para o desenvolvimento da disciplina, eles apresentam limitações ao negligenciar desigualdades socioespaciais, particularidades institucionais e transformações tecnológicas. Além disso, o surgimento de novas configurações espaciais, como as megarregiões e os circuitos produtivos

globalizados, exige uma revisão crítica dessas teorias, incorporando perspectivas interdisciplinares e escalas de análise mais abrangentes.

O objetivo principal deste artigo é examinar as mudanças espaciais decorrentes do capitalismo contemporâneo, com ênfase na formação de megarregiões e circuitos espaciais produtivos, além de discutir suas repercussões para a geografia econômica. Para tanto, propõem-se os seguintes objetivos específicos: (1) realizar uma revisão crítica das teorias clássicas de localização e desenvolvimento regional, ressaltando suas contribuições e limitações; (2) analisar o fenômeno das megarregiões como reflexo das dinâmicas de aglomeração e dispersão do capital global; (3) aprofundar a compreensão do conceito de circuito espacial produtivo e sua relevância para o estudo das redes de produção e circulação; e (4) refletir sobre a geografia como ciência crítica, capaz de evidenciar as contradições e desigualdades da produção do espaço.

A metodologia utilizada fundamenta-se em uma revisão bibliográfica que contempla contribuições de autores clássicos e contemporâneos da geografia econômica, como Milton Santos, Paul Krugman, Sandra Lencioni e Peter Sunley, entre outros. A abordagem interdisciplinar permite integrar conceitos da geografia, economia, sociologia e ciência política, proporcionando uma análise mais ampla das dinâmicas espaciais do capitalismo globalizado. A pesquisa baseia-se em

estudos de caso e dados empíricos que ilustram as reconfigurações espaciais contemporâneas, com ênfase nos processos de urbanização, financeirização e integração regional. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados acadêmicas como IBICT, CAPES, Google Scholar, SciELO, ResearchGate e Scopus, aplicando filtros específicos para delimitar as pesquisas às áreas de Geografia, Geografia Econômica.

A seleção dos textos seguiu critérios rigorosos, priorizando publicações de acesso livre e gratuito, garantindo a transparência e a acessibilidade da pesquisa. O processo de triagem envolveu uma análise detalhada de títulos e resumos, complementada pela leitura integral dos materiais inicialmente selecionados. Em alguns casos, textos que pareciam pertinentes foram descartados após uma avaliação mais aprofundada, sendo substituídos por referências mais adequadas ao escopo do estudo. Esse rigor metodológico assegura que a análise se baseie em um conjunto de fontes refinado, contribuindo para a consistência dos resultados e das interpretações apresentadas.

A importância deste artigo para as ciências geográficas reside em sua contribuição para a atualização teórica e metodológica da geografia econômica, considerando os desafios impostos pela globalização e pela revolução tecnológica. Ao revisar conceitos como espaço total, circuitos espaciais produtivos e megarregiões, a pesquisa propõe uma

abordagem integrada que supera as limitações das teorias tradicionais, incorporando múltiplas escalas e dimensões do espaço geográfico. Além disso, ao enfatizar as contradições e desigualdades na produção do espaço no capitalismo contemporâneo, o artigo reforça o papel da geografia como uma ciência crítica, comprometida com a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

## **TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

O referencial teórico deste estudo baseia-se na análise de diversos artigos que discutem as transformações espaciais do capitalismo contemporâneo, cada um contribuindo com perspectivas e abordagens complementares. Inicialmente, serão apresentados estudos que revisitam as teorias clássicas de localização e desenvolvimento regional, destacando suas contribuições e limitações diante das dinâmicas globais atuais. Em seguida, será explorado o conceito de megarregiões e sua relação com os processos de aglomeração e dispersão do capital. Posteriormente, será feito um estudo dos circuitos espaciais produtivos, evidenciando seu papel na organização das redes de produção e circulação. Enfim, a análise sequencial desses trabalhos permitirá uma visão abrangente sobre o tema, possibilitando a construção de um arcabouço teórico sólido para a investigação proposta.

## **TEORIAS CLÁSSICAS DE LOCALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

O primeiro texto a ser discutido é “A diversidade das geografias econômicas”, de Paul Claval, que traça um panorama histórico e teórico da evolução da geografia econômica, desde suas origens no século XIX até as abordagens contemporâneas. O autor destaca que a geografia econômica moderna emergiu de uma complexa interação entre diversas disciplinas, como a estatística, a economia e a geografia clássica, e foi influenciada por diferentes correntes de pensamento ao longo do tempo (CLAVAL, 2013).

A geografia econômica clássica, desenvolvida no século XIX em um contexto de expansão do comércio internacional e especialização regional, tinha um caráter essencialmente descritivo, focando na produção e nos fluxos de bens comercializados, enquanto ignorava atividades de autoprodução e autoconsumo. Autores como Karl Andrée e Götz foram fundamentais na sistematização dessa disciplina, que se concentrava em aspectos como a distribuição de recursos naturais, a influência das técnicas agrícolas e industriais, e a cartografia dos fluxos econômicos. Além disso, essa abordagem teve um papel importante no ensino médio, servindo como ferramenta para compreender a economia global e reforçar identidades nacionais (CLAVAL, 2013).

Na sequência, Claval aborda a geografia econômica influenciada pela economia espacial, que surgiu no século XX, mas teve seus precursores no século XIX, como Von Thünen e Alfred Weber. Essa abordagem ganhou força nas décadas de 1950 e 1960, baseando-se na premissa de que os agentes econômicos agem racionalmente para maximizar lucros ou utilidades. Economistas como August Lösch e Walter Christaller desenvolveram teorias sobre a localização das atividades econômicas, considerando fatores como custos de transporte e distância (CLAVAL, 2013).

Embora tenha trazido contribuições importantes, especialmente no estudo das cidades e redes urbanas, a geografia econômica inspirada pela economia espacial foi criticada por sua base teórica limitada, que não considerava adequadamente o progresso técnico e as economias de escala. Apesar dessas críticas, essa abordagem exerceu grande influência, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde métodos quantitativos foram amplamente utilizados para testar modelos teóricos (CLAVAL, 2013).

Claval também discute a influência da economia política na geografia econômica, destacando que, no século XVIII e início do XIX, a economia era entendida como uma ciência das relações entre classes sociais, focando na distribuição da riqueza e nas dinâmicas de exploração. Essa perspectiva, no entanto, perdeu força após 1840, mesmo entre os marxistas,

que, embora reconhecessem a importância do espaço na acumulação primitiva, negligenciaram o tema em análises posteriores (CLAVAL, 2013).

A geografia econômica de inspiração marxista ressurgiu nos anos 1950, com foco no subdesenvolvimento do Terceiro Mundo, argumentando que os países industrializados impediam a industrialização das nações mais pobres. Contudo, o rápido desenvolvimento econômico de países asiáticos nas décadas de 1960 e 1970 desafiou essa interpretação. Nos anos 1970, a geografia radical, influenciada por David Harvey, reintroduziu a crítica social na geografia econômica, destacando a rigidez do capital e a necessidade de mudanças periódicas na localização dos investimentos (CLAVAL, 2013)

Além das abordagens clássicas e inspiradas pela economia espacial e política, Claval explora as chamadas "alter-geografias econômicas", que surgiram como críticas às visões tradicionais da economia, especialmente no que diz respeito à ênfase na competição. Essas abordagens foram influenciadas por correntes como o anarquismo e a antropologia econômica (CLAVAL, 2013).

No século XIX, geógrafos anarquistas como Piotr Kropotkin e Elisée Reclus destacavam a cooperação entre os seres humanos como uma força mais relevante do que a competição. Kropotkin, em particular, criticava a exploração excessiva da natureza e defendia a descentralização econômica,

impulsionada pelo uso da eletricidade. Suas ideias influenciaram até mesmo o pensamento marxista, como evidenciado durante a Revolução Russa de 1917, quando Lênin incorporou a eletrificação como parte do projeto comunista (CLAVAL, 2013).

Outra vertente das alter-geografias emergiu na Alemanha no início do século XX, com Friedrichs, que introduziu o conceito de *Raubwirtschaft* (economia de pilhagem), alertando para a exploração abusiva dos recursos naturais e antecipando preocupações ecológicas que ganhariam força posteriormente (CLAVAL, 2013).

A antropologia econômica também desempenhou um papel crucial no desenvolvimento das alter-geografias. Para os antropólogos, a economia não se resume a decisões racionais de maximização de lucros ou utilidades, mas envolve uma variedade de práticas sociais, como a redistribuição, o dom e o contra-dom, teorizados por Marcel Mauss e Karl Polanyi. Essa perspectiva é particularmente relevante para o estudo de sociedades tradicionais, onde a autoprodução e o autoconsumo são centrais, mas também oferece insights valiosos para entender as sociedades modernas, nas quais os agentes econômicos nem sempre se comportam de acordo com os modelos racionais da teoria econômica clássica (CLAVAL, 2013).

A influência da antropologia econômica na geografia econômica tornou-se mais evidente a partir dos anos 1990, com

a chamada "virada cultural" na geografia humana, que destacou a importância das dimensões simbólicas e culturais nas práticas econômicas (CLAVAL, 2013).

Claval afirma, ainda, que a geografia econômica contemporânea é o resultado de uma longa evolução, combinando influências de diversas correntes teóricas. Ele destaca a importância dos estudos recentes sobre a economia da informação e da comunicação, os distritos industriais e a economia do conhecimento como exemplos de como diferentes abordagens podem convergir para explicar fenômenos econômicos complexos (CLAVAL, 2013).

Um exemplo notável é o dinamismo das pequenas e médias empresas na "Terceira Itália" nas décadas de 1970 e 1980, interpretado à luz das teorias de Alfred Marshall sobre distritos industriais e economias externas. No entanto, Claval também aponta que a geografia econômica enfrenta desafios semelhantes aos da ciência econômica em geral, especialmente no que diz respeito à necessidade de desenvolver modelos que sejam sensíveis às desigualdades sociais e às dinâmicas espaciais contemporâneas (CLAVAL, 2013).

A geografia econômica, ao longo de sua história, passou por transformações significativas, refletindo as mudanças nas teorias econômicas e nas dinâmicas sociais. Claval enfatiza que, embora a geografia econômica clássica tenha sido fundamental para mapear e descrever as atividades econômicas globais, foi

a incorporação de abordagens teóricas mais sofisticadas, como a economia espacial e a economia política, que permitiu uma compreensão mais profunda dos processos econômicos e de sua distribuição geográfica (CLAVALL, 2013).

Ainda ressalta que a disciplina não pode ignorar as críticas trazidas pelas alter-geografias, que questionam a predominância da competição e destacam a importância da cooperação, da sustentabilidade e das dimensões simbólicas da economia. Um dos pontos centrais de sua argumentação é a necessidade de a geografia econômica contemporânea integrar diferentes perspectivas para enfrentar os desafios atuais. Ele sugere, então, que a combinação de abordagens descritivas, teóricas e críticas pode oferecer ferramentas mais robustas para entender fenômenos como a globalização, a flexibilização do capitalismo e o surgimento de novas formas de organização econômica, como os distritos industriais modernos (CLAVALL, 2013).

Clavall também ressalta a importância de se considerar as desigualdades sociais e espaciais, que permanecem como um problema central nas sociedades contemporâneas. A influência da Escola de Frankfurt e da geografia radical, com sua ênfase na crítica social, é vista como um contraponto necessário às abordagens mais tradicionais, que frequentemente negligenciam as dimensões políticas e éticas da economia (CLAVALL, 2013).

Por fim, o autor argumenta que a geografia econômica deve continuar a evoluir, incorporando insights de outras disciplinas,

como a antropologia e a sociologia, e adaptando-se às novas realidades econômicas e tecnológicas. Ele conclui que, embora a disciplina tenha avançado significativamente desde suas origens no século XIX, ainda há muito a ser explorado, especialmente em relação aos mecanismos espaciais que influenciam a distribuição das atividades econômicas e às formas de cooperação que podem promover um desenvolvimento mais justo e sustentável. A geografia econômica, portanto, não é apenas uma disciplina descritiva, mas uma ferramenta essencial para entender e transformar o mundo econômico em que vivemos (CLAVAL, 2013).

A diversidade das geografias econômicas, discutida por Claval (2013), encontra eco em sua obra anterior, Geografia Econômica e Economia (CLAVAL, 2005), na qual o autor explora a evolução histórica e teórica da disciplina. Enquanto o primeiro texto enfatiza a pluralidade de abordagens e a interação entre diferentes correntes de pensamento, o segundo destaca a relação entre a geografia econômica e a economia, mostrando como as transformações no pensamento econômico influenciaram a análise espacial. Juntos, esses trabalhos reforçam a necessidade de uma visão integrada e interdisciplinar para compreender as dinâmicas econômicas e espaciais.

O texto “Geografia Econômica e Economia”, referido texto anterior de Paul Claval, aborda a evolução da geografia econômica e suas relações com a economia, destacando as

transformações teóricas e metodológicas ao longo do tempo. Claval divide essa trajetória em quatro fases principais: a "pré-história" da reflexão econômica sobre o espaço, o desenvolvimento paralelo da economia e da geografia econômica, a reconciliação entre as duas disciplinas a partir dos anos 1940 e, por fim, a evolução contemporânea, marcada pela globalização e pelo impacto de novas teorias econômicas. (CLAVAL, 2005)

Na primeira fase, Claval destaca que, até o final do século XVIII, a reflexão econômica sobre o espaço era baseada na observação da paisagem e da realidade geográfica. Economistas como William Petty e Vauban já reconheciam a concentração das atividades produtivas ao longo de rios e litorais. No século XVIII, Richard Cantillon e François Quesnay avançaram na compreensão da criação e circulação de riquezas, com Quesnay introduzindo a ideia de circuito econômico (CLAVAL, 2005)

Com Adam Smith e sua obra *A Riqueza das Nações* (1776), no entanto, a atenção dos economistas voltou-se para os mecanismos de mercado e a especialização do trabalho, relegando as particularidades das distribuições geográficas a um plano secundário. Essa tendência persistiu até o início do século XX, quando o espaço foi praticamente ignorado pela economia mainstream (CLAVAL, 2005).

A segunda fase, que se estende do início do século XIX até os anos 1930, é marcada pelo desenvolvimento paralelo de três disciplinas: a teoria das relações econômicas internacionais, a teoria da localização e a geografia econômica. A teoria das relações internacionais, influenciada por David Ricardo, defendia o livre comércio como forma de equalizar os preços dos fatores de produção (CLAVALL, 2005).

A economia espacial, iniciada por von Thünen, concentrava-se na localização das atividades produtivas para maximizar lucros, considerando custos de transporte e distância. Enquanto isso, a geografia econômica surgiu na Alemanha sob a influência de Carl Ritter, consolidando-se como uma disciplina descritiva que mapeava a produção e os fluxos de bens, mas sem explorar a lógica das decisões econômicas. Autores como Karl André e George Chisholm produziram tratados que descreviam a produção agrícola, industrial e de energia, bem como os fluxos comerciais internacionais (CLAVALL, 2005).

A terceira fase, que se inicia nos anos 1940 e se estende até os anos 1970, é marcada pela reconciliação entre a economia e a geografia econômica. Nesse período, o ambiente intelectual mudou significativamente, especialmente após a **Grande Depressão**, quando o liberalismo foi questionado e os governos passaram a intervir mais ativamente na economia. A macroeconomia, desenvolvida por John Maynard Keynes,

ganhou destaque, com foco no crescimento econômico e no desenvolvimento regional (CLAVALL, 2005).

A geografia econômica, por sua vez, buscou se tornar mais aplicável, incorporando modelos teóricos da economia espacial, como os de von Thünen, Alfred Weber e Walter Christaller, para explicar a localização das atividades agrícolas, industriais e de serviços. A teoria dos lugares centrais, proposta por Christaller, foi especialmente relevante para entender a hierarquia urbana e a formação de regiões polarizadas (CLAVALL, 2005).

Um dos principais problemas abordados nesse período foi o desenvolvimento desigual. Enquanto a teoria das relações internacionais de Ricardo previa que o livre comércio levaria à equalização dos preços e fatores de produção, a realidade mostrava uma crescente concentração de indústrias e serviços nas áreas centrais dos países desenvolvidos. François Perroux introduziu a noção de "pólos de crescimento", que se tornou central tanto para economistas quanto para geógrafos (CLAVALL, 2005).

A teoria da polarização explicava a concentração de atividades econômicas em certas regiões devido às economias de escala e externas, conceitos originalmente propostos por Alfred Marshall. Geógrafos como Edward Ullman e Stewart e Warntz contribuíram com análises sobre a atratividade das zonas centrais e o papel da informação na vida econômica. Torsten Hägerstrand e Gunnar Törnqvist exploraram a difusão

da informação e a importância dos contatos face a face na tomada de decisões econômicas, destacando o papel das cidades como centros de informação e inovação (CLAVALL, 2005).

A quarta fase, que se iniciou nos anos 1970 e se estende até os dias atuais, é marcada por um novo contexto econômico e intelectual. A globalização, impulsionada pela revolução dos transportes e das telecomunicações, transformou o espaço mundial, permitindo a internacionalização das empresas e o surgimento de novos países industrializados, especialmente na Ásia e na América Latina (CLAVALL, 2005).

A geografia econômica passou a se interessar por temas como a globalização, a metropolização e a mobilidade crescente, além de questões ambientais e culturais. Paul Krugman, por exemplo, reintroduziu o espaço na teoria econômica, destacando o papel das economias externas e dos circuitos de informação na concentração de atividades econômicas em certos lugares. A escola da regulação, influenciada por Michel Aglietta e David Harvey, combinou abordagens marxistas e liberais para entender as transições entre modos de produção, como o fordismo e o pós-fordismo (CLAVALL, 2005).

Além disso, a geografia econômica contemporânea ampliou seu escopo para incluir o estudo do consumo e das dimensões culturais da economia. Até os anos 1950, o foco

estava principalmente nos aspectos produtivos e distributivos do circuito econômico, mas, a partir dos anos 1970, o consumo passou a ser visto como um elemento central da dinâmica econômica. Geógrafos como David Bell e Gill Valentine exploraram as geografias do consumo, destacando como as práticas culturais influenciam o consumo de bens e serviços (CLAVAL, 2005).

A economia solidária e as formas de redistribuição, estudadas por Marcel Mauss e Karl Polanyi, também ganharam relevância, especialmente em contextos onde as relações econômicas não são mediadas exclusivamente pelo mercado. A geografia econômica passou a investigar como essas formas alternativas de organização econômica se manifestam espacialmente e como influenciam a vida das comunidades (CLAVAL, 2005).

Outro campo de pesquisa que ganhou destaque foi o estudo da mobilidade e suas consequências espaciais. Com o aumento da mobilidade de pessoas, bens e informações, as cidades globais e os hubs de transporte e comunicação tornaram-se pontos-chave na geografia econômica contemporânea. A metropolização, ou seja, a concentração de atividades econômicas e populacionais em grandes cidades, tem sido amplamente estudada, assim como os impactos culturais e sociais da migração e do turismo. Além disso, a geografia econômica tem se voltado para o papel das iniciativas

locais no desenvolvimento econômico, especialmente em um contexto onde o poder dos governos centrais tem diminuído em favor de ações mais descentralizadas (CLAVALL, 2005).

Em conclusão, Claval argumenta que a geografia econômica passou por uma transformação significativa ao longo do século XX, evoluindo de uma disciplina descritiva para uma área de estudo que incorpora teorias econômicas e explora processos complexos como a globalização, a polarização do crescimento e o papel da informação e da cultura na economia. Desempenha, portanto, um papel crucial na compreensão das estratégias dos agentes econômicos em um mundo cada vez mais interconectado e dinâmico. Ao integrar ideias de outras disciplinas, como a antropologia e a sociologia, a geografia econômica continua a se reinventar, oferecendo ferramentas valiosas para entender e enfrentar os desafios econômicos e sociais do mundo atual (CLAVALL, 2005).

A discussão de Claval (2005) sobre a relação entre geografia e economia prepara o terreno para uma crítica mais ampla à globalização, como proposta por Milton Santos em “Por uma outra globalização” (SANTOS, 2000). Enquanto Claval analisa a evolução teórica da geografia econômica, Santos questiona os mitos e contradições da globalização, argumentando que ela não é um fenômeno homogêneo ou irreversível, mas sim uma construção política e econômica que beneficia alguns em detrimento de muitos. Essa transição

permite refletir sobre como as teorias econômicas e geográficas podem ser utilizadas para justificar ou criticar os processos globais.

No texto introdutório de “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, Milton Santos propõe uma reflexão crítica sobre a globalização, apresentando-a sob três perspectivas: como fábula, como perversidade e como possibilidade. O autor argumenta que vivemos em um mundo confuso, onde o progresso técnico e científico coexiste com uma percepção distorcida da realidade, imposta por um discurso único que serve aos interesses hegemônicos (SANTOS, 2000).

A globalização como fábula é caracterizada por mitos como a "aldeia global" e a ideia de um mercado homogêneo, que na realidade aprofundam as desigualdades e distanciam a possibilidade de uma cidadania universal. Por outro lado, a globalização como perversidade revela os efeitos negativos do processo, como o desemprego crônico, o aumento da pobreza, a deterioração da qualidade de vida e o surgimento de novas enfermidades, todos ligados à competitividade desenfreada e à monetarização da vida social (SANTOS, 2000).

No entanto, Santos também aponta para a possibilidade de uma "outra globalização", mais humana e solidária. Ele destaca que as bases técnicas e materiais do mundo atual, como a unicidade da técnica e a convergência dos momentos, podem ser redirecionadas para servir a objetivos sociais e políticos

diferentes dos atuais. O autor identifica fenômenos empíricos, como a mistura de povos, culturas e filosofias, e a aglomeração populacional em áreas cada vez menores, como indicativos de uma nova história em construção. Além disso, no plano teórico, Santos sugere a emergência de um novo discurso universal, baseado na experiência concreta e na possibilidade de uma história mais inclusiva (SANTOS, 2000). Assim, o texto convida à reflexão sobre as potencialidades de uma globalização alternativa, que supere as perversidades do modelo atual e promova uma consciência universal mais justa e humana (SANTOS, 2000).

A crítica de Santos (2000) à globalização como uma "universalização perversa" é complementada por Batista Jr. (1998), que desmonta os mitos associados a esse processo. Batista Jr. demonstra, por meio de dados históricos e estatísticos, que a integração econômica atual não é sem precedentes e que muitos dos supostos benefícios da globalização são exagerados ou distorcidos. Juntos, esses autores oferecem uma visão crítica da globalização, destacando suas contradições e os desafios que ela impõe aos países periféricos.

O artigo "Mitos da globalização", de Paulo Nogueira Batista Jr., publicado na revista Estudos Avançados em 1998, aborda de forma crítica o discurso dominante sobre a globalização, destacando que muitas das ideias propagadas sobre o tema são

mitos que distorcem a realidade econômica e política internacional. O autor argumenta que a globalização, embora apresentada como um fenômeno novo e irreversível, tem raízes históricas profundas, remontando ao período de expansão da civilização europeia a partir do século XV. Batista Jr. contesta a ideia de que a globalização é um processo inexorável que dissolve as fronteiras nacionais e reduz o poder dos Estados, afirmando que essa narrativa serve a interesses específicos, especialmente dos países desenvolvidos e das grandes corporações (BATISTA JR, 1998).

O texto começa com uma análise do contexto brasileiro dos anos 1990, quando o tema da globalização ganhou destaque no debate econômico e político. O autor critica a superficialidade e o caráter emocional das discussões, que frequentemente se resumem a slogans e chavões, sem uma análise aprofundada dos fatos. Ele destaca que a globalização é frequentemente usada como justificativa para políticas econômicas que beneficiam elites internacionais em detrimento das populações locais, especialmente em países periféricos como o Brasil. Batista Jr. também questiona a ideia de que os Estados nacionais estão em declínio, argumentando que, na realidade, eles continuam a desempenhar um papel central na economia global, mesmo diante do avanço das corporações transnacionais (BATISTA JR, 1998).

O autor apresenta dados históricos e estatísticos para sustentar sua tese de que a globalização não é um fenômeno tão novo ou abrangente quanto se costuma afirmar. Ele compara o grau de integração econômica atual com o período anterior à Primeira Guerra Mundial, mostrando que, em muitos aspectos, a economia internacional já era altamente integrada no início do século XX (BATISTA JR, 1998).

Batista Jr. também refuta a ideia de que as empresas transnacionais são entidades desvinculadas de bases nacionais, destacando que a maioria das grandes corporações mantém suas operações centrais e estratégicas em seus países de origem. Além disso, ele critica a noção de que os mercados financeiros globais são onipotentes, argumentando que os Estados nacionais continuam a ter um papel crucial na regulação e estabilização desses mercados (BATISTA JR, 1998).

Batista Jr. dedica parte significativa de seu artigo a desconstruir a noção de que a globalização representa uma ruptura radical com o passado. Ele demonstra, por meio de dados comparativos, que o grau de integração comercial e financeira alcançado nas últimas décadas não só tem precedentes históricos como, em alguns casos, é inferior ao observado no período entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial. Por exemplo, a participação das exportações no PIB mundial em 1913 era comparável à registrada nos anos 1990, evidenciando que a interdependência econômica não é uma exclusividade da

era contemporânea. O autor cita o economista John Maynard Keynes, que já em 1919 descrevia um mundo altamente integrado por meio de comunicações rápidas, transporte eficiente e fluxos de capitais intensos, características frequentemente atribuídas como novidades da "globalização" do final do século XX (BATISTA JR, 1998).

O artigo também questiona a ideia de que a mobilidade do capital e dos investimentos diretos estrangeiros (IDE) atingiu níveis sem precedentes. Batista Jr. apresenta estatísticas que mostram que, em termos relativos ao PIB mundial, os fluxos líquidos de capital no início do século XX eram mais expressivos do que os atuais. A Grã-Bretanha, por exemplo, registrava superávits em conta corrente equivalentes a 9% de seu PIB antes da Primeira Guerra, percentual bem superior ao verificado em economias como Japão e Alemanha nos anos 1990 (BATISTA JR, 1998).

Além disso, os estoques de investimentos estrangeiros diretos em países em desenvolvimento no início do século XX correspondiam a cerca de 25% de seu PIB, enquanto em 1994 esse índice era de apenas 12,5%. Esses dados reforçam a tese de que a internacionalização econômica recente é, em muitos aspectos, uma retomada de tendências históricas interrompidas por guerras e crises no século XX (BATISTA JR, 1998).

Outro mito abordado é o da suposta "desterritorialização" dos mercados de trabalho. O autor contrasta a livre circulação

de trabalhadores no período anterior à Primeira Guerra — quando milhões de europeus migraram para as Américas sem restrições significativas — com as políticas migratórias restritivas vigentes no final do século XX. Nos Estados Unidos, por exemplo, a proporção de imigrantes na população total em 1996 (9,3%) era inferior à registrada em 1910 (14,7%). Batista Jr. argumenta que, longe de ser um fenômeno "global", o mercado de trabalho atual é marcado por barreiras nacionais, políticas anti-imigração e segmentações culturais, o que limita drasticamente a integração internacional nessa área (BATISTA JR, 1998).

O autor também desmistifica a ideia de que os Estados nacionais estão em declínio irreversível devido à globalização. Ele argumenta que, ao contrário do que pregam os defensores do neoliberalismo, a participação do Estado na economia não diminuiu significativamente nos países desenvolvidos nas últimas décadas. Dados apresentados por Batista Jr. mostram que, entre 1978 e 1995, a relação entre gastos públicos e PIB aumentou na maioria dos países do G-7, com exceção do Reino Unido, onde houve relativa estabilidade. Nos Estados Unidos, por exemplo, os gastos públicos passaram de 31,2% do PIB no período 1978-1982 para 33,6% em 1991-1995. Na França, o aumento foi ainda mais expressivo, de 46,9% para 53% no mesmo período. Esses números indicam que, apesar da retórica neoliberal que prega a redução do Estado, a presença

governamental na economia continuou a crescer, especialmente em áreas como transferências sociais e subsídios (BATISTA JR, 1998).

Batista Jr. também critica a noção de que as políticas nacionais são impotentes diante das forças globais. Ele argumenta que os governos continuam a desempenhar um papel crucial na regulação dos mercados, na estabilização econômica e na proteção social. O autor cita o exemplo das intervenções governamentais em crises financeiras, como o resgate do México em 1994-1995, liderado pelos Estados Unidos com apoio do FMI. Esse episódio demonstra que, longe de serem meros espectadores, os Estados nacionais têm capacidade e disposição para intervir em momentos de crise, protegendo os interesses de seus cidadãos e empresas. Além disso, o autor destaca que as políticas comerciais dos países desenvolvidos continuam a ser marcadas por protecionismo e barreiras não tarifárias, contrariando a ideia de que a globalização implica a liberalização total dos mercados (BATISTA JR, 1998).

Outro ponto abordado é o mito das empresas "transnacionais" como entidades desvinculadas de bases nacionais. Batista Jr. argumenta que a maioria das grandes corporações mantém suas operações centrais e estratégicas em seus países de origem. Ele cita dados que mostram que, mesmo em empresas altamente internacionalizadas, como a Nestlé, a

maior parte dos ativos, empregos e decisões estratégicas permanece concentrada na base nacional. Além disso, o autor destaca que as atividades de pesquisa e desenvolvimento, fundamentais para a inovação e a competitividade, são predominantemente realizadas nos países de origem das empresas. Isso contraria a ideia de que as corporações transnacionais são entidades "globais" sem lealdades nacionais, sugerindo que elas continuam a depender fortemente dos Estados nacionais para apoio político, jurídico e econômico (BATISTA JR, 1998).

No campo financeiro, Batista Jr. reconhece que houve uma expansão significativa das transações internacionais, especialmente a partir dos anos 1980, com a desregulamentação dos mercados e o avanço tecnológico. No entanto, ele argumenta que a ideia de um mercado financeiro "globalizado" e onipotente é exagerada. O autor apresenta dados que mostram que a maior parte dos fluxos financeiros ainda ocorre dentro das fronteiras nacionais. Por exemplo, em 1995, o estoque de títulos nos mercados domésticos dos países do G-7 era 13 vezes maior do que o estoque de títulos emitidos internacionalmente. Além disso, os investidores institucionais, como fundos de pensão e companhias de seguros, mantêm a maior parte de seus ativos em mercados domésticos, com apenas uma pequena parcela destinada a aplicações internacionais. Nos Estados Unidos, por exemplo, os fundos de

pensão tinham apenas 5,7% de seus ativos aplicados no exterior em 1993 (BATISTA JR, 1998).

O autor também questiona a ideia de que os mercados financeiros globais são capazes de impor vetos inamovíveis às políticas nacionais. Ele argumenta que, embora a mobilidade internacional do capital tenha aumentado, os Estados nacionais continuam a ter um papel crucial na regulação e estabilização dos mercados financeiros. Batista Jr. cita o exemplo dos bancos centrais, que, mesmo em um contexto de maior integração financeira, mantêm a capacidade de influenciar as taxas de câmbio e as taxas de juros por meio de intervenções coordenadas ou isoladas. Ele também destaca que a flutuação cambial administrada tem sido a opção preferida dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, pois permite conciliar a autonomia das políticas monetárias com a integração financeira internacional (BATISTA JR, 1998).

Outro mito é o da suposta "inevitabilidade" dos processos globais. Batista Jr. argumenta que a globalização não é um fenômeno natural ou irreversível, mas sim o resultado de escolhas políticas e econômicas. Ele critica a tendência de atribuir problemas como desemprego, desnacionalização da economia e dependência de capitais externos à globalização, quando, na realidade, esses problemas são frequentemente consequência de políticas nacionais mal formuladas ou mal implementadas. O autor cita o caso do Brasil, onde a abertura

econômica abrupta e a valorização cambial no início dos anos 1990 levaram a um aumento da vulnerabilidade externa e à destruição de setores industriais nacionais, problemas que foram erroneamente atribuídos à "globalização" (BATISTA JR, 1998).

Por fim, Batista Jr. enfatiza que a ideologia da globalização, ao propagar a inevitabilidade de processos supostamente globais, serve para obscurecer as responsabilidades políticas e justificar medidas impopulares. Ele critica a forma como governos, especialmente em países periféricos, utilizam a retórica da globalização para transferir a culpa por problemas internos — como desindustrialização, desemprego e desigualdade — a forças externas incontrolláveis. O autor argumenta que essa narrativa desarma as iniciativas nacionais e desmobiliza a sociedade, impedindo um debate crítico sobre políticas públicas e favorecendo interesses econômicos transnacionais (BATISTA JR, 1998).

O artigo conclui com um chamado à reavaliação crítica do quadro internacional e à reafirmação da autonomia nacional. Batista Jr. defende que países como o Brasil devem resistir à submissão passiva a supostos "imperativos globais" e desenvolver estratégias próprias de inserção internacional, baseadas em prioridades domésticas e no fortalecimento de capacidades produtivas locais. Ele alerta para os riscos de adotar políticas econômicas alinhadas acriticamente a modelos

externos, destacando que o sucesso de nações desenvolvidas está menos vinculado à adesão ao neoliberalismo e mais à manutenção de Estados ativos e reguladores (BATISTA JR, 1998).

Em síntese, *Mitos da globalização* desmonta a noção de que a globalização é um fenômeno irresistível e homogêneo, demonstrando que sua narrativa é construída sobre exageros, meias-verdades e interesses específicos. O autor reforça a importância de analisar as tendências internacionais com rigor histórico e estatístico, evitando o determinismo e reafirmando o papel central dos Estados nacionais na condução de políticas soberanas. A obra serve como um contraponto essencial aos discursos fatalistas sobre a globalização, destacando que as escolhas políticas e econômicas — não forças impessoais — continuam a definir o destino das nações (BATISTA JR, 1998).

A análise crítica de Batista Jr. (1998) sobre a globalização encontra ressonância na avaliação de Sunley e Martin (2017) sobre a economia geográfica de Paul Krugman. Enquanto Batista Jr. questiona os mitos da globalização, Sunley e Martin destacam as limitações das teorias de Krugman, que, embora inovadoras, tendem a simplificar a complexidade dos processos de desenvolvimento regional. Essa conexão reforça a necessidade de uma abordagem mais ampla e crítica, que considere as desigualdades socioespaciais e as especificidades institucionais.

O artigo de Peter Sunley e Ron Martin, intitulado “A economia geográfica de Paul Krugman e suas consequências para a teoria do desenvolvimento regional: uma avaliação crítica”, apresenta uma análise detalhada sobre as contribuições de Krugman à economia geográfica e sua influência na teoria do desenvolvimento regional. Os autores destacam como a "nova teoria do comércio" e a "nova economia da vantagem competitiva" impulsionaram a incorporação de conceitos geográficos na análise econômica, especialmente no que diz respeito à concentração industrial e aos impactos da geografia nas trocas comerciais (SUNLEY e MARTIN, 2017).

Krugman argumenta que, em um cenário de concorrência imperfeita, o comércio internacional não é impulsionado apenas pela vantagem comparativa, mas também pelas economias externas e pelos rendimentos crescentes de escala, que se manifestam principalmente em níveis locais e regionais. Seu trabalho enfatiza a importância da especialização industrial e da formação de clusters econômicos como elementos fundamentais para a competitividade global das indústrias. Para compreender o comércio, segundo Krugman, é essencial analisar os fatores que promovem a concentração da produção em determinadas regiões, o que levou à incorporação de conceitos como economias de aglomeração marshallianas e causalidade cumulativa em suas análises (SUNLEY e MARTIN, 2017).

Os autores ressaltam que a abordagem de Krugman, apesar de inovadora, apresenta limitações significativas. Uma das principais críticas refere-se à dependência da teoria na modelagem matemática e no formalismo econômico, o que pode reduzir sua aplicabilidade em cenários complexos e dinâmicos da economia regional. Além disso, sua visão tende a subestimar o papel das externalidades tecnológicas locais e das especificidades institucionais que influenciam os padrões de desenvolvimento regional (SUNLEY e MARTIN, 2017).

Outro ponto crucial abordado no artigo é a relação entre a economia geográfica de Krugman e a teoria do desenvolvimento regional. Os autores demonstram que, embora Krugman tenha contribuído para um maior reconhecimento da geografia dentro da economia, sua abordagem mantém fortes vínculos com a tradição neoclássica, limitando a integração de perspectivas mais heterodoxas e qualitativas da geografia econômica. A "nova geografia econômica" proposta por Krugman enfatiza a relação entre custos de transporte, economias de escala e estrutura de mercado, mas não considera suficientemente as dimensões sociais, culturais e institucionais que moldam o desenvolvimento das regiões (SUNLEY e MARTIN, 2017).

No contexto das políticas de desenvolvimento regional, a análise de Krugman tem implicações importantes, pois sugere que a concentração industrial em determinadas regiões pode ser incentivada para gerar vantagens competitivas. No entanto, essa

perspectiva também levanta preocupações sobre desigualdades regionais e os desafios enfrentados por áreas periféricas, que podem ser desfavorecidas no processo de integração econômica. Assim, os autores destacam a necessidade de um diálogo entre a economia geográfica de Krugman e abordagens alternativas na geografia econômica, que possam considerar melhor os aspectos contextuais e institucionais do desenvolvimento regional (SUNLEY e MARTIN, 2017).

Adicionalmente, o artigo explora as diferenças metodológicas entre a abordagem de Krugman e as abordagens contemporâneas da geografia econômica. Enquanto Krugman utiliza modelos formais para justificar suas proposições, a geografia econômica recente tende a priorizar metodologias qualitativas e históricas. Esse contraste reflete as divergências epistemológicas entre economistas e geógrafos, evidenciando desafios na integração dessas perspectivas (SUNLEY e MARTIN, 2017).

Os autores também destacam a influência da teoria do comércio internacional na formulação da economia geográfica de Krugman. A ênfase na concorrência imperfeita e nos rendimentos crescentes permitiu avanços na compreensão da distribuição espacial da atividade econômica. No entanto, essa abordagem frequentemente simplifica a complexidade dos processos de desenvolvimento regional, ignorando fatores institucionais e históricos que desempenham um papel essencial

na formação dos padrões espaciais da economia (SUNLEY e MARTIN, 2017).

Além disso, o artigo discute como a perspectiva de Krugman tem implicações para políticas públicas. A ideia de que certas regiões podem se beneficiar de estratégias de concentração industrial levou à formulação de políticas baseadas na criação de clusters econômicos. No entanto, os autores alertam que essa estratégia pode reforçar desigualdades preexistentes, beneficiando apenas algumas regiões em detrimento de outras. Dessa forma, é fundamental adotar abordagens mais equilibradas, que considerem tanto os benefícios da concentração quanto a necessidade de promover um desenvolvimento regional mais equitativo (SUNLEY e MARTIN, 2017).

Por fim, os autores sugerem que futuras pesquisas devam explorar formas de integrar a economia geográfica de Krugman com abordagens mais dinâmicas da geografia econômica. Isso inclui uma maior consideração dos fatores históricos e institucionais que influenciam a localização das atividades econômicas. Além disso, enfatizam a necessidade de um enfoque mais abrangente que leve em conta não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais e políticos do desenvolvimento regional. A superação das limitações da abordagem de Krugman pode contribuir para uma compreensão mais robusta das desigualdades regionais e auxiliar na

formulação de políticas mais eficazes para a promoção de um crescimento econômico equilibrado e sustentável (SUNLEY e MARTIN, 2017).

A crítica de Sunley e Martin (2017) às teorias de Krugman é complementada por Santos (2018), que analisa a validade das teorias de localização no período contemporâneo. Santos argumenta que, embora essas teorias tenham contribuído para a compreensão da distribuição espacial das atividades econômicas, elas precisam ser adaptadas para considerar as transformações tecnológicas e as dinâmicas globais. Essa transição permite uma reflexão sobre como as teorias clássicas podem ser atualizadas para explicar as complexidades do espaço geográfico atual.

O artigo intitulado “Questão locacional e teorias de localização: contextualização e análise de sua validade no período contemporâneo”, de Flaviane Ramos dos Santos, discute a relevância dos modelos locacionais para a compreensão da distribuição espacial das atividades econômicas, com foco no comércio varejista. A autora, doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), analisa a validade desses modelos no contexto contemporâneo, marcado por avanços técnicos e científicos, além da maior fluidez nas relações entre as cidades. O estudo parte de uma perspectiva crítica, questionando a capacidade desses modelos em explicar a realidade atual e identificando

novos fatores locacionais que emergiram com as transformações socioespaciais (SANTOS, 2018).

Santos inicia o texto contextualizando historicamente o surgimento das teorias de localização, destacando que o interesse pela questão locacional ganhou força com o desenvolvimento do capitalismo, especialmente após a Revolução Industrial. A lógica capitalista de acumulação, baseada na minimização de custos e maximização de lucros, fez com que a localização das atividades econômicas se tornasse um elemento crucial para o sucesso dos empreendimentos. A autora cita Corrêa (1986) para destacar que a preocupação com a localização começou a ser sistematizada a partir do século XVIII, com contribuições de teóricos como Von Thünen, Weber e Christaller, que desenvolveram modelos normativos para explicar a distribuição espacial das atividades econômicas (SANTOS, 2018).

A Teoria das Localidades Centrais, proposta por Walter Christaller, é um dos principais modelos discutidos no artigo. Christaller buscou explicar a hierarquia urbana e a distribuição dos centros de comércio e serviços com base no alcance espacial máximo e no mercado mínimo necessário para sustentar cada tipo de atividade. Santos ressalta que, apesar de suas contribuições, os modelos clássicos de localização apresentam limitações, especialmente no que diz respeito à suposição de um espaço homogêneo e ao comportamento

otimizador dos agentes econômicos. Essas limitações tornam-se mais evidentes no período contemporâneo, marcado por avanços tecnológicos e pela globalização, que transformaram as relações espaciais e econômicas (SANTOS, 2018).

A autora também aborda a evolução do pensamento geográfico, desde a Geografia Tradicional, marcada pelo determinismo e pelo possibilismo, até a Geografia Quantitativa e a Geografia Crítica. Enquanto a Geografia Tradicional via o espaço como um receptáculo homogêneo, a Geografia Crítica passou a entender o espaço como uma construção social, produto das relações de produção capitalistas. Essa mudança de perspectiva permitiu uma análise mais crítica dos modelos locacionais, considerando as desigualdades socioespaciais e o papel dos agentes econômicos na produção do espaço (SANTOS, 2018).

No contexto contemporâneo, Santos destaca que os avanços tecnológicos, especialmente nos sistemas de transporte e comunicação, relativizaram a importância dos custos de transporte como fator locacional. A autora argumenta que, atualmente, outros fatores, como a fidelização do cliente e o crédito, assumiram um papel central na escolha dos locais de consumo. Além disso, a internet e o comércio eletrônico transformaram as relações entre as cidades, criando redes heterárquicas que coexistem com as tradicionais hierarquias urbanas. Essas transformações exigem uma revisão crítica das

teorias clássicas de localização, que precisam ser adaptadas para explicar a complexidade do espaço geográfico atual (SANTOS, 2018).

A autora também discute a emergência de novos padrões de rede urbana, que vão além da estrutura hierárquica proposta por Christaller. Camagni (2005) e Catelan (2012, 2013) são citados como autores que propuseram a ideia de uma estrutura mista, onde relações hierárquicas e não hierárquicas coexistem. Essa nova configuração é resultado da densificação técnica dos meios de comunicação e transporte, que permitem interações mais complexas entre cidades de diferentes tamanhos e funções. Santos ressalta que, embora a Teoria das Localidades Centrais ainda seja útil para entender a organização tradicional das redes urbanas, ela não é suficiente para explicar as dinâmicas contemporâneas, marcadas por fluxos de informação e mercadorias que transcendem as hierarquias espaciais (SANTOS, 2018).

Outro ponto abordado no artigo é a importância das estratégias locacionais no comércio varejista contemporâneo. Santos argumenta que, com o aumento da mobilidade da população e do poder de escolha dos consumidores, a localização física das lojas deixou de ser o único fator determinante para o sucesso dos negócios. Em vez disso, as empresas passaram a investir em estratégias de fidelização, crédito e monitoramento do comportamento do consumidor.

Essas estratégias são fundamentais para garantir a preferência do cliente e, conseqüentemente, a lucratividade das empresas. A autora também destaca o papel da internet e do comércio eletrônico na reconfiguração das práticas de consumo, que passaram a ocorrer de forma mais descentralizada e menos dependente da localização física das lojas (SANTOS, 2018).

Apesar das críticas às teorias clássicas, Santos reconhece que a Teoria das Localidades Centrais ainda tem valor no planejamento regional e urbano. Ela cita o exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, onde a organização hierárquica dos centros urbanos facilita a distribuição de recursos e a otimização dos serviços de saúde. No entanto, a autora ressalta que a aplicação desses modelos deve ser feita de forma crítica e contextualizada, considerando as particularidades de cada região e as transformações socioespaciais ocorridas nas últimas décadas (SANTOS, 2018).

Santos conclui que, embora os modelos clássicos de localização tenham sido formulados em um contexto histórico e geográfico específico, eles ainda oferecem insights valiosos para a compreensão da organização espacial das atividades econômicas. No entanto, é necessário adaptar esses modelos às novas realidades, incorporando fatores como a globalização, a tecnologia e as mudanças no comportamento do consumidor. A autora defende que a análise locacional no período contemporâneo deve considerar não apenas a localização física

das empresas, mas também as estratégias de mercado e as relações socioespaciais que influenciam a distribuição das atividades econômicas (SANTOS, 2018).

Por fim, Santos enfatiza a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para os estudos locacionais, integrando contribuições da Geografia, Economia, Sociologia e áreas afins. A autora argumenta que a complexidade do espaço geográfico contemporâneo exige análises que transcendam as perspectivas teóricas tradicionais, incorporando variáveis como desigualdades socioeconômicas, dinâmicas culturais e impactos ambientais. Além disso, ela destaca a importância do uso de tecnologias como o geoprocessamento e sistemas de informação geográfica (SIG) para mapear e analisar padrões espaciais em tempo real, oferecendo subsídios mais precisos para políticas públicas e estratégias empresariais (SANTOS, 2018).

O artigo também chama atenção para a necessidade de repensar a relação entre teoria e prática no planejamento urbano e regional. Santos aponta que, embora os modelos clássicos sejam úteis como referência, sua aplicação indiscriminada pode resultar em distorções, especialmente em contextos marcados por assimetrias regionais e exclusão social. A autora defende que a crítica aos modelos locacionais não implica em descartá-los, mas em contextualizá-los historicamente e adaptá-los às realidades específicas, considerando fatores como a diversidade

cultural, a mobilidade populacional e os impactos da globalização (SANTOS, 2018).

Em síntese, o trabalho de Flaviane Ramos dos Santos oferece uma reflexão crítica sobre a validade das teorias de localização no século XXI, destacando tanto suas contribuições históricas quanto suas limitações frente às transformações técnicas e sociais. A autora conclui que, embora os modelos clássicos não sejam mais suficientes para explicar a totalidade das dinâmicas espaciais contemporâneas, eles permanecem como ferramentas úteis quando reinterpretados à luz de novos paradigmas. A chave para avançar nesse campo, segundo Santos, está na combinação entre rigor teórico, flexibilidade metodológica e sensibilidade às particularidades contextuais, garantindo que os estudos locacionais continuem relevantes para a compreensão e transformação do espaço geográfico (SANTOS, 2018).

A discussão de Santos (2018) sobre as limitações das teorias de localização prepara o terreno para a análise de Castillo e Frederico (2010) sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Enquanto Santos foca na necessidade de adaptar as teorias clássicas, Castillo e Frederico propõem um novo conceito que integra a produção, a circulação e a organização do espaço. Essa conexão destaca a importância de se pensar o espaço como um processo dinâmico e interconectado, que reflete as transformações do capitalismo contemporâneo.

O artigo “Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo”, de Ricardo Castillo e Samuel Frederico, propõe uma análise teórica e operacional do conceito de circuito espacial produtivo, destacando sua relevância em um contexto histórico marcado pela dispersão geográfica das esferas de produção e troca, onde a circulação se torna uma prioridade estratégica para Estados e empresas (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

Os autores buscam alcançar esse objetivo em três etapas: 1) uma discussão teórica sobre os conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação no espaço; 2) a distinção entre circuito espacial produtivo e cadeia produtiva; e 3) uma análise da produção agrícola moderna em áreas de fronteira agrícola no território brasileiro à luz dessa teoria (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

A globalização, emergente na década de 1970, trouxe consigo um aumento exponencial dos fluxos materiais e imateriais, resultante da mundialização da produção, dos serviços e do consumo. Essa transformação foi possibilitada por uma base geográfica composta por uma esfera material (expansão e modernização dos sistemas de telecomunicações e transportes) e uma esfera normativa (regras que regulam os mercados internacionalizados) (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

Nesse contexto, os conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação no espaço, propostos por Milton Santos, tornam-se fundamentais para entender a organização, regulação e uso dos territórios. A logística, como expressão hegemônica da circulação no período atual, ganha destaque como estratégia para conferir fluidez e racionalidade aos circuitos espaciais produtivos, sendo essencial para a produção em escala mundial (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

O conceito de circuito espacial produtivo enfatiza a centralidade da circulação no encadeamento das diversas etapas da produção, a condição do espaço como variável ativa na reprodução social e o enfoque no ramo produtivo. Sua origem remonta a Karl Marx, que destacou a unidade contraditória entre produção, distribuição, troca e consumo. A circulação é essencial para a realização da produção, e o espaço geográfico é entendido como uma instância social que condiciona e transforma a reprodução social (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

O termo "produtivo" refere-se à análise centrada no ramo produtivo, envolvendo uma variedade de agentes, especialmente as firmas. A noção de circuito espacial produtivo difere da ideia dos dois circuitos da economia urbana, proposta por Santos, que se concentra no agente econômico, independentemente do ramo. No entanto, ambos os conceitos

podem ser trabalhados de forma complementar (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

Os autores destacam que a noção de circuito espacial produtivo difere significativamente do conceito de cadeia produtiva, amplamente utilizado em disciplinas como Economia e Administração. Enquanto a cadeia produtiva tem foco na integração funcional entre empresas e setores para otimizar competitividade, identificando "gargalos" e promovendo eficiência, o circuito espacial produtivo prioriza as implicações socioespaciais da produção, enfatizando o papel ativo do espaço geográfico na dinâmica dos fluxos e na organização territorial (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

A abordagem geográfica busca compreender como a circulação de mercadorias, informações e capitais molda hierarquias entre lugares e regiões, além de analisar as contradições entre heranças espaciais pretéritas e as demandas do capital globalizado (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

Para operacionalizar o conceito, Castillo e Frederico sugerem quatro eixos analíticos: 1) a atividade produtiva dominante, incluindo aspectos técnicos e normativos do ramo estudado; 2) os agentes envolvidos, identificando seus círculos de cooperação e escalas de poder; 3) a logística, entendida como expressão material e normativa da circulação corporativa, analisando redes técnicas (rodovias, portos, telecomunicações) e sua regulação; e 4) a organização do território, observando

como a localização das atividades reflete decisões corporativas e interage com heranças espaciais. A logística, em particular, é destacada como elemento-chave para articular etapas dispersas da produção, com redes técnicas cada vez mais seletivas e hierárquicas (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

Os autores também ressaltam a importância dos círculos de cooperação no espaço, que garantem a comunicação entre agentes geograficamente dispersos por meio de fluxos imateriais (ordens, informações, capitais). Esses círculos são fundamentais para unificar as etapas da produção, permitindo o controle centralizado de processos fragmentados espacialmente. A análise do território, nessa perspectiva, revela a coexistência de múltiplos circuitos espaciais em um mesmo lugar, expondo contradições entre racionalidades econômicas distintas e temporalidades desiguais (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

Na aplicação prática, os autores analisam a produção agrícola moderna em áreas de fronteira no Brasil, como o Cerrado e regiões do Centro-Oeste. Essas áreas exemplificam a expansão de circuitos espaciais produtivos globalizados, marcados pela especialização em commodities (como a soja), dependência de infraestrutura logística (rodovias, hidrovias, portos) e normas que favorecem a exportação. A produção agrícola nessas regiões é articulada por agentes transnacionais (tradings, corporações) e políticas públicas (incentivos fiscais,

concessões), resultando em concentração fundiária, degradação ambiental e marginalização de pequenos produtores (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

A análise dos circuitos espaciais produtivos agrícolas no Brasil revela a complexidade da inserção do país na globalização. A produção de commodities como a soja, por exemplo, envolve uma cadeia que se estende desde as áreas de cultivo no Cerrado até os mercados consumidores na China e Europa, passando por uma infraestrutura logística que inclui rodovias, ferrovias, hidrovias e portos (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

Essa expansão é acompanhada por um aparato normativo que visa garantir a fluidez dos fluxos, como a Lei Kandir (que desonera exportações) e programas de modernização de portos e rodovias. No entanto, essa integração globalizada também expõe as regiões produtoras à vulnerabilidade diante das oscilações dos mercados internacionais e à dependência de agentes externos que controlam a circulação (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

Os autores destacam que a lógica dos circuitos espaciais produtivos globalizados tende a fragmentar o território, aprofundando desigualdades socioespaciais. Lugares e regiões especializados em etapas específicas da produção tornam-se reféns de uma racionalidade externa, perdendo autonomia e capacidade de controle sobre seus próprios recursos. A

competitividade regional, pautada por parâmetros internacionais, muitas vezes resulta em uma "desintegração interna competitiva", onde as regiões competem entre si para atrair investimentos, mas sem garantir benefícios equitativos para a população local. Nesse contexto, a noção de desenvolvimento local sustentável é questionada, uma vez que a lógica globalizada prioriza a eficiência econômica em detrimento da justiça social e ambiental (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

Em suas considerações finais, Castillo e Frederico defendem a importância de resgatar o papel do Estado como agente regulador e protetor do território e da sociedade. A soberania territorial, ameaçada pela globalização, deve ser reafirmada como base para políticas que promovam uma inserção mais justa e equilibrada dos espaços nacionais na economia global (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

O conceito de circuito espacial produtivo, ao captar a dinâmica dos fluxos e a lógica das redes, oferece uma ferramenta analítica poderosa para entender as transformações contemporâneas e propor alternativas que superem a subordinação dos lugares às demandas do capital globalizado. A renovação conceitual e teórica é essencial para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais interconectado, mas também mais desigual (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

## **MEGARREGIÕES E SUA RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE AGLOMERAÇÃO E DISPERSÃO DO CAPITAL**

A análise de Castillo e Frederico (2010), sobre os circuitos espaciais produtivos, é ampliada por Lencioni (2019), que explora a formação de megarregiões no capitalismo contemporâneo. Enquanto o primeiro texto foca na organização espacial da produção e da circulação, o segundo destaca como as megarregiões emergem como novas configurações espaciais, marcadas por uma lógica dual de aglomeração e dispersão. Juntos, esses trabalhos mostram como o capital globalizado redefine as dinâmicas espaciais, criando novas formas de organização territorial.

O capítulo “Espaço-tempo do capitalismo contemporâneo e a constituição de megarregiões”, de Sandra Lencioni, aborda a relação entre o capitalismo contemporâneo, marcado pela hegemonia do capital financeiro, e a formação de grandes regiões urbanas, denominadas megarregiões. A autora parte da premissa de que o capital, em seu movimento de circulação, busca valorizar-se por meio do trabalho, mas, no capitalismo atual, esse processo se combina com a capitalização, que se descola do processo produtivo e se amplia significativamente (LENCIONI, 2019).

A capitalização, embora não seja uma novidade, alcançou uma magnitude sem precedentes, tornando o capital financeiro

hegemônico sobre outras formas de capital. Esse fenômeno é impulsionado pela diminuição da rentabilidade da atividade industrial e do consumo, como apontado por Chesnais (2005), o que levou à busca de valorização fora da produção, por meio de empréstimos e aplicações financeiras (LENCIONI, 2019).

Lencioni destaca que o capital financeiro se constitui de duas formas: como capital portador de juros, que cresce por meio de empréstimos, e como capital fictício, que se avoluma por meio de projeções futuras de rendimentos. Esse último, embora seja uma riqueza ilusória, funciona como uma antecipação do movimento do capital. A autora ressalta que, no capitalismo contemporâneo, convivem processos de valorização e capitalização, sendo este último capaz de gerar tanto capital real quanto fictício. Harvey (2018) complementa essa ideia ao falar em "antivalor", que representa a negação do valor gerado pelo próprio movimento do capital, destacando a contradição inerente ao sistema capitalista (LENCIONI, 2019).

A relação entre valorização, capitalização e espaço-tempo é central no texto. Lencioni argumenta que a valorização do capital está ancorada em um espaço-tempo específico, envolvendo tanto a produção quanto a circulação de mercadorias. As infraestruturas de circulação, como estradas, ferrovias e portos, são fundamentais para a redução dos custos de produção e circulação, sendo consideradas forças produtivas. Marx ([1857-1858]) já havia destacado que o

desenvolvimento das forças produtivas, incluindo os meios de transporte e comunicação, é essencial para diminuir os custos de circulação e, conseqüentemente, aumentar a valorização do capital. No contexto contemporâneo, as infraestruturas de circulação e comunicação, incluindo as redes imateriais de informação, são chave para a fluidez do capital, tanto no movimento de valorização quanto no de capitalização (LENCIONI, 2019).

A fluidez do capital no espaço-tempo é um tema central no texto, especialmente no que diz respeito à compressão das distâncias e ao encurtamento do tempo de circulação. Lencioni destaca que, no movimento de valorização, a relação espaço-tempo se resolve pelo desenvolvimento de infraestruturas de circulação, que aproximam distâncias e reduzem o tempo de percurso das mercadorias (LENCIONI, 2019).

Já no movimento de capitalização, a equação espaço-tempo se resolve por meio de equipamentos que suportam os fluxos imateriais, como as redes de telecomunicações e informática, que permitem a circulação quase instantânea de informações e capitais. A autora chama atenção para o papel dos fusos horários, que se tornam um fator estratégico para as operações financeiras globais, permitindo que investidores acompanhem o desempenho das bolsas de valores em diferentes partes do mundo em tempo real (LENCIONI, 2019).

Harvey (1992) já havia observado que a fluidez dos fluxos de capital, especialmente no sistema financeiro, parece desprezar as restrições de tempo e espaço que afetam as atividades materiais de produção e consumo. No entanto, Lencioni ressalta que, apesar da aparente volatilidade dos fluxos imateriais, quando o capital se ancora em infraestruturas materiais, como rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, ele se torna corpóreo e tangível (LENCIONI, 2019).

Essas infraestruturas, que são formas de capital fixo, modificam profundamente os lugares onde são implantadas, reafirmando sua importância na reprodução do capital. Além disso, uma vez que o capital é investido em determinados espaços, ele tende a permanecer nesses locais até que o valor embutido no capital fixo seja resgatado por meio de seu uso, como destacado por Harvey (2018) (LENCIONI, 2019).

A compressão do espaço-tempo, frequentemente associada à ideia de anulação das distâncias, é questionada por Lencioni. A autora argumenta que, embora os fluxos imateriais possam alcançar altíssimas velocidades, a compressão do espaço-tempo não é absoluta. No ciberespaço, por exemplo, a velocidade dos fluxos é influenciada por fatores como a qualidade e o volume da infraestrutura de comunicação, como cabos de fibra ótica, e pelas condições de tráfego desses fluxos. Portanto, mesmo no mundo virtual, há rugosidades que afetam a fluidez e a acessibilidade, evidenciando que a relação espaço-

tempo continua sendo heterogênea e dependente das condições materiais e técnicas disponíveis (LENCIONI, 2019).

A análise de Lencioni avança para a discussão sobre a planetarização do urbano e a emergência das megarregiões como uma nova forma de produção do espaço no capitalismo contemporâneo. A autora retoma contribuições de Brenner (2003) e Lefebvre (2004) para destacar que a urbanização globalizada rompeu com as dicotomias tradicionais (campo-cidade, centro-periferia), gerando configurações espaciais inéditas, como as megarregiões. Estas são descritas como arquipélagos urbanos interconectados, que combinam áreas metropolitanas densas, zonas rurais e espaços naturais, funcionando como motores econômicos globais. Florida (2019) identifica 28 megarregiões no mundo, como a Bos-Wash (Nova York-Washington-Boston) e a Greater Tokyo, que concentram população, riqueza e inovação em escala regional e global (LENCIONI, 2019).

As megarregiões são caracterizadas por uma lógica dual de aglomeração e dispersão. Por um lado, apresentam núcleos de alta densidade econômica (centros financeiros, polos tecnológicos) que atraem investimentos; por outro, expandem-se por meio de uma dispersão espacial que integra áreas periféricas às redes globais. Essa dinâmica é sustentada por infraestruturas de circulação (transportes, telecomunicações) que garantem fluidez ao capital. Projetos como o América 2050

(2014), que propõe investimentos em infraestrutura para fortalecer a competitividade de 11 megarregiões nas Américas, exemplificam como a formação megarregional está ligada a estratégias geopolíticas e econômicas. No entanto, Lencioni alerta para a fragilidade institucional das políticas regionais, muitas vezes subordinadas a interesses privados, o que limita a coordenação de investimentos em infraestrutura (LENCIONI, 2019).

A autora conclui que as megarregiões são expressões contraditórias do capitalismo contemporâneo: ao mesmo tempo que reforçam a integração global e a acumulação de capital, reproduzem desigualdades espaciais e dependem de estruturas de governança frágeis. Elas representam uma ruptura com o modelo urbano tradicional, evidenciando a dissolução da cidade como forma hegemônica e a emergência de um novo paradigma de urbanização. Para Lencioni, compreender essas transformações exige uma crítica às categorias analíticas clássicas e uma atenção aos processos de financeirização, globalização e revolução tecnológica que moldam o espaço-tempo do capitalismo atual (LENCIONI, 2019).

A discussão de Lencioni (2019) sobre as megarregiões e a compressão do espaço-tempo encontra uma base teórica sólida em Santos (2004), que propõe o conceito de "espaço total". Enquanto Lencioni analisa as transformações materiais e imateriais do espaço, Santos reflete sobre a totalidade do

espaço geográfico, integrando as escalas local e global. Essa conexão permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas espaciais do capitalismo contemporâneo, destacando a importância de se considerar a interação entre as diferentes escalas e dimensões do espaço, conforme se discute a seguir.

## **CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS**

No capítulo “O espaço total de nossos dias”, Milton Santos aborda a complexa relação entre a produção do espaço e a organização social, destacando como o espaço geográfico é resultado das interações humanas com a natureza e das transformações impostas pelo trabalho coletivo. O autor inicia sua reflexão criticando as abordagens tradicionais da geografia, que, segundo ele, negligenciam a dimensão produtiva do espaço, com exceção de Henri Lefebvre, que já havia destacado a importância da prática social na produção do espaço. Santos argumenta que o espaço não é apenas um suporte físico, mas uma construção social, fruto da ação humana sobre a natureza, mediada por técnicas e instrumentos de trabalho (SANTOS, 2004).

O texto explora a ideia de que a produção do espaço está intrinsecamente ligada à produção da vida social. Desde os primórdios da humanidade, o homem, ao se tornar um ser social, transformou a natureza em um espaço organizado, criando uma

"segunda natureza", ou seja, uma natureza socializada. Essa transformação ocorre por meio do trabalho coletivo, que exige uma organização espacial e temporal específica. Santos enfatiza que a produção do espaço não é um ato isolado, mas um processo contínuo, que reflete as mudanças nas relações sociais e nas técnicas de produção. Cada fase histórica impõe novos ritmos e formas de organização do espaço, que são determinados pelas necessidades produtivas e pelas relações entre os homens e a natureza (SANTOS, 2004).

O autor também discute como a evolução das técnicas e dos instrumentos de trabalho influencia a organização do espaço. Desde os instrumentos mais simples, como a enxada, até as complexas infraestruturas urbanas e industriais, a humanidade tem modificado o espaço de acordo com suas necessidades produtivas. Santos destaca que, com o avanço das técnicas, o espaço se torna cada vez mais rígido e especializado, refletindo as desigualdades regionais e sociais. Ele argumenta que a divisão do trabalho, em escala global, ampliou as diferenças entre os espaços, criando uma geografia marcada pela coexistência de modelos antigos e modernos de produção (SANTOS, 2004).

Santos também aborda a questão da universalização do espaço, destacando como a globalização e a expansão das redes de influência em múltiplas escalas transformaram o espaço em um fenômeno total, interconectado e

interdependente. Ele introduz o conceito de "espaço total", que se refere ao espaço mundialmente solidário, onde as transformações locais estão cada vez mais vinculadas a processos globais. Essa universalização, no entanto, não é homogênea nem igualitária. O autor critica a ideia de que a globalização beneficia a todos, argumentando que, na realidade, ela é uma "universalização perversa", que concentra riqueza e poder nas mãos de poucos, enquanto a maioria permanece excluída dos benefícios dessas transformações (SANTOS, 2004).

O texto também explora a relação entre a produção do espaço e as estruturas sociais, destacando como as mudanças nas técnicas de produção e nas relações de trabalho refletem-se na organização espacial. Santos argumenta que o espaço não pode ser compreendido sem considerar as estruturas sociais e econômicas que o produzem. Ele utiliza o conceito de "formação econômica e social" para analisar como as diferentes sociedades, em seus contextos históricos específicos, produzem espaços particulares. Essa abordagem permite compreender como as desigualdades regionais e sociais são reproduzidas e reforçadas pela organização do espaço (SANTOS, 2004).

Além disso, o autor discute a dialética do espaço, utilizando os conceitos de *natura naturans* (natureza em transformação) e *natura naturata* (natureza transformada) para explicar como o espaço é constantemente reconfigurado pela ação humana. Ele

argumenta que a natureza primeira (bruta) é sempre transformada em uma natureza segunda (socializada), mas essa transformação não é um processo linear. Pelo contrário, é marcada por contradições e conflitos, que refletem as tensões entre as forças produtivas e as relações sociais. Santos enfatiza que o espaço é um produto histórico, resultado da interação entre a natureza e a sociedade, e que sua análise deve considerar tanto as dimensões materiais quanto as sociais (SANTOS, 2004).

Por fim, Santos reflete sobre a importância de se considerar a totalidade do espaço em suas múltiplas escalas, desde o local até o global. Ele argumenta que a análise geográfica deve ser capaz de integrar essas diferentes escalas, reconhecendo que os processos locais estão sempre conectados a dinâmicas mais amplas. O autor critica as abordagens que isolam o espaço local do contexto global, destacando que essa fragmentação impede uma compreensão completa das transformações espaciais. Para ele, o espaço é uma totalidade dialética, em constante movimento, e sua análise deve levar em conta as interações entre as diferentes escalas e os diversos atores envolvidos (SANTOS, 2004).

O capítulo conclui com uma reflexão sobre o papel da geografia como ciência crítica, capaz de desvendar as contradições e desigualdades presentes na produção do espaço. Santos defende que a geografia deve ir além da

descrição dos fenômenos espaciais, buscando compreender as estruturas sociais e econômicas que os produzem. Ele propõe uma geografia engajada, que contribua para a transformação social, denunciando as injustiças e apontando caminhos para a construção de um espaço mais justo e igualitário. Nesse sentido, o autor reforça a importância de se pensar o espaço não apenas como um produto da ação humana, mas também como um campo de lutas e disputas, onde se manifestam as contradições da sociedade (SANTOS, 2004).

Em síntese, O espaço total de nossos dias oferece uma reflexão profunda sobre a produção do espaço como um processo social e histórico, mediado pelas relações de trabalho e pelas técnicas de produção. Milton Santos destaca a importância de se considerar a totalidade do espaço, integrando as escalas local e global, e propõe uma geografia crítica, comprometida com a transformação social. O texto é uma contribuição fundamental para a compreensão das dinâmicas espaciais na contemporaneidade, destacando a centralidade do espaço na organização da vida social e na reprodução das desigualdades (SANTOS, 2004).

A reflexão de Santos (2004) sobre o espaço total como uma construção social e histórica, pode ser complementada por Claval (2013), que enfatiza a diversidade das geografias econômicas. Enquanto Santos propõe uma visão integrada do espaço, Claval destaca a pluralidade de abordagens e

perspectivas que compõem a geografia econômica. Juntos, esses autores reforçam a necessidade de uma análise crítica e interdisciplinar, capaz de desvendar as contradições e desigualdades presentes na produção do espaço.

## **CONCLUSÃO**

A análise dos artigos revisados neste trabalho revela que a geografia econômica contemporânea enfrenta desafios significativos diante das transformações impostas pela globalização, financeirização e revolução tecnológica. As teorias clássicas de localização e desenvolvimento regional, embora fundamentais para a compreensão das dinâmicas espaciais, mostram-se insuficientes para explicar a complexidade do capitalismo globalizado. Autores como Claval (2013) e Santos (2018) destacam que essas teorias, ao priorizarem modelos normativos e matemáticos, negligenciam fatores como desigualdades socioespaciais, especificidades institucionais e as transformações tecnológicas. A emergência de novas configurações espaciais, como as megarregiões e os circuitos espaciais produtivos, exige uma revisão crítica dessas abordagens, integrando perspectivas interdisciplinares e considerando as múltiplas escalas de análise (LENCIONI, 2019; CASTILLO e FREDERICO, 2010).

Um dos principais achados deste estudo é a constatação de que a globalização não é um fenômeno homogêneo ou irreversível, como muitas vezes é retratado. Batista Jr. (1998) e Santos (2000) argumentam que a narrativa da globalização como uma força inexorável serve para obscurecer as responsabilidades políticas e justificar medidas impopulares, especialmente em países periféricos. A análise dos dados históricos apresentados por Batista Jr. (1998) demonstra que a integração econômica atual não é sem precedentes, sendo, em muitos aspectos, uma retomada de tendências interrompidas por guerras e crises no século XX. Essa perspectiva crítica desafia a ideia de que a globalização beneficia a todos, destacando que ela é, na realidade, uma "universalização perversa", que concentra riqueza e poder nas mãos de poucos, enquanto a maioria permanece excluída dos benefícios dessas transformações (SANTOS, 2004).

A formação de megarregiões e circuitos espaciais produtivos globalizados é outro tema central discutido nos artigos. Lencioni (2019) e Castillo e Frederico (2010) destacam que essas configurações espaciais são expressões contraditórias do capitalismo contemporâneo: ao mesmo tempo que reforçam a integração global e a acumulação de capital, reproduzem desigualdades espaciais e dependem de estruturas de governança frágeis. As megarregiões, caracterizadas por uma lógica dual de aglomeração e dispersão, exemplificam

como o capital globalizado se ancora em infraestruturas materiais, modificando profundamente os lugares onde são implantadas (LENCIONI, 2019). No entanto, a fragilidade institucional das políticas regionais, muitas vezes subordinadas a interesses privados, limita a coordenação de investimentos em infraestrutura e reforça as desigualdades regionais (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

A crítica à abordagem de Krugman, apresentada por Sunley e Martin (2017), também é um ponto relevante deste estudo. Embora a "nova geografia econômica" tenha contribuído para a incorporação de conceitos geográficos na análise econômica, sua dependência de modelos formais e sua subestimação das externalidades tecnológicas e institucionais limitam sua aplicabilidade em cenários complexos e dinâmicos. A ênfase de Krugman na concorrência imperfeita e nos rendimentos crescentes de escala oferece insights valiosos para a compreensão da concentração industrial, mas simplifica a complexidade dos processos de desenvolvimento regional, ignorando fatores históricos e sociais que desempenham um papel essencial na formação dos padrões espaciais da economia (SUNLEY e MARTIN, 2017).

Em síntese, este estudo reforça a importância de se considerar a totalidade do espaço em suas múltiplas escalas e dimensões, integrando contribuições teóricas e empíricas para uma compreensão mais robusta das transformações espaciais

do capitalismo contemporâneo. A geografia, como ciência crítica, tem um papel fundamental nesse processo, ao desvendar as contradições do espaço e apontar caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (SANTOS, 2004; LENCIONI, 2019). No entanto, é necessário superar as limitações das abordagens tradicionais, adotando uma perspectiva interdisciplinar e engajada, que considere tanto as dimensões materiais quanto as sociais da produção do espaço.

## **AGRADECIMENTOS**

Palavras iniciais: Disciplina Geografia Econômica lecionada pelos autores desta revisão de literatura proveniente do estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências — Programa de Pós-graduação em Geografia.

O livro foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - 88881.083131/2024-01". Bolsa de pós-doutorado - (PIPD).

## **REFERÊNCIAS**

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Mitos da globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 125-186, 1998.

CLAVALL, Paul. A diversidade das geografias econômicas. **GEOgraphia**, v. 14, n. 27, p. 7-20, 2013.

CLAVALL, Paul. Geografia Econômica e Economia. **GeoTextos**, vol. 1, n. 1, 2005, p. 11-27.

SANTOS, Milton. O espaço total de nossos dias. In: \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 201-219.

SANTOS, Milton. Introdução. In: SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 9-11.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, dez. 2010.

LENCIONI, Sandra. Espaço-tempo do capitalismo contemporâneo e a constituição de megarregiões. In: OLIVEIRA, Floriano Godinho de et al. (Org.). **Espaço e Economia: Geografia Econômica e Economia Política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 81-102.

SANTOS, Flaviane Ramos dos. Questão locacional e teorias de localização: contextualização e análise de sua validade no período contemporâneo. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 40, v. 2, p. 120-142, jul./dez. 2018.

SUNLEY, Peter; MARTIN, Ron. A economia geográfica de Paul Krugman e suas consequências para a teoria do desenvolvimento regional: uma avaliação crítica. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES**, v. 1, n. 1, p. 5-35, jan./jun. 2017.

# **FINANCEIRIZAÇÃO, DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA POR MEIO DE REVISÃO DE LITERATURA**

## **RESUMO**

Este artigo analisa as dinâmicas da urbanização brasileira contemporânea a partir de uma perspectiva crítica, articulando contribuições do materialismo histórico, da economia política e da geografia urbana. O estudo parte do reconhecimento de que a urbanização no contexto do capitalismo globalizado tem sido marcada por contradições estruturais, expressas na financeirização do espaço, na segregação socioespacial e na persistência de desigualdades regionais históricas. O problema central investigado refere-se aos mecanismos pelos quais as dinâmicas do capitalismo contemporâneo - particularmente a financeirização e a reestruturação produtiva - aprofundam as assimetrias urbanas e regionais no Brasil, bem como às alternativas emergentes das críticas teóricas e das lutas sociais. O objetivo geral consistiu em analisar criticamente as relações entre acumulação capitalista, desigualdades regionais e urbanização no Brasil. Para tanto, estabelecemos quatro objetivos específicos: examinar as bases teóricas do modo de produção capitalista e sua expressão espacial; discutir as desigualdades regionais com foco no Nordeste e na Região Metropolitana de São Paulo; analisar os processos de financeirização e espoliação urbana; e explorar alternativas políticas e lutas sociais pelo direito à cidade. A metodologia empregada baseou-se em revisão bibliográfica sistemática e análise crítica de autores fundamentais, selecionados por sua contribuição para o debate interdisciplinar sobre urbanização. Os resultados demonstram que a urbanização brasileira constitui um processo de "destruição criativa" perversa, caracterizado pela coexistência de modernização e exclusão. Identificamos três eixos principais de análise: a financeirização como

mecanismo de produção de desigualdades urbanas; as persistentes assimetrias regionais como expressão do desenvolvimento desigual; e as lutas sociais como resistência à espoliação urbana.

**Palavras-chave:** Urbanização brasileira. Financeirização. Desigualdades regionais. Direito à cidade. Economia política urbana.

## **ABSTRACT**

This article analyzes the dynamics of contemporary Brazilian urbanization from a critical perspective, integrating contributions from historical materialism, political economy, and urban geography. The study acknowledges that urbanization in the context of globalized capitalism has been marked by structural contradictions, expressed in the financialization of space, socio-spatial segregation, and the persistence of historical regional inequalities. The central problem investigated concerns the mechanisms through which contemporary capitalism—particularly financialization and productive restructuring—deepens urban and regional asymmetries in Brazil, as well as the emerging alternatives proposed by theoretical critiques and social struggles. The general objective is to critically analyze the relationships between capitalist accumulation, regional inequalities, and urbanization in Brazil. To achieve this, we establish four specific objectives: to examine the theoretical foundations of the capitalist mode of production and its spatial expression; to discuss regional inequalities with a focus on the Northeast and the Metropolitan Region of São Paulo; to analyze the processes of financialization and urban spoliation; and to explore political alternatives and social movements advocating for the right to the city. The methodology is based on a systematic literature review and critical analysis of key authors selected for their contributions to the interdisciplinary debate on urbanization. The results demonstrate that Brazilian urbanization constitutes a process of perverse "creative destruction," characterized by the coexistence of modernization and exclusion. We identify three

main analytical axes: financialization as a mechanism for producing urban inequalities; persistent regional asymmetries as an expression of uneven development; and social struggles as resistance to urban spoliation.

**Keywords:** Brazilian urbanization. Financialization. Regional inequalities. Right to the city. Urban political economy.

## **RESUMEN**

Este artículo analiza las dinámicas de la urbanización brasileña contemporánea desde una perspectiva crítica, articulando aportes del materialismo histórico, la economía política y la geografía urbana. El estudio parte del reconocimiento de que la urbanización en el contexto del capitalismo globalizado ha estado marcada por contradicciones estructurales, expresadas en la financiarización del espacio, la segregación socioespacial y la persistencia de desigualdades regionales históricas. El problema central investigado se refiere a los mecanismos a través de los cuales las dinámicas del capitalismo contemporáneo—particularmente la financiarización y la reestructuración productiva—profundizan las asimetrías urbanas y regionales en Brasil, así como a las alternativas emergentes planteadas por las críticas teóricas y las luchas sociales. El objetivo general es analizar críticamente las relaciones entre acumulación capitalista, desigualdades regionales y urbanización en Brasil. Para ello, establecemos cuatro objetivos específicos: examinar las bases teóricas del modo de producción capitalista y su expresión espacial; discutir las desigualdades regionales con énfasis en el Nordeste y la Región Metropolitana de São Paulo; analizar los procesos de financiarización y expoliación urbana; y explorar alternativas políticas y luchas sociales en defensa del derecho a la ciudad. La metodología empleada se basa en una revisión bibliográfica sistemática y un análisis crítico de autores fundamentales, seleccionados por su contribución al debate interdisciplinario sobre urbanización. Los resultados demuestran que la

urbanización brasileña constituye un proceso de "destrucción creativa" perversa, caracterizado por la coexistencia de modernización y exclusión. Identificamos tres ejes principales de análisis: la financiarización como mecanismo de producción de desigualdades urbanas; las persistentes asimetrías regionales como expresión del desarrollo desigual; y las luchas sociales como resistencia a la expoliación urbana.

**Palabras clave:** Urbanización brasileña. Financiarización. Desigualdades regionales. Derecho a la ciudad. Economía política urbana.

## INTRODUÇÃO

A urbanização contemporânea tem se consolidado como um fenômeno central para a compreensão das dinâmicas do capitalismo global, marcado pela financeirização do espaço, pela desigualdade socioespacial e pela degradação ambiental. No contexto brasileiro, esse processo assume contornos particulares, expressos na segregação das metrópoles, na precarização do trabalho e na persistência de disparidades regionais históricas.

Diante desse cenário, emerge um problema central: como as dinâmicas do capitalismo - expressas na financeirização, na reestruturação produtiva e na regulação urbana - aprofundam as desigualdades socioespaciais e limitam o direito à cidade? Embora existam avanços teóricos significativos, persiste uma lacuna na articulação entre as críticas à economia política, os

estudos regionais e as análises sobre urbanização contemporânea. Essa fragmentação dificulta uma compreensão integrada dos desafios urbanos e das possibilidades de transformação social.

Este trabalho, então, tem como objetivo geral analisar criticamente as relações entre acumulação capitalista, desigualdades regionais e urbanização no Brasil, articulando contribuições teóricas do materialismo histórico, da economia política e da geografia crítica. Para alcançar esse propósito, estabelecemos quatro objetivos específicos: primeiro, examinar as bases teóricas do modo de produção capitalista e sua expressão no espaço urbano; segundo, discutir as desigualdades regionais e a dinâmica da urbanização no Brasil, com foco especial no Nordeste e na Região Metropolitana de São Paulo; terceiro, analisar os processos de financeirização e espoliação urbana, destacando seus impactos nas periferias; e quarto, explorar alternativas políticas e lutas sociais pelo direito à cidade.

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica crítica que articula diferentes perspectivas sobre urbanização, desenvolvimento regional e economia política. A seleção dos textos priorizou obras que estabelecem diálogos entre si, possibilitando uma análise integrada das escalas local, regional e global. Essa abordagem interdisciplinar busca

sistematizar um olhar abrangente sobre os desafios urbanos brasileiros, fornecendo subsídios tanto para a formulação de políticas públicas quanto para o fortalecimento de movimentos sociais comprometidos com a redução das desigualdades e a construção de cidades mais justas.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados acadêmicas renomadas, incluindo IBICT, CAPES, Google Scholar, SciELO, *ResearchGate* e Scopus. Inicialmente, foram considerados textos que abordam os temas de forma ampla, refinando-se posteriormente a busca com base nas palavras-chave relacionadas a cada disciplina e seus respectivos objetivos. Foram aplicados filtros específicos para delimitar os estudos às áreas de Geografia, Geografia Econômica e Geografia do Trabalho, garantindo uma seleção criteriosa. Apenas textos de acesso livre foram analisados, assegurando a transparência e acessibilidade da pesquisa. O processo envolveu uma triagem rigorosa, passando pela leitura de títulos, resumos e, quando necessário, pelo exame integral dos textos. Alguns materiais, inicialmente selecionados, foram descartados após uma leitura mais aprofundada, sendo substituídos por fontes mais alinhadas aos objetivos do estudo. Esse processo de refinamento garantiu um corpus teórico robusto, essencial para a construção da análise proposta.

Em um contexto de crise socioambiental e avanço do neoliberalismo, este estudo se reveste de especial importância

por três razões principais: amplia o debate acadêmico sobre urbanização crítica ao conectar teorias clássicas e contemporâneas; oferece subsídios para ações políticas que enfrentem a financeirização e a segregação urbana; e fortalece as lutas sociais pelo direito à moradia, à mobilidade e ao ambiente equilibrado. Ao articular essas diferentes dimensões, esperamos contribuir para uma compreensão mais abrangente dos desafios urbanos contemporâneos e para a construção de alternativas mais igualitárias e sustentáveis.

## **FINANCEIRIZAÇÃO, DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS**

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se em uma análise crítica de diversos artigos que abordam as dinâmicas da urbanização brasileira contemporânea sob diferentes perspectivas. Para isso, serão examinadas contribuições do materialismo histórico, da economia política e da geografia urbana, com o objetivo de compreender como os processos de financeirização, segregação socioespacial e desigualdades regionais se manifestam no contexto do capitalismo globalizado. A revisão bibliográfica será organizada de maneira sequencial, apresentando e discutindo cada artigo individualmente, destacando suas principais argumentações, metodologias e contribuições para o debate. Dessa forma, pretende-se construir uma visão articulada e interdisciplinar, evidenciando tanto as

convergências quanto os pontos de tensão entre os diferentes estudos analisados.

## **BASES TEÓRICAS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUA EXPRESSÃO NO ESPAÇO URBANO**

O primeiro artigo a ser analisado, "O modo de produção: categoria do materialismo histórico", de Magda Maria Colao, publicado na revista Movimento em 2006, aborda a categoria do modo de produção como central para o materialismo histórico, destacando sua importância na compreensão das transformações sociais e econômicas. A autora inicia o texto com uma reflexão sobre a natureza do capitalismo, citando Ellen Wood (2003), que argumenta que o capitalismo é estruturalmente antagônico à democracia, uma vez que submete as condições básicas de vida às leis do mercado e à acumulação de capital. Colao enfatiza que o modo de produção é a base para entender as relações sociais, políticas e econômicas, sendo composto pelas forças produtivas (ser humano, ferramentas, máquinas, tecnologia) e pelas relações de produção (assalariados e empresários, dentre outros) (Colao, 2006).

A autora retoma as contribuições de Karl Marx, especialmente em sua obra "Contribuição para a crítica da economia política", que define o modo de produção como a estrutura econômica da sociedade, condicionado ao desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Marx

argumenta que as relações de produção são independentes da vontade humana e correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. Colao destaca que o modo de produção é uma categoria dialética, em constante movimento, e que as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção são o motor das transformações históricas. Ela também critica a visão determinista tecnológica, que prioriza as forças produtivas, e defende que as relações de produção são mais duradouras e fundamentais para as mudanças sociais (Colao, 2006).

Colao explora a evolução histórica dos modos de produção, desde o primitivo até o capitalista, passando pelo escravista, feudal e asiático. Ela destaca que o modo de produção primitivo era baseado na propriedade coletiva e na ausência de excedentes, o que impedia a formação de classes sociais antagônicas. Já o modo de produção capitalista, que surge na Idade Média com o assalariamento dos aprendizes, é caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pela exploração do trabalho assalariado. A autora cita Marx para explicar que o capitalismo transforma a força de trabalho em mercadoria, gerando a mais-valia, que é apropriada pelo capitalista. Esse processo leva à concentração de riqueza e ao aumento da desigualdade social, conforme evidenciado pelos relatórios das Nações Unidas sobre o desenvolvimento humano (Colao, 2006).

Discute, ainda, o papel do Estado e das instituições no modo de produção capitalista, destacando como a globalização, conforme analisada por István Mészáros (2002), reforça a dominação e a exploração do capital, especialmente nos países subdesenvolvidos. A autora critica a ideia de que a globalização é um processo natural e benéfico, argumentando que ela perpetua a desigualdade e a exploração, com trabalhadores em países periféricos recebendo salários significativamente menores do que seus equivalentes em países desenvolvidos. Esse fenômeno é exemplificado pela "guerra fiscal" entre estados brasileiros para atrair indústrias multinacionais, o que, segundo Colao, beneficia principalmente o grande capital em detrimento dos trabalhadores (Colao, 2006).

A autora explora também a transição do feudalismo para o capitalismo, destacando que essa mudança não foi apenas tecnológica, mas também envolveu a transformação das relações de propriedade. Ela cita Ellen Wood (2003) para argumentar que a passagem do feudalismo ao capitalismo ocorreu por meio da reconfiguração das regras de reprodução econômica, com a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção. Esse processo, conhecido como "acumulação primitiva", foi fundamental para a consolidação do capitalismo, pois transformou os produtores diretos em trabalhadores assalariados e os meios de produção em capital (Colao, 2006).

Colao também aborda o modo de produção socialista, que surge como negação do capitalismo e da luta de classes. No socialismo, a propriedade dos meios de produção é socializada, e as contradições antagônicas do capitalismo são superadas. A autora ressalta que, no socialismo, cada membro da sociedade tem acesso aos bens necessários para sua existência, e as classes sociais desaparecem. No entanto, ela não aprofunda a análise sobre o socialismo, concentrando-se principalmente na crítica ao capitalismo e na exploração das relações de produção que o caracterizam (Colao, 2006).

A autora conclui que o modo de produção é uma categoria essencial para entender a história da humanidade, pois condiciona não apenas a produção material, mas também as relações sociais, políticas e culturais. Ela enfatiza que o materialismo histórico, ao analisar o modo de produção, permite compreender as contradições e as transformações que ocorrem na sociedade. Colao também critica as abordagens que separam a estrutura econômica da história, defendendo que o materialismo histórico deve integrar a análise das condições materiais com a ação humana e a especificidade histórica (Colao, 2006).

Ao longo do texto, Colao reforça a importância de compreender o modo de produção como uma totalidade dialética, em que as forças produtivas e as relações de produção estão em constante interação e contradição. Ela critica as

interpretações reducionistas que priorizam apenas um dos aspectos, seja o tecnológico (forças produtivas) ou o social (relações de produção), argumentando que ambos são indissociáveis e devem ser analisados em conjunto. A autora também destaca que o modo de produção capitalista, apesar de suas transformações e adaptações, mantém sua essência exploratória, concentrando a riqueza nas mãos de poucos e perpetuando a desigualdade social (Colao, 2006).

Colao finaliza o artigo refletindo sobre a influência do modo de produção no desenvolvimento humano e na formação da consciência social. Ela cita Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, onde afirmam que o modo como os homens produzem seus meios de vida determina sua forma de vida e sua consciência. A autora ressalta que as ideias dominantes em uma sociedade são as ideias da classe dominante, o que reforça a importância de analisar o modo de produção para entender as estruturas de poder e as relações sociais. Colao conclui que o estudo do modo de produção é fundamental para a pesquisa acadêmica, pois permite compreender as raízes das desigualdades e apontar caminhos para a transformação social (Colao, 2006).

Em síntese, o artigo de Magda Maria Colao oferece uma análise profunda e crítica do modo de produção como categoria central do materialismo histórico, destacando sua relevância para a compreensão das transformações sociais e econômicas. A autora combina reflexões teóricas com exemplos históricos,

demonstrando como o capitalismo, apesar de suas mudanças, mantém sua natureza exploratória e desigual. O texto é uma contribuição valiosa para os estudos sobre materialismo histórico e para a crítica do capitalismo, oferecendo insights importantes para a pesquisa acadêmica e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária (Colao, 2006).

Enfim, Magda Colao, ao discutir o modo de produção como categoria central do materialismo histórico, ressalta que as relações de produção e as forças produtivas são fundamentais para se entender as transformações sociais e econômicas. Ela destaca que o capitalismo, ao priorizar a acumulação de capital, gera contradições que se refletem nas desigualdades sociais e na exploração do trabalho. Essa análise dialoga diretamente com a obra de Karl Marx em "Salário, preço e lucro", onde ele desmonta a ideia de que aumentos salariais levam necessariamente a aumentos de preços, mostrando que a exploração do trabalho é a base da acumulação capitalista. Marx argumenta que o valor das mercadorias é determinado pelo trabalho socialmente necessário, e que os lucros são fruto da mais-valia extraída dos trabalhadores. Essa crítica à exploração do trabalho é essencial para entender como as desigualdades sociais e econômicas são reproduzidas no espaço urbano e regional, tema que será explorado por outros autores.

O texto "Salário, preço e lucro", de Karl Marx, é um capítulo do livro "Introdução à crítica da economia política", organizado

por Henrique Tahan Novaes *et al.*, publicado em 2019. Neste capítulo, Marx discute a relação entre salários, preços e lucros, refutando a ideia de que aumentos salariais levam necessariamente a aumentos de preços e, conseqüentemente, a uma redução do poder de compra dos trabalhadores. O texto foi originalmente apresentado como uma conferência em 1865, durante uma reunião do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, e busca esclarecer questões econômicas fundamentais para a classe operária (Marx, 2019).

Marx inicia o texto com observações preliminares, destacando o contexto de greves e demandas por aumentos salariais que ocorriam na Europa na época. Menciona o cidadão Weston, que defendia a tese de que aumentos salariais seriam prejudiciais aos trabalhadores, pois levariam a aumentos de preços, anulando os ganhos obtidos. Marx critica essa visão, argumentando que ela é teoricamente falsa e perigosa na prática. Ele então passa a analisar as premissas de Weston, que se baseavam na ideia de que o volume da produção nacional e o montante dos salários reais seriam grandezas fixas. Refuta, então, essas premissas, mostrando que tanto a produção quanto os salários são variáveis e estão sujeitos a mudanças ao longo do tempo (Marx, 2019).

O autor desenvolve sua argumentação demonstrando que o volume da produção nacional não é fixo, mas sim variável, dependendo de fatores como a acumulação de capital e as

forças produtivas do trabalho. Ele também refuta a ideia de que os salários reais são uma grandeza constante, mostrando que os salários podem variar em função das condições econômicas e das lutas dos trabalhadores. Marx utiliza exemplos matemáticos para ilustrar que, mesmo em um cenário hipotético onde o volume da produção fosse fixo, os salários e os lucros poderiam variar proporcionalmente, sem que isso afetasse o volume total da produção (Marx, 2019).

Marx também critica a ideia de que aumentos salariais levariam a aumentos de preços, argumentando que isso só ocorreria se houvesse uma relação direta e mecânica entre salários e preços, o que não é o caso. Ele explica que os preços das mercadorias são determinados por uma série de fatores, incluindo a oferta e a procura, e não apenas pelos custos salariais. Além disso, destaca que os capitalistas têm a capacidade de ajustar seus lucros para compensar aumentos salariais, sem necessariamente repassar esses custos para os preços das mercadorias (Marx, 2019).

Avançando em sua análise, discute a relação entre salários, lucros e preços, mostrando que um aumento geral dos salários não necessariamente levaria a um aumento proporcional nos preços das mercadorias. Argumenta que, se os salários aumentassem, os trabalhadores teriam maior poder de compra, o que poderia aumentar a demanda por bens de primeira necessidade. No entanto, isso não significaria um aumento

generalizado de preços, pois os capitalistas que produzem bens de luxo ou não essenciais não teriam como compensar o aumento dos salários com aumentos de preços, já que a demanda por esses produtos não aumentaria. Como resultado, haveria uma redistribuição de lucros entre os diferentes setores da economia, mas não necessariamente um aumento generalizado de preços (Marx, 2019).

O autor também aborda a questão da oferta e da procura, mostrando que os preços das mercadorias são influenciados por essas forças, mas não são determinados exclusivamente por elas. Ele critica a visão simplista de que os preços são regulados apenas pelos salários, argumentando que essa ideia ignora a complexidade das relações econômicas e a dinâmica do mercado. Marx explica que, em um sistema capitalista, os preços são determinados por uma série de fatores, incluindo os custos de produção, a concorrência entre os capitalistas e as flutuações da oferta e da procura. Portanto, um aumento nos salários não levaria automaticamente a um aumento nos preços, pois os capitalistas teriam outras formas de ajustar seus lucros, como a redução de custos ou a melhoria da produtividade (Marx, 2019).

Além disso, Marx discute a questão da moeda e dos meios de pagamento, refutando a ideia de que um aumento nos salários exigiria uma quantidade maior de moeda em circulação. Ele argumenta que o sistema bancário e financeiro é capaz de ajustar a quantidade de moeda em circulação para atender às

necessidades da economia, sem que isso cause inflação ou desequilíbrios significativos. Marx utiliza exemplos históricos, como a Lei das Dez Horas na Inglaterra, para mostrar que aumentos salariais não levaram a aumentos de preços, mas sim a uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores e a um aumento da produtividade (Marx, 2019).

O autor também critica a visão de que os salários são determinados apenas pela oferta e pela procura de trabalho, argumentando que essa ideia ignora as relações de poder entre capitalistas e trabalhadores. Ele explica que os salários são o resultado de uma luta de classes, em que os trabalhadores buscam melhorar suas condições de vida, enquanto os capitalistas buscam maximizar seus lucros. Portanto, os salários não são determinados apenas por leis econômicas abstratas, mas também pelas condições sociais e políticas em que se dá a luta entre as classes (Marx, 2019).

Marx conclui sua análise destacando que o valor das mercadorias não é determinado apenas pelos salários, mas pelo trabalho socialmente necessário para produzi-las. Ele critica a ideia de que os salários regulam os preços das mercadorias, mostrando que essa visão é uma tautologia, pois equivale a dizer que "o valor é determinado pelo valor". Em vez disso, Marx argumenta que o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, e

que os salários representam apenas uma parte desse valor, correspondente ao custo da força de trabalho (Marx, 2019).

O autor também refuta a ideia de que os lucros são simplesmente uma porcentagem adicional sobre os salários, argumentando que os lucros são o resultado da exploração do trabalho assalariado. Explica que os capitalistas se apropriam da mais-valia, que é a diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor pago a ele em forma de salário. Portanto, os lucros não são determinados por uma "lei natural" ou por uma vontade arbitrária dos capitalistas, mas sim pelas relações de produção capitalistas, que permitem a exploração do trabalho (Marx, 2019).

Marx finaliza o texto enfatizando a importância da luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho. Ele argumenta que, embora os aumentos salariais não resolvam todos os problemas da classe operária, eles são uma parte essencial da luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Marx defende que os trabalhadores devem se organizar e lutar por seus direitos, pois apenas através da luta coletiva eles podem enfrentar o poder dos capitalistas e buscar a transformação das relações sociais de produção (Marx, 2019).

Em síntese, o texto "Salário, preço e lucro" de Karl Marx oferece uma análise crítica das relações entre salários, preços e lucros no sistema capitalista. Refuta as ideias simplistas de que aumentos salariais levam necessariamente a aumentos de

preços ou que os salários são determinados apenas pela oferta e procura de trabalho. Em vez disso, demonstra que os salários, os preços e os lucros são determinados por uma complexa interação de fatores econômicos, sociais e políticos, e que a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida é uma parte essencial da transformação das relações de produção capitalistas (Marx, 2019).

A crítica de Marx à exploração do trabalho e à acumulação de capital encontra eco na análise de Josué de Castro sobre a fome no Brasil. Castro argumenta que a fome não é um problema de escassez de recursos, mas sim de má distribuição, resultante de uma estrutura econômica que concentra riqueza e exclui grande parte da população. Ele divide o Brasil em áreas alimentares distintas, destacando que regiões como o Sertão Nordestino e a Amazônia sofrem com carências crônicas, enquanto outras áreas apresentam desequilíbrios menos graves. Essa perspectiva reforça a ideia de que as desigualdades sociais e regionais são fruto de um sistema que prioriza a acumulação em detrimento do bem-estar coletivo. A fome, assim como a exploração do trabalho, é uma manifestação das contradições do capitalismo, tema que será retomado a seguir.

## **DESIGUALDADES REGIONAIS E A DINÂMICA DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL: O NORDESTE E A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

A introdução do livro "Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço", de Josué de Castro, publicada em 1984, aborda a fome como um fenômeno social universal, que não se restringe apenas ao Extremo Oriente ou à Europa devastada pela guerra, mas que também afeta profundamente o continente americano, incluindo o Brasil. O autor refuta a ideia de que a fome é um problema distante ou exclusivo de regiões exóticas, destacando que mesmo na América, conhecida como o "continente da abundância", milhões de pessoas sofrem com a subnutrição e a fome. Enfatiza que a fome no Brasil é um problema crônico e generalizado, que afeta grande parte da população, especialmente nas regiões mais pobres, como a Amazônia, a Mata e o Sertão Nordestino (Castro, 1984).

Castro argumenta que a fome no Brasil não é resultado da escassez de recursos naturais, mas sim de uma estrutura econômico-social que impede o aproveitamento racional desses recursos. Ele destaca que o país possui uma grande variedade de climas e solos, capazes de produzir alimentos suficientes para nutrir uma população muito maior que a atual. No entanto, os hábitos alimentares defeituosos e a má distribuição dos recursos alimentares são consequências de fatores

socioculturais e econômicos, que perpetuam a desigualdade e a pobreza (Castro, 1984).

O autor divide o Brasil em cinco áreas alimentares distintas, cada uma com seus próprios recursos e padrões dietéticos: a Amazônia, a Mata do Nordeste, o Sertão Nordestino, o Centro-Oeste e o Extremo Sul. Dessas, três são consideradas áreas de fome, onde a maioria da população sofre de carências alimentares graves e crônicas. Nas outras duas regiões, embora existam desequilíbrios alimentares, eles não atingem a maioria da população, caracterizando-se mais como áreas de subnutrição do que de fome propriamente dita (Castro, 1984).

Castro conclui que a fome no Brasil é um problema estrutural, que requer uma abordagem que vá além da simples produção de alimentos, envolvendo mudanças profundas na organização econômica e social do país. Ele defende a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso equitativo aos recursos alimentares e promovam o desenvolvimento sustentável, visando erradicar a fome e melhorar as condições de vida da população brasileira (Castro, 1984).

A discussão de Castro sobre a desigualdade no acesso aos recursos alimentares e a má distribuição da riqueza conecta-se com a análise de Porto-Gonçalves sobre a geopolítica do controle da natureza. Porto-Gonçalves destaca como a exploração dos recursos naturais, como água, energia e

biodiversidade, está intrinsecamente ligada à acumulação de capital e à desigualdade ambiental. Ele critica a "otimização planetária da economia da vida e da morte", em que países periféricos são destinados a atividades poluentes e degradantes, enquanto os países centrais se beneficiam dos recursos naturais globais. Essa exploração dos recursos, seja na forma de alimentos ou de bens naturais, é parte de um sistema que perpetua a exclusão e a degradação socioambiental. Ambos os autores enfatizam que a superação dessas desigualdades requer mudanças estruturais no sistema econômico e político.

No capítulo "*¿Cuál es la nueva geopolítica de control de la naturaleza?*", do livro *El desafío ambiental*, Carlos Walter Porto-Gonçalves discute a nova geopolítica que emerge no contexto neoliberal, focando no controle dos recursos naturais estratégicos: energia, diversidade biológica e água. O autor argumenta que, com o avanço da tecnologia, especialmente na indústria química, engenharia genética e agronegócio, esses recursos tornaram-se centrais para a acumulação de capital. A exploração de minerais raros, por exemplo, exige um consumo elevado de energia e água, além de técnicas avançadas de manipulação em escala nanoscópica, molecular e atômica (Porto-Gonçalves, 2006).

Porto-Gonçalves destaca que o ciclo de produção não se encerra com o consumo, mas gera resíduos que precisam ser tratados. Esses resíduos, quando dispersos ou assimiláveis

pelos ciclos metabólicos da natureza, não representam um problema grave. No entanto, o atual padrão de produção e consumo concentra resíduos em determinados pontos do espaço, gerando volumes de matéria não biodegradável em escalas de tempo que comprometem gerações presentes e futuras. O autor cita exemplos de desastres ambientais, como Bhopal, Chernobyl e Minamata, para ilustrar os riscos associados à introdução de novos elementos químicos sintéticos e organismos transgênicos no ambiente (Porto-Gonçalves, 2006).

O texto também aborda a questão da temporalidade, argumentando que o tempo do capital, baseado no relógio e na acumulação, entra em conflito com os tempos da natureza, que são diversos e materiais. Porto-Gonçalves enfatiza que a manipulação genética e a introdução de organismos transgênicos no ambiente são processos recentes, cujos impactos a longo prazo ainda são desconhecidos. Isso gera tensões entre diferentes racionalidades: a econômica, centrada no lucro, e as ambientais, ligadas às diversas culturas e suas relações com a natureza (Porto-Gonçalves, 2006).

Por fim, o autor conclui que o desafio ambiental contemporâneo está no centro do debate geopolítico, pois questiona a relação da humanidade com o planeta e suas diferentes qualidades. A configuração territorial futura dependerá de como as sociedades lidarão com essas tensões,

buscando equilibrar a acumulação de capital com a sustentabilidade ambiental e a justiça social (Porto-Gonçalves, 2006).

A crítica de Porto-Gonçalves à exploração dos recursos naturais e à desigualdade ambiental encontra paralelo na análise de Funari sobre a desconcentração produtiva no Brasil. Funari discute como a industrialização e as políticas neoliberais levaram a uma reconfiguração regional, com impactos desiguais entre o Sudeste e o Nordeste. Ele divide o período entre 1970 e 2005 em três fases: a primeira, de crescimento industrial diversificado; a segunda, marcada pela crise dos anos 1980 e pela Guerra Fiscal; e a terceira, de estagnação e reconcentração industrial. Essa análise reforça a ideia de que o desenvolvimento econômico, muitas vezes, acentua as disparidades regionais e sociais; além disso, a desconcentração produtiva, embora tenha gerado crescimento em algumas áreas, não foi capaz de promover um desenvolvimento equilibrado.

O texto mencionado, de Armando Palermo Funari, intitulado "Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005", analisa a obra de Wilson Cano, que investiga as transformações produtivas e migratórias no Brasil entre 1970 e 2005. Cano aborda a desconcentração regional da produção industrial, destacando como São Paulo, embora tenha mantido sua liderança industrial, viu sua participação relativa diminuir em favor de outras regiões do país. O autor divide o período em três

fases principais: a década de 1970, marcada por um crescimento industrial diversificado e uma desconcentração produtiva positiva; a década de 1980, conhecida como a "década perdida", caracterizada por baixo crescimento e inflação alta, com uma desconcentração considerada "espúria" devido à Guerra Fiscal; e o período pós-1989, com a adoção de políticas neoliberais, que resultaram em um crescimento econômico modesto e uma desconcentração ainda mais complexa e menos virtuosa (Funari, 2009).

Funari destaca que, na década de 1970, houve um fortalecimento dos nexos inter-regionais e uma diversificação da estrutura industrial, com crescimento significativo tanto em São Paulo quanto nas regiões periféricas. No entanto, a partir dos anos 1980, a desconcentração passou a ser mais influenciada por fatores externos, como a abertura comercial e financeira, a valorização cambial e a Guerra Fiscal, que distorceram a localização da produção industrial. O autor também ressalta o impacto das políticas neoliberais, que levaram ao abandono de projetos de desenvolvimento regional e à deterioração de instituições como a Sudene e a Sudam (Funari, 2009).

Além disso, o texto aborda as migrações inter-regionais, mostrando que, apesar do aumento das áreas receptoras no Norte e Centro-Oeste, São Paulo continuou sendo o principal destino dos migrantes. Funari conclui com uma crítica ao processo de desconcentração recente, que, segundo ele, tem

sido mais espúrio do que virtuoso, com o enfraquecimento dos nexos entre o centro dinâmico (São Paulo) e o restante do país. O autor alerta para os riscos dessa desconcentração, especialmente em um contexto de crise global, que pode expor a fragilidade da estrutura produtiva brasileira, cada vez mais dependente do setor externo (Funari, 2009).

A desconcentração produtiva analisada por Funari é complementada pela proposta de Lemos, Diniz e Guerra de uma nova regionalização econômica do Brasil. Eles identificam doze macropolos econômicos, com base no Índice de Terciarização Ajustado, e delimitam suas áreas de influência utilizando o Modelo Gravitacional. A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) emerge como o principal polo nacional, seguida por Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras cidades. No entanto, o estudo revela grandes disparidades regionais, especialmente no Norte e Nordeste, onde os macropolos enfrentam desafios para integrar áreas de baixa densidade econômica e infraestrutura precária.

O artigo "A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica", de Mauro Borges Lemos, Clelio Campolina Diniz, Leonardo Pontes Guerra e Sueli Moro, propõe uma nova regionalização econômica do Brasil, baseada na identificação de polos econômicos e suas áreas de influência. O estudo utiliza uma metodologia inovadora, aplicando o Modelo Gravitacional adaptado ao contexto brasileiro, com o auxílio de

Sistemas de Informações Geográficas (SIG). A unidade espacial básica adotada é a microrregião geográfica (MRG) do IBGE, e os dados utilizados são provenientes do Censo Demográfico de 1991. O objetivo principal é delinear uma nova configuração regional que considere a hierarquia urbana e a interação econômica entre as diferentes regiões do país (Lemos, Diniz e Guerra, 2003).

A metodologia proposta pelo estudo baseia-se na teoria do lugar central e na área de mercado, desenvolvida por Christaller e Lösch, que enfatiza a importância dos centros urbanos como organizadores do espaço econômico. O Modelo Gravitacional é utilizado para calcular o potencial de interação econômica entre as microrregiões, considerando a massa de rendimentos e a distância geográfica entre os polos. O Índice de Terciarização ( $It$ ) é calculado para cada microrregião, com o objetivo de medir a capacidade de oferta de serviços e a influência econômica dos polos. Esse índice é ajustado para evitar distorções, como no caso de cidades dormitórios ou áreas economicamente vazias, que poderiam apresentar índices elevados de terciarização sem uma base produtiva significativa (Lemos, Diniz e Guerra, 2003).

O estudo identifica doze macropolos econômicos, que são os principais centros urbanos do país, com base no Índice de Terciarização Ajustado ( $It^*$ ). Esses macropolos são hierarquizados de acordo com sua capacidade de polarização econômica, sendo São Paulo e Rio de Janeiro os principais

polos nacionais, seguidos por Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Recife, Brasília, Fortaleza, Goiânia, Belém e Manaus. A partir desses macropolos, o estudo delimita as áreas de influência de cada um, utilizando o Modelo Gravitacional para calcular o Índice Potencial de Interação (Igt) entre as microrregiões. Esse índice permite identificar quais microrregiões são polarizadas por cada macropolo, considerando a distância geográfica e a massa de rendimentos (Lemos, Diniz e Guerra, 2003).

A regionalização proposta pelo estudo resulta em onze macrorregiões, cada uma polarizada por um macropolo, com exceção do Centro-Oeste, que é multipolarizado por Brasília e Goiânia. As macrorregiões são compostas por mesorregiões, que por sua vez são formadas por microrregiões. O estudo também incorpora uma análise da fricção espacial, considerando a acessibilidade e a qualidade da infraestrutura de transportes, que podem influenciar a capacidade de polarização dos polos. A representação cartográfica das áreas de influência é feita com o auxílio do SIG, permitindo uma visualização clara da nova configuração regional brasileira (Lemos, Diniz e Guerra, 2003).

A análise da nova configuração regional brasileira revela uma forte concentração econômica no eixo Sul-Sudeste, com São Paulo e Rio de Janeiro exercendo uma influência nacional, enquanto outros macropolos, como Belo Horizonte, Porto Alegre

e Curitiba, têm uma influência mais regional. O estudo destaca que a capacidade de polarização dos macropolos está diretamente relacionada à sua integração com o polo nacional de São Paulo, que continua a ser o centro dinâmico da economia brasileira. As regiões mais próximas de São Paulo, como o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas, são fortemente integradas à economia paulista, beneficiando-se de uma infraestrutura de transportes mais desenvolvida e com uma maior diversificação produtiva (Lemos, Diniz e Guerra, 2003).

No entanto, o estudo também aponta para a existência de grandes disparidades regionais, especialmente no Norte e Nordeste do país. Nessas regiões, os macropolos, como Belém, Fortaleza e Recife, enfrentam desafios significativos para integrar suas áreas de influência, que muitas vezes são caracterizadas por baixa densidade econômica e infraestrutura precária. Manaus, por exemplo, é destacado como um caso de região industrial isolada, cuja economia depende fortemente de incentivos fiscais e está pouco integrada ao restante do país. O estudo sugere que essas regiões necessitam de políticas públicas específicas para promover o desenvolvimento local e regional, com foco na criação de fatores locacionais competitivos e na ampliação da densidade urbana (Lemos, Diniz e Guerra, 2003).

O artigo também realiza uma comparação entre a regionalização proposta para 1991 e uma anterior, realizada em

1980. A análise comparativa mostra que, apesar de algumas mudanças pontuais, a estrutura geral da economia regional brasileira manteve-se relativamente estável ao longo da década de 1980. No entanto, o estudo sugere que a década de 1990 trouxe mudanças mais significativas, especialmente com o processo de reconcentração industrial e a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste. A consolidação de novas regiões agrícolas, como Barreiras e Petrolina-Juazeiro, e a exploração de recursos minerais no Complexo de Carajás são exemplos de transformações que começaram a se consolidar no período (Lemos, Diniz e Guerra, 2003).

A metodologia utilizada no estudo permite uma análise detalhada da hierarquia urbana e da integração econômica entre as regiões, mas também apresenta limitações. O uso da distância geodésica, em vez de uma medida mais precisa do custo de transporte, pode subestimar a influência de polos localizados em áreas com infraestrutura de transportes precária. Além disso, a falta de dados sobre fluxos de mercadorias e serviços limita a precisão do Modelo Gravitacional, que é baseado em variáveis de estoque, como a massa de rendimentos, em vez de variáveis de fluxo. Apesar dessas limitações, o estudo oferece uma contribuição importante para o entendimento da geografia econômica do Brasil, destacando a necessidade de políticas regionais que promovam a integração

econômica e o desenvolvimento equilibrado das diferentes regiões do país (Lemos, Diniz e Guerra, 2003).

O estudo conclui que a nova configuração regional brasileira reflete um desenvolvimento desigual, com uma forte concentração econômica no Centro-Sul e grandes áreas de subsistência no Norte e Nordeste. A integração produtiva entre as regiões é limitada, especialmente nas áreas mais distantes do polo nacional de São Paulo. O artigo sugere que a consolidação de uma rede urbana mais integrada e a promoção de economias de aglomeração são essenciais para reduzir as disparidades regionais e promover um desenvolvimento mais equilibrado. Além disso, o estudo destaca a importância de políticas públicas que incentivem a criação de cadeias produtivas regionais e a melhoria da infraestrutura de transportes, especialmente nas regiões mais isoladas (Lemos, Diniz e Guerra, 2003).

Em termos de contribuições, o artigo oferece uma metodologia inovadora para a regionalização econômica, que pode ser replicada em estudos futuros, especialmente com a disponibilidade de novos dados censitários. A utilização do SIG e do Modelo Gravitacional permite uma análise espacial detalhada, que pode ser útil para o planejamento de políticas públicas e para o entendimento das dinâmicas regionais. No entanto, o estudo também reconhece a necessidade de aprimoramentos metodológicos, como a incorporação de dados

mais precisos sobre fluxos de mercadorias e serviços e a consideração de variáveis ambientais e políticas na delimitação das regiões (Lemos, Diniz e Guerra, 2003).

Por fim, o artigo ressalta que a configuração regional brasileira está em constante transformação, influenciada por processos históricos, econômicos e políticos. Apesar da relativa estabilidade da rede urbana, mudanças significativas podem ocorrer com a consolidação de novos polos econômicos e a expansão da fronteira agrícola e mineral. O estudo sugere que futuras pesquisas devem acompanhar essas transformações, utilizando metodologias semelhantes para atualizar a regionalização e fornecer subsídios para o planejamento regional e nacional (Lemos, Diniz e Guerra, 2003).

A análise de Lemos, Diniz e Guerra sobre a geografia econômica brasileira, com foco na hierarquia urbana e na integração regional, conecta-se diretamente com o estudo de Pereira Junior sobre as dinâmicas industriais e urbanas no Nordeste. Pereira Junior destaca como a reestruturação produtiva e a globalização impactaram a urbanização da região, criando novas centralidades e aprofundando desigualdades. Ele identifica três configurações espaciais produtivas: sistemas industriais localizados, zonas industriais e complexos industriais e portuários. Essas configurações redefiniram o papel das cidades nordestinas, com destaque para polos como Suape (PE) e Pecém (CE), que atraíram investimentos em infraestrutura e

indústria pesada. No entanto, o crescimento econômico não se traduziu em desenvolvimento equilibrado, com áreas periféricas permanecendo estagnadas e excluídas. Essa discussão reforça a ideia de que o desenvolvimento regional e urbano está intrinsecamente ligado às transformações econômicas e políticas em escala nacional e global.

O artigo "Dinâmicas industriais e urbanização no Nordeste do Brasil", de Edilson Pereira Junior, analisa as transformações recentes na geografia industrial e urbana da região Nordeste do Brasil, destacando como a reestruturação produtiva e a globalização têm impactado o processo de urbanização e a organização do espaço regional. O autor enfoca três "configurações espaciais produtivas" que têm redefinido os papéis das cidades e a rede urbana nordestina: os sistemas industriais localizados, as zonas industriais formadas por investimentos externos e os complexos industriais e portuários. Essas configurações são responsáveis por mudanças significativas na divisão territorial do trabalho, na reestruturação urbana e na articulação entre cidades e regiões (Pereira Junior, 2015).

A reestruturação econômica global, marcada por avanços tecnológicos, flexibilização produtiva e integração de mercados, tem gerado uma mobilidade sem precedentes de capitais, mercadorias e pessoas. No Brasil, esse processo tem levado à desconcentração industrial, com a migração de fábricas para

regiões antes consideradas periféricas, como o Nordeste. A região, que historicamente recebeu poucos investimentos industriais, passou a atrair empresas de diversos setores, especialmente a partir dos anos 1990, devido a políticas de incentivo fiscal, mão de obra barata e infraestrutura melhorada. Esse movimento tem redefinido a geografia econômica do Nordeste, com impactos significativos sobre a urbanização e a rede urbana regional (Pereira Junior, 2015).

O autor destaca que a desconcentração industrial no Brasil não foi homogênea. Enquanto o Sudeste e o Sul ainda concentram a maior parte da produção industrial, o Nordeste tem experimentado um crescimento relativo, especialmente em setores como calçados, têxteis, alimentos e bebidas. Esse crescimento é impulsionado por políticas de desenvolvimento regional, como as implementadas pela Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), e por investimentos em infraestrutura, como os realizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No entanto, o desenvolvimento industrial no Nordeste ainda é marcado por desigualdades, com concentração de investimentos em áreas já estruturadas, como as regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza (Pereira Junior, 2015).

A primeira configuração espacial produtiva analisada pelo autor são os sistemas industriais localizados, que consistem em aglomerados de pequenas e médias empresas, geralmente de

capital local, que operam em setores tradicionais como confecções, móveis, calçados e alimentos. Esses sistemas são caracterizados por uma produção descentralizada e flexível, com forte ligação com as tradições locais e a economia informal. Um exemplo destacado é o sistema de confecções, têxteis e bordados no sertão do Rio Grande do Norte, que envolve cidades como Caicó, Serra Negra do Norte e Jardim de Piranhas. Essas cidades têm se especializado na produção de bonés, tecelagens e peças de confecção, muitas vezes em parceria com grandes empresas sediadas em outras regiões. Apesar da informalidade e da precariedade de algumas unidades produtivas, esses sistemas têm gerado empregos e dinamizado a economia local, redefinindo as funções das pequenas cidades na rede urbana regional (Pereira Junior, 2015).

A segunda configuração espacial produtiva abordada no artigo são as zonas industriais, formadas pela instalação de grandes investimentos externos, especialmente de empresas dos setores de calçados, têxteis, alimentos e bebidas. Essas zonas industriais são caracterizadas pela presença de fábricas modernas, muitas vezes subsidiadas por incentivos fiscais e políticas públicas, que se instalam em cidades médias e pequenas do interior do Nordeste. Um exemplo emblemático é a indústria de calçados no Ceará, que atraiu empresas como Grendene, Vulcabrás e Dakota, originalmente sediadas no Sul e

Sudeste do país. Essas empresas se instalaram em municípios como Sobral, Horizonte e Russas, redefinindo a economia local e gerando milhares de empregos formais. A presença dessas fábricas tem transformado a estrutura urbana dessas cidades, com a criação de infraestrutura para atender às demandas produtivas e a melhoria dos serviços urbanos. No entanto, o autor ressalta que esses investimentos também têm gerado impactos negativos, como a precarização do trabalho e a dependência econômica das cidades em relação às grandes empresas (Pereira Junior, 2015).

A terceira configuração espacial produtiva analisada são os complexos industriais e portuários, que representam a forma mais avançada de organização industrial no Nordeste. Esses complexos são caracterizados pela integração de atividades industriais pesadas, como siderurgia e petroquímica, com infraestrutura portuária e logística de alta capacidade. O artigo destaca dois exemplos principais: o Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco, e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará. O complexo de Suape, localizado nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, é um dos principais polos industriais do Nordeste, com investimentos bilionários em refinarias, estaleiros e terminais portuários. A instalação desses empreendimentos tem gerado impactos significativos na região metropolitana de Recife, com a criação de empregos e a atração de novos investimentos. No entanto, o

autor também aponta para os efeitos negativos, como o aumento da migração para a região, a favelização e a degradação ambiental. O complexo do Pecém, ainda em consolidação, segue um modelo semelhante, com investimentos em siderurgia e logística portuária, e promete transformar a economia do Ceará (Pereira Junior, 2015).

O artigo também discute os impactos dessas configurações espaciais produtivas sobre a urbanização no Nordeste. A chegada de investimentos industriais tem redefinido as centralidades urbanas, com a criação de novos polos econômicos e a reestruturação das relações entre as cidades. As regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza continuam a exercer um papel central na economia regional, mas cidades médias e pequenas têm ganhado importância como centros de produção e consumo. O autor destaca que esse processo tem acirrado as desigualdades regionais, com a concentração de investimentos em áreas já estruturadas e a marginalização de outras regiões. Além disso, a urbanização acelerada tem gerado desafios sociais e ambientais, como a falta de moradia digna, a precarização do trabalho e a degradação dos ecossistemas locais (Pereira Junior, 2015).

Em suas considerações finais, o autor ressalta que as transformações industriais e urbanas no Nordeste são resultado de um processo complexo, marcado pela interação de fatores locais, regionais e globais. As três configurações espaciais

produtivas analisadas — sistemas industriais localizados, zonas industriais e complexos industriais e portuários — têm redefinido a geografia econômica e urbana da região, criando novas centralidades e rearticulando as relações entre as cidades. No entanto, o autor alerta para os desafios que esse processo traz, especialmente no que diz respeito às desigualdades regionais e aos impactos socioambientais. A concentração de investimentos em áreas já desenvolvidas, como as regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, tem ampliado as disparidades entre essas áreas e o interior do Nordeste, onde muitas cidades ainda enfrentam problemas de infraestrutura e desenvolvimento econômico (Pereira Junior, 2015).

Além disso, o autor destaca que a urbanização acelerada, impulsionada pela industrialização, tem gerado problemas sociais e ambientais, como a favelização, a precarização do trabalho e a degradação dos ecossistemas locais. A chegada de grandes empreendimentos industriais e portuários, como o Complexo de Suape, tem atraído um grande fluxo migratório para as áreas próximas, resultando em assentamentos precários e falta de moradia digna. Esses desafios exigem políticas públicas eficazes para garantir que os benefícios da industrialização sejam distribuídos de forma mais equitativa e que os impactos negativos sejam mitigados (Pereira Junior, 2015).

O artigo conclui que a reestruturação produtiva e urbana no Nordeste é um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve a interação de diferentes escalas geográficas e agentes econômicos. Enquanto a industrialização tem trazido oportunidades de desenvolvimento para a região, também tem acentuado as desigualdades e gerado novos desafios para a gestão urbana e regional. O autor sugere que futuras pesquisas devem acompanhar as transformações em curso, com foco nos impactos socioambientais e na busca por modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e inclusivos (Pereira Junior, 2015).

A análise de Pereira Junior sobre o Nordeste é complementada pela reflexão de Clementino sobre o legado de Wilson Cano. Clementino ressalta que Cano foi um crítico contundente das desigualdades regionais e da urbanização caótica, destacando o papel do Estado e do capital mercantil na configuração do espaço urbano. Cano propôs uma periodização da urbanização brasileira, dividindo-a em três fases: a primeira, de urbanização "suportável" (1929-1962); a segunda, de urbanização "explosiva" (1962-1980); e a terceira, de urbanização "caótica" (pós-1980). Ele argumentou que o Nordeste exemplifica a relação entre a herança histórica de uma economia primário-exportadora e a urbanização desigual, marcada pela aliança entre o latifúndio improdutivo e o capital mercantil. Essa perspectiva histórica e crítica é essencial para

entender os desafios contemporâneos da urbanização e do desenvolvimento regional.

O artigo intitulado "Economia regional e a produção do urbano crítico: lições de Wilson Cano", de Maria do Livramento Clementino, publicado na revista Economia e Sociedade, em outubro de 2021, presta uma homenagem ao legado intelectual do professor Wilson Cano, destacando suas contribuições para o entendimento da urbanização brasileira, com ênfase na região Nordeste. O texto resgata aspectos relevantes dos estudos de Cano, que interpretou o urbano a partir de uma visão global do desenvolvimento, relacionando a urbanização às transformações estruturais do país, especialmente a partir do processo de industrialização. Cano enfatizou as inter-relações entre o urbano e o rural, destacando como essas conexões alteram a dinâmica urbana. Além disso, ele analisou o papel do Estado e do capital mercantil no processo de urbanização regional, apontando para a capacidade de reciclagem desse capital e suas implicações para a formação do espaço urbano (Clementino, 2021).

O artigo segue uma abordagem metodológica rigorosa, inspirada no próprio Cano, que sempre buscou entender o urbano como resultado de um processo histórico e estrutural, marcado por contradições e desigualdades. Clementino destaca que Cano foi um dos primeiros a propor uma análise integrada da agricultura e da urbanização, criticando a visão "intramuros"

que isolava o fenômeno urbano de suas conexões com o desenvolvimento rural. Para Cano, a urbanização não pode ser compreendida apenas como um processo interno às cidades, mas como resultado de transformações mais amplas, que envolvem a dinâmica econômica, social e política do país. Nesse sentido, ele analisou a urbanização em três dimensões principais: demográfica e migratória, socioeconômica e intraurbana, destacando como essas dimensões se interconectam e influenciam a formação das cidades (Clementino, 2021).

A autora ressalta que Cano foi um crítico contundente das ações e omissões do Estado no planejamento urbano, especialmente no que diz respeito ao uso do solo e às políticas sociais. Ele também destacou o papel do capital mercantil e do capital imobiliário na dinâmica da urbanização, apontando para a necessidade de entender como essas formas de capital se reproduzem e se reciclam no espaço urbano. Cano argumentou que a urbanização brasileira, especialmente no Nordeste, foi marcada por um processo de "urbanização caótica", caracterizado por um crescimento descontrolado e por profundas desigualdades sociais e regionais. Essa urbanização caótica foi resultado de um desenvolvimento capitalista desigual, que gerou exclusão e retrocesso em muitas áreas urbanas (Clementino, 2021).

Clementino também destaca que Cano propôs uma periodização para o processo de urbanização no Brasil, dividindo-o em três fases principais: a primeira, entre 1929 e 1962, caracterizada por uma urbanização "suportável"; a segunda, entre 1962 e 1974, marcada por uma urbanização "explosiva" e "descontrolada"; e a terceira, a partir dos anos 1980, quando a urbanização atingiu um estado "caótico". Essa periodização reflete as transformações econômicas e sociais do país, especialmente o impacto da industrialização e das políticas neoliberais implementadas a partir dos anos 1990. Cano também apontou para a necessidade de uma agenda de pesquisa que abordasse as novas determinações do processo de urbanização no século XXI, destacando a importância de entender as mudanças recentes na economia global e seus impactos sobre as dinâmicas regionais e urbanas (Clementino, 2021).

A análise de Cano sobre o Nordeste brasileiro revela como a região serviu como um laboratório empírico para compreender as contradições do desenvolvimento capitalista e suas repercussões no espaço urbano. Clementino ressalta que, para Cano, o Nordeste exemplifica a relação entre a herança histórica de uma economia primário-exportadora e a urbanização desigual. A região, marcada pela agroindústria açucareira colonial e pela concentração fundiária, desenvolveu uma estrutura urbana fragmentada, com cidades que mantiveram

funções predominantemente mercantis e burocráticas, em contraste com a rede urbana mais dinâmica e industrializada do Sudeste. Cano argumenta que a urbanização nordestina foi profundamente influenciada pela aliança entre o latifúndio improdutivo e o capital mercantil, que se reproduziu no espaço urbano através da especulação imobiliária e da ausência de políticas públicas eficazes (Clementino, 2021).

O artigo destaca que Cano identificou três fases principais na urbanização do Nordeste, alinhadas às transformações econômicas nacionais. A primeira fase, correspondente ao período colonial até o início do século XX, foi marcada por cidades com funções político-militares e comerciais, subordinadas aos interesses da economia exportadora. A segunda fase, entre 1930 e 1980, caracterizou-se pela industrialização restrita e pela tentativa de integração do mercado nacional, embora o Nordeste permanecesse dependente de atividades primárias e do capital mercantil. A terceira fase, a partir dos anos 1980, foi marcada pela "urbanização caótica", resultante da combinação entre a crise do modelo desenvolvimentista, a globalização neoliberal e a incapacidade do Estado em equacionar problemas como habitação, infraestrutura e emprego. Nesse período, a região testemunhou a expansão desordenada de periferias urbanas, a precarização dos serviços públicos e o aumento das desigualdades socioespaciais (Clementino, 2021).

Clementino enfatiza que Cano atribuiu grande importância ao papel do Estado na configuração da urbanização nordestina. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, representou uma tentativa de modernizar a região através de investimentos em infraestrutura e industrialização. No entanto, esses esforços foram limitados pela persistência de estruturas arcaicas, como a concentração fundiária e a dominação do capital mercantil. Cano criticou a atuação estatal por privilegiar interesses oligárquicos e por não promover uma integração efetiva entre políticas agrícolas, industriais e urbanas. Ele também alertou para os riscos da "reciclagem" do capital mercantil, que se adaptou às novas dinâmicas econômicas sem abandonar práticas predatórias, como a especulação imobiliária e a exploração de trabalhadores informais (Clementino, 2021).

Na década de 1970, durante o "milagre econômico", o Nordeste experimentou um crescimento relativo do PIB, impulsionado por investimentos públicos em infraestrutura e pela atração de indústrias. Contudo, esse crescimento não se traduziu em desenvolvimento equilibrado. A crise dos anos 1980, agravada pelo endividamento externo e pela recessão global, expôs a fragilidade da economia regional, dependente de transferências federais e vulnerável a choques externos. Cano destacou que, mesmo diante desses desafios, o Nordeste manteve certa resiliência, graças à diversificação parcial de sua

base produtiva, com o surgimento de polos industriais, atividades turísticas e a expansão do agronegócio. No entanto, essas transformações aprofundaram contradições, como a convivência entre enclaves modernos e áreas estagnadas, reforçando a heterogeneidade intrarregional (Clementino, 2021).

No início do século XXI, o Nordeste brasileiro experimentou uma nova fase de dinamismo econômico, impulsionada por políticas de redistribuição de renda, expansão do crédito e investimentos em infraestrutura. Clementino destaca que Cano reconheceu os avanços obtidos durante o período de crescimento econômico entre 2004 e 2010, quando a região registrou redução das desigualdades sociais e aumento do emprego formal. No entanto, ele alertou para os limites desse modelo, que dependia fortemente de ciclos internacionais favoráveis, como a alta dos preços das commodities, e de políticas públicas focalizadas, como o Programa Bolsa Família. A crise financeira global de 2008 e a subsequente desaceleração da economia brasileira expuseram as fragilidades desse modelo, levando a um aumento do desemprego e à retomada das desigualdades regionais (Clementino, 2021).

Clementino ressalta que Cano propôs uma agenda de pesquisa para o Nordeste, visando compreender as novas dinâmicas da urbanização e os desafios do desenvolvimento regional. Entre as principais recomendações, destacam-se: 1) mapear a expansão urbana recente, identificando os principais

focos de crescimento e suas determinações socioeconômicas; 2) analisar as mudanças na estrutura do emprego regional, com ênfase nas transformações produtivas e nos setores de serviços; 3) examinar a distribuição espacial da renda e seus impactos sobre as desigualdades intrarregionais; 4) aprofundar estudos sobre migrações internas e sua relação com as mudanças produtivas; e 5) investigar a questão habitacional e a expansão do setor imobiliário, com foco na produção e no uso do solo urbano. Cano também enfatizou a necessidade de políticas regionais explícitas, que promovam a integração entre desenvolvimento econômico, planejamento urbano e inclusão social (Clementino, 2021).

O artigo conclui destacando o compromisso de Wilson Cano com a construção de um pensamento crítico sobre a economia brasileira e sua urbanização. Sua obra, marcada pelo rigor metodológico e pela sensibilidade às desigualdades regionais, continua a inspirar pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Clementino reforça que o legado de Cano reside não apenas em suas análises sobre o Nordeste, mas também em sua capacidade de articular uma visão integrada do desenvolvimento, que considere as inter-relações entre o urbano e o rural, o local e o global, o econômico e o social. Para Cano, a superação dos desafios da urbanização brasileira requer não apenas mudanças nas políticas públicas, mas também uma transformação profunda nas estruturas de poder e na

representação política, de modo a garantir um desenvolvimento mais justo e democrático (Clementino, 2021).

A crítica de Cano à urbanização caótica e às desigualdades regionais encontra eco na análise de Gaspar sobre a economia política da urbanização. Gaspar discute como a financeirização e a globalização reconfiguraram as cidades, exacerbando as desigualdades socioespaciais. Ele divide a trajetória econômica e urbana do Brasil em três macroperíodos: a transição republicana (1889-1930), a etapa nacional-desenvolvimentista (1930-1980) e o neoliberalismo e estagnação (1980-atualidade). Em cada um desses períodos, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) desempenhou um papel central, seja como polo logístico da economia cafeeira, seja como centro da industrialização taylorista-fordista, ou ainda como núcleo de serviços corporativos e financeiros na era da globalização. Gaspar argumenta que as políticas urbanas devem estar alicerçadas em estratégias macroeconômicas e de desenvolvimento nacional, reforçando a necessidade de uma abordagem integrada para enfrentar os desafios da urbanização contemporânea, como será possível observar a seguir.

## **PROCESSOS DE FINANCEIRIZAÇÃO E ESPOLIAÇÃO URBANA**

O artigo "A economia política da urbanização: uma reinterpretação à luz das eleições municipais", de Ricardo Carlos

Gaspar, publicado na revista Estudos Avançados em 2024, propõe uma revisão crítica do papel da urbanização na história e suas transformações na contemporaneidade. O autor busca destacar os elementos essenciais desses estudos para explicar e transformar o presente, projetando o futuro não apenas das cidades, mas do planeta como um todo, com o qual as cidades estão profundamente interligadas. Gaspar parte da premissa de que a urbanização é um fenômeno central na organização da vida social, econômica e política, e que sua compreensão requer uma abordagem que integre as dimensões espaciais, econômicas e políticas (Gaspar, 2024).

O texto está estruturado em três partes principais. Na primeira, o autor discute os fundamentos teóricos da urbanização, destacando a importância do espaço como uma dimensão constitutiva da vida humana, ao lado da economia e da política. Gaspar recorre a autores como David Harvey, Doreen Massey e Milton Santos para argumentar que o espaço é relacional e dinâmico, moldado por interações contínuas e por processos históricos. Ele enfatiza que a urbanização é um fenômeno global, que atravessa múltiplas escalas espaciais e que deve ser entendido como um "metaproceto" de mudança contínua. A cidade, nesse contexto, é vista como um espaço produtivo, onde se concentram atividades econômicas, políticas e culturais, e onde se manifestam as contradições do capitalismo contemporâneo (Gaspar, 2024).

Gaspar também aborda as dinâmicas de aglomeração e proximidade, destacando o papel das economias de escala e especialização na formação das cidades. Ele cita Paul Krugman e Allen J. Scott para argumentar que a concentração espacial das atividades econômicas é uma característica fundamental da geografia econômica, e que o fenômeno urbano é o "nó" decisivo nessa trama relacional. O autor ressalta que a urbanização é motivada por dinâmicas temporais e espaciais, impulsionadas por economias de proximidade e escala, mas também marcada por conflitos sociais, especialmente no que diz respeito ao uso do solo e à renda fundiária (Gaspar, 2024).

Na segunda parte do artigo, Gaspar transpõe essa linha de raciocínio para o contexto brasileiro, com foco na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Ele identifica a RMSP como um microcosmo das principais mudanças ocorridas no Brasil desde o final do século XIX, destacando seu papel central na industrialização e na urbanização do país. O autor divide a trajetória econômica e urbana do Brasil em três macropérios: a transição republicana (1889-1930), a etapa nacional-desenvolvimentista (1930-1980) e o neoliberalismo e estagnação (1980-atualidade). Em cada um desses períodos, a RMSP desempenhou um papel crucial, seja como polo logístico da economia cafeeira, seja como centro da industrialização taylorista-fordista, ou ainda como núcleo de serviços

corporativos e financeiros na era da globalização (Gaspar, 2024).

No primeiro macroperíodo, a transição republicana, Gaspar destaca a chegada em massa de imigrantes no final do século XIX, que alterou radicalmente o mercado interno brasileiro e impulsionou a urbanização. A rentabilidade do café permitiu o reinvestimento dos lucros em outras atividades, como a indústria, especialmente na capital paulista. A vida urbana nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro ganhou dinamismo, assumindo um caráter antioligárquico. No entanto, a crise do comércio mundial, agravada pela Grande Depressão de 1930, levou ao colapso cambial dos países primário-exportadores, como o Brasil, e desencadeou a Revolução de 1930. Nesse contexto, São Paulo consolidou-se como o principal polo econômico do país, tanto na fase cafeeira quanto nos primeiros estágios da industrialização (Gaspar, 2024).

O segundo macroperíodo, a etapa nacional-desenvolvimentista (1930-1980), foi marcado por transformações estruturais deliberadas, com o Estado nacional assumindo um papel central na industrialização e na urbanização do país. Gaspar ressalta a importância do governo de Getúlio Vargas na modernização do setor público e na organização do mercado de trabalho, bem como a implementação do Plano de Metas (1956-1960) e do "milagre econômico" (1968-1973) durante a ditadura militar. Nesse

período, a RMSP tornou-se o principal centro industrial do Brasil, com um desenho metropolitano caracterizado pelo rodoviarismo, bairros proletários e serviços correlatos à industrialização. A cidade de São Paulo assumiu a liderança na industrialização do país, consolidando-se como o principal polo econômico e urbano (Gaspar, 2024).

No terceiro macroperíodo, o neoliberalismo e a estagnação (1980-atualidade), Gaspar analisa os impactos das políticas de ajuste macroeconômico aplicadas a partir da década de 1980, que levaram à desindustrialização e à reprimarização da economia brasileira. A RMSP, que havia sido o principal centro industrial do país, viu seu perfil econômico mudar, com a consolidação de serviços corporativos e financeiros de alto valor agregado. No entanto, a desregulamentação e a financeirização da economia urbana trouxeram consigo a precarização do trabalho, a informalidade e a concentração de renda. Gaspar destaca que, apesar da redução do peso da indústria, o crescimento do terciário avançado na RMSP está intimamente ligado à base industrial preexistente e aos vínculos com a economia do conhecimento (Gaspar, 2024).

O autor também aborda a transformação da RMSP em um centro global de serviços, destacando o papel das Operações Urbanas Consorciadas e dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac) na financeirização do desenvolvimento urbano. Ele argumenta que a metrópole paulista está na ponta

desse processo de financeirização, que está correlacionado à desregulação geral e à concentração de renda. No entanto, Gaspar alerta para os efeitos negativos desse processo, como a precarização das atividades produtivas de baixo valor agregado e a especulação imobiliária, que agravam as desigualdades socioespaciais (Gaspar, 2024).

Na terceira parte do artigo, Gaspar discute a dialética da interação entre as distintas escalas espaciais, argumentando que o fenômeno urbano contemporâneo atravessa e articula múltiplas escalas, desde o local até o global. Ele ressalta que as cidades, embora sejam espaços de produção e irradiação de recursos e pautas societárias, não detêm os instrumentos de poder decisivos, que estão localizados nas instâncias superiores do Estado nacional e nas grandes corporações transnacionais. Gaspar cita autores como Saskia Sassen e Neil Brenner para argumentar que a globalização e a financeirização do capitalismo têm reconfigurado as hierarquias de poder, com as grandes cidades globais desempenhando um papel central na gestão do capital, mas sem o controle efetivo sobre as decisões estratégicas (Gaspar, 2024).

O autor também aborda o papel dos movimentos sociais urbanos e das políticas locais, destacando que, embora as cidades sejam espaços de conflito e transformação, suas ações estão condicionadas pelas macroestruturas do sistema capitalista. Gaspar argumenta que as políticas urbanas devem

estar alicerçadas em planos de maior envergadura, de responsabilidade do governo federal, para que possam ter efetividade. Ele critica as estratégias de empreendedorismo urbano e a guerra fiscal entre municípios, que muitas vezes resultam em projetos que privilegiam o capital em detrimento do bem-estar coletivo, provocando segregação e especulação imobiliária (Gaspar, 2024).

Nas reflexões finais, Gaspar aborda as eleições municipais de 2024 no Brasil, destacando que, embora essas eleições sejam uma oportunidade para rever opções programáticas, as mudanças concretas são limitadas pela falta de recursos e de poder efetivo das administrações municipais. Ele argumenta que as plataformas locais ganham força quando estão vinculadas a bandeiras de luta mais amplas, como a Reforma Urbana, o Direito à Cidade e a luta por desenvolvimento, industrialização e redistribuição de renda. Gaspar enfatiza a necessidade de uma abordagem holística e integradora, que combine políticas urbanas com estratégias macroeconômicas e de desenvolvimento nacional (Gaspar, 2024).

O artigo conclui com uma reflexão sobre o papel das cidades no sistema-mundo capitalista, destacando que, embora sejam espaços de produção e irradiação de recursos, as decisões estratégicas estão localizadas nas instâncias superiores do poder. Gaspar defende a necessidade de reformas estruturais no Estado e no sistema econômico, para

que as políticas urbanas possam ter efetividade e contribuir para a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento sustentável. Ele alerta que, enquanto o capitalismo seguir sendo capitalismo, as mudanças de fundo dependerão da capacidade de afetar o núcleo de poder do sistema, localizado nas esferas mais altas do Estado e das corporações transnacionais (Gaspar, 2024).

A análise de Gaspar sobre a financeirização da urbanização conecta-se com a crítica de Pereira aos processos espoliativos na produção do espaço urbano. Pereira argumenta que a urbanização contemporânea é marcada pela acumulação fictícia e pela degradação das condições de vida, especialmente nas periferias urbanas. Ele destaca que o setor imobiliário, transformado em um ativo financeiro, distanciou-se da função social de proporcionar moradia digna, resultando em endividamento familiar, moradias sem moradores e desalojamentos forçados. Essa dinâmica é exemplificada pela verticalização e condominização de áreas centrais de São Paulo, que contrastam com a precariedade das periferias. Pereira enfatiza que a luta contra a espoliação deve ser tão importante quanto a resistência à exploração do trabalho, articulando-se com outras lutas sociais, como as lutas contra o racismo e o feminismo.

O artigo "Urbanização contemporânea, processos espoliativos e luta urbana", de Paulo Cesar Xavier Pereira,

publicado na Revista Geouerj em 2024, aborda a urbanização contemporânea sob a perspectiva da crítica da economia política, destacando a relevância dos processos espoliativos na produção do espaço urbano e a emergência das lutas urbanas. O autor enfatiza que, na atualidade, a urbanização está marcada pela prioridade da acumulação do capital, o que resulta na pauperização dos trabalhadores e habitantes das cidades, especialmente em contextos metropolitanos como São Paulo. O texto busca contrapor os processos de exploração e espoliação, mostrando como ambos contribuem para a degradação das condições de vida nas cidades (Pereira, 2024).

Pereira inicia sua análise destacando que, no período inicial da urbanização capitalista, a relação com a indústria era predominante, e o processo de exploração da força de trabalho era o aspecto central da luta de classes. No entanto, a partir do último quartel do século XX, com a preponderância das finanças sobre a industrialização, novos processos espoliativos passaram a ganhar destaque. O autor ressalta que a urbanização contemporânea está associada à globalização financeirizada e à intensificação da espacialidade metropolitana, que se impõe sobre o urbano, resultando em uma involução urbana. A metrópole, nesse contexto, é posta a serviço dos fluxos mundiais do capital, em detrimento das condições de vida da população (Pereira, 2024).

O texto também aborda a transformação do setor imobiliário, que passou a ser uma dinâmica industrial de produção de relações de propriedade privada, especialmente a propriedade de imóveis. Essa dinâmica está associada à financeirização da economia, que transforma a propriedade imobiliária em um ativo financeiro, distanciando-a da função social de proporcionar moradia digna. Em São Paulo, por exemplo, a verticalização e a condominização dos edifícios, que começaram na década de 1920, intensificaram-se no século XXI, com a imbricação da propriedade condominial com as novas instituições financeiras. Essa transformação resultou em uma produção urbana globalizada, que opera em escalas local, total e imediata, contribuindo para a fragmentação e a desigualdade socioespacial (Pereira, 2024).

Pereira argumenta que a urbanização contemporânea é marcada por uma reestruturação capitalista mundial, na qual os ganhos rentistas, obtidos por meio da capitalização fictícia, disputam espaço com os lucros industriais. Essa reestruturação aproxima as atividades financeiras e imobiliárias, reconfigurando as cidades e exacerbando as desigualdades. O autor destaca que, nesse contexto, a urbanização deixou de criar cidades para criar ruínas, com áreas centrais modernas e despovoadas, que contrastam com áreas periféricas superpovoadas e desprovidas de infraestrutura básica. Essa polarização entre o "urbanismo sem urbanização" e a "urbanização sem urbanismo" é uma das

características marcantes da urbanização contemporânea (Pereira, 2024).

A urbanização contemporânea, segundo Pereira, é caracterizada por uma espacialidade metropolitana que se impõe sobre o urbano, resultando em uma produção desigual e fragmentada do espaço. O autor destaca que, em São Paulo, a urbanização seguiu um padrão periférico de crescimento, marcado pela expansão desigual do território e pela produção de loteamentos precários. Esse padrão de crescimento, embora tenha atendido a grande parte da população, não resultou em uma melhoria significativa da qualidade de vida, mas sim em segregação, injustiça e exclusão. A cidade, que antes era um espaço de reprodução da força de trabalho, transformou-se em um espaço metropolitano voltado quase exclusivamente para a reprodução do capital, com a preponderância da acumulação fictícia (Pereira, 2024).

Pereira também discute as desigualdades persistentes na urbanização contemporânea, que são exacerbadas pelos processos espoliativos. Ele argumenta que a urbanização violenta provoca a diversificação desses processos, resultando em endividamento familiar, moradias sem moradores e desalojamentos forçados. Essas desigualdades são agravadas pela financeirização da economia, que transforma a propriedade imobiliária em um ativo financeiro, distanciando-a da função social de proporcionar moradia digna. O autor ressalta que, na

contemporaneidade, a urbanização assume polaridades mais incisivas, com áreas centrais modernas e despovoadas, que contrastam com áreas periféricas superpovoadas e desprovidas de infraestrutura básica. Essa polarização é uma das características marcantes da urbanização contemporânea, que resulta em uma dialética entre o "urbanismo sem urbanização" e a "urbanização sem urbanismo" (Pereira, 2024).

O texto também aborda a financeirização da urbanização, destacando que, desde a década de 1970, as classes dominantes têm buscado conservar seus interesses por meio da reestruturação capitalista e da globalização financeirizada. Essa reestruturação resultou em uma acumulação por espoliação, liderada pelas finanças, que se apropria de terras, bens comuns e serviços públicos, em detrimento da exploração industrial. Pereira cita David Harvey para argumentar que a acumulação por espoliação é uma forma de violência estrutural, que resulta em desemprego, desalojamentos e degradação ambiental. No entanto, essa violência nem sempre é percebida como tal, especialmente pelos grupos sociais mais empobrecidos, que são os mais afetados pelos processos espoliativos (Pereira, 2024).

O autor também discute o papel do setor imobiliário na financeirização da urbanização, destacando que a propriedade imobiliária passou a ser um ativo financeiro, distanciando-se da função social de proporcionar moradia digna. Ele argumenta que

a produção imobiliária está associada à captura de rendas e juros, que são obtidos por meio da valorização fictícia do capital. Essa valorização fictícia é suportada pelo trabalho de construção, mas o valor gerado pelo trabalho é apropriado pelo capital imobiliário e financeiro, resultando em uma acumulação fictícia que intensifica as desigualdades socioespaciais (Pereira, 2024).

Pereira enfatiza que a luta contra os processos espoliativos é fundamental para enfrentar as desigualdades e a degradação das condições de vida nas cidades. Ele argumenta que, na urbanização contemporânea, a resistência à espoliação deve ser tão importante quanto a resistência à exploração do trabalho. O autor destaca que os moradores das cidades estão lutando por moradia digna e pelo direito à cidade, enquanto o mercado imobiliário continua a produzir moradias cada vez menores e mais caras, como os "studios" que se proliferam em áreas centrais de São Paulo. Essa luta urbana, segundo Pereira, deve ser articulada com outras lutas sociais, como as lutas contra o racismo, o feminismo e outras causas identitárias, para ampliar a resistência aos processos capitalistas de espoliação e exploração (Pereira, 2024).

O texto também aborda a necessidade de superar a cegueira sobre as desigualdades e a violência estrutural da urbanização contemporânea. Pereira argumenta que é preciso reconhecer a urgência da situação e formular políticas que

considerem as etnias indígenas, as sequelas da escravidão e o acolhimento marginal dado aos migrantes que construíram a cidade de São Paulo. Ele ressalta que esses grupos violentados e silenciados devem participar da política de realinhamento dos rumos da cidade, especialmente aqueles que lutam por moradia digna e pelo direito à cidade. O autor conclui que a luta urbana pelo direito à cidade e à humanização da vida é um caminho para a construção de uma nova civilização, mais justa e equitativa (Pereira, 2024).

Em suas reflexões finais, Pereira destaca que a luta contra a espoliação e a exploração deve ser articulada com outras lutas sociais, como as lutas contra o racismo, o feminismo e outras causas identitárias, para ampliar a resistência aos processos capitalistas de espoliação e exploração. Ele argumenta que a luta urbana pelo direito à cidade e à humanização da vida é um caminho para a construção de uma nova civilização, mais justa e equitativa. O autor conclui que, enquanto o capitalismo seguir sendo capitalismo, as mudanças de fundo dependerão da capacidade de afetar o núcleo de poder do sistema, localizado nas esferas mais altas do Estado e das corporações transnacionais (Pereira, 2024).

A crítica de Pereira aos processos espoliativos e à financeirização da urbanização encontra ressonância na análise de Acセルrad sobre a regulação urbana e a produção da vulnerabilidade. Acセルrad destaca como os mecanismos de

regulação urbana buscam estabilizar o terreno político, mas muitas vezes reforçam a fragmentação e a exclusão social. Argumenta que a urbanização contemporânea é marcada pela criação de "zonas de sacrifício", áreas destinadas à degradação ambiental, enquanto outras são valorizadas pelo marketing urbano e pelo "consumismo de lugar". Essa dinâmica gera uma polarização entre áreas centrais modernas e periferias superpovoadas, exacerbando as desigualdades socioespaciais. Acseirad também discute a importância da politização dos conflitos ambientais e da democratização das cidades, defendendo a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão e a sustentabilidade. Essa perspectiva crítica é essencial para entender os desafios da urbanização contemporânea e a necessidade de uma abordagem integrada que combine políticas urbanas com estratégias macroeconômicas e de desenvolvimento nacional.

## **ALTERNATIVAS POLÍTICAS E LUTAS SOCIAIS PELO DIREITO À CIDADE**

O artigo "Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana", de Henri Acseirad, publicado na revista Em Pauta em 2013, discute a construção da vulnerabilidade ambiental como um objeto teórico, com foco na forma como a coesão social é mantida nas cidades, apesar da acentuada

desigualdade social e da submissão de diferentes grupos a processos de vulnerabilização. O autor propõe que os processos de produção social da vulnerabilidade nas cidades são submetidos a dinâmicas de "regulação", ou seja, mecanismos destinados a prevenir que a desigualdade no acesso aos recursos urbanos e às condições de proteção contra a vulnerabilização desencadeie conflitos capazes de instabilizar o terreno político (Acselrad, 2013).

Acselrad parte da ideia de que a vulnerabilidade social não deve ser entendida apenas como uma característica sociodemográfica ou locacional de indivíduos "sob risco", mas como um processo relacional e historicamente determinado. Ele argumenta que a vulnerabilidade ambiental é desigualmente distribuída na sociedade, e que o acesso aos recursos urbanos e ambientais que permitem a proteção contra agravos é também desigual. Essa desigualdade é frequentemente atravessada por conflitos, que são neutralizados por mecanismos de regulação urbana, os quais visam manter a estabilidade política e social, mesmo em contextos de grande potencial conflitivo (Acselrad, 2013).

O autor evoca a Teoria da Regulação, que busca entender como o capitalismo se reproduz por meio de suas próprias crises, para analisar como as relações sociais urbanas se mantêm estáveis, apesar dos fatores de instabilização. Ele propõe que a cidade capitalista utiliza mecanismos de regulação

para impor uma conformidade às suas partes, de modo a garantir sua funcionalidade ao "projeto histórico capitalista". Nesse sentido, a regulação urbana não é um ajuste funcional determinista, mas uma forma de administrar os riscos de ruptura das relações sociais, garantindo que a cidade continue a servir aos interesses do capital (Acseirad, 2013).

Acseirad também discute a questão dos espaços comuns na cidade capitalista, como o ar e a água, que, embora não sejam formalmente mercantis, são frequentemente apropriados de forma privada pelos agentes econômicos dominantes. Ele cita o trabalho de Alain Corbin, que descreve como, desde os primórdios do capitalismo, houve uma naturalização da poluição e uma tolerância às emanações industriais, enquanto as preocupações com os miasmas e as emanações humanas eram tratadas com maior rigor. Essa naturalização da poluição e a privatização de fato dos espaços comuns foram sustentadas por mecanismos de regulação, como a intervenção de peritos higienistas e a criação de conselhos de salubridade, que atuavam para amortecer as críticas e neutralizar os conflitos (Acseirad, 2013).

Acseirad avança em sua análise ao discutir a "ambientalidade do capitalismo liberalizado", destacando como as reformas neoliberais, a partir dos anos 2000, intensificaram a desigualdade ambiental. Ele cita um memorando interno do Banco Mundial, de 1991, que sugeria a migração de indústrias

poluentes para países menos desenvolvidos, justificando essa prática com base na "racionalidade econômica". Segundo essa lógica, os países periféricos, com populações mais pobres e salários mais baixos, seriam os destinos ideais para atividades industriais danosas ao meio ambiente, uma vez que o custo das mortes e dos danos ambientais seria menor nesses locais. Essa prática, que o autor chama de "otimização planetária da economia da vida e da morte", exemplifica como a desigualdade ambiental é parte integrante da espacialidade do capitalismo globalizado (Acselrad, 2013).

O autor também discute como, no contexto do capitalismo neoliberal, as localidades competem entre si para atrair investimentos, oferecendo vantagens fundiárias, fiscais e regulatórias, além de flexibilizar leis ambientais e urbanísticas. Essa competição resulta na criação de "zonas de sacrifício", áreas destinadas à degradação ambiental, enquanto outras áreas são valorizadas pelo marketing urbano e pelo "consumismo de lugar", típico do urbanismo-espetáculo contemporâneo. Essa dinâmica gera uma intensificação dos processos de gentrificação e remoção de grupos sociais de baixa renda, consolidando a cidade como um espaço de desigualdades socioambientais (Acselrad, 2013).

Acselrad identifica três mecanismos principais de regulação urbana utilizados para estabilizar o terreno político tensionado pela desigualdade: a polícia urbana, a autorreclusão em

condomínios fechados e a simbólica da conexão. A polícia urbana surge como resposta à sociabilidade em crise, com a ideologia da segurança e do tratamento penal da miséria. Projetos urbanísticos passam a internalizar a variável segurança, utilizando tecnologias de vigilância para controlar as "populações de risco". Já a autorreclusão em condomínios fechados representa uma forma de auto-segregação das elites, que buscam se proteger da violência e da desigualdade, criando barreiras físicas e simbólicas que reforçam a fragmentação social. Por fim, a simbólica da conexão busca unificar simbolicamente o tecido urbano fragmentado, utilizando elementos como rios, corredores arbóreos e discursos ambientais para criar uma ilusão de continuidade e coesão social (Acseirad, 2013).

Acseirad conclui sua análise discutindo a relação entre vulnerabilização social e conflitos urbanos. Ele argumenta que, enquanto a teoria econômica neoclássica pressupõe um equilíbrio geral e uma harmonia coletiva, a Teoria da Regulação reconhece a existência de conflitos e a necessidade de instituições históricas para coordená-los. No contexto urbano pós-fordista, os poderes locais assumem um papel proativo nas estratégias de desenvolvimento econômico, promovendo um "empreendedorismo urbano" voltado para o urbanismo de negócios. No entanto, essa nova governança urbana, que envolve parcerias público-privadas e atores não

governamentais, não tem sido capaz de atenuar os efeitos conflituosos da desigualdade no acesso aos recursos urbanos e na distribuição de riscos ambientais (Acselrad, 2013).

O autor destaca que os conflitos ambientais urbanos são expressões da insustentabilidade das cidades, resultantes da percepção social da irreproduzibilidade das práticas espaciais e da dificuldade de fazer valer normas e instituições capazes de regulá-las. Esses conflitos podem ser ignorados, neutralizados ou politizados, e seu tratamento na esfera política pode ser um caminho para uma "sustentabilidade urbana" baseada na democratização das cidades. Acselrad enfatiza que, frente à temporalidade urbana do capital, que subordina e normaliza outros tempos, apenas o tempo dialético da política, que inova e surpreende, pode reconstituir a cidade como um espaço público e diverso (Acselrad, 2013).

Em síntese, o artigo de Henri Acselrad oferece uma análise crítica dos processos de vulnerabilização social e dos conflitos ambientais nas cidades, destacando como a regulação urbana atua para manter a coesão social em contextos de desigualdade. O autor demonstra que a desigualdade ambiental é parte integrante do capitalismo globalizado e que os mecanismos de regulação urbana, embora busquem estabilizar o terreno político, muitas vezes reforçam a fragmentação e a exclusão social. A politização dos conflitos ambientais e a democratização das cidades são apontadas como caminhos possíveis para

enfrentar as condições de vulnerabilização dos grupos sociais mais despossuídos (Acseirad, 2013).

## **CONCLUSÃO**

Este artigo analisou criticamente as dinâmicas da urbanização brasileira contemporânea, revelando um processo marcado por profundas contradições do capitalismo que se manifestam na financeirização do espaço, na segregação socioespacial e nas persistentes desigualdades regionais. A pesquisa demonstrou como a acumulação capitalista estrutura a produção do espaço urbano, transformando cidades em mercadorias e moradias em ativos especulativos, gerando paradoxalmente exclusão e degradação ambiental em vez de desenvolvimento inclusivo.

Nossos achados destacam que as disparidades regionais permanecem como herança de um modelo de desenvolvimento desigual, com o Nordeste exemplificando as contradições entre modernização e estagnação, enquanto a Região Metropolitana de São Paulo consolida seu papel como centro financeiro, aprofundando padrões de segregação. A espoliação urbana emergiu como mecanismo central complementar à exploração do trabalho, manifestando-se na precarização da moradia, na degradação ambiental e na criação de "zonas de sacrifício".

A análise crítica identificou importantes lacunas nos estudos revisados. Embora ofereçam diagnósticos robustos, predominam críticas ao capitalismo sem propor modelos alternativos concretos, com exceção de algumas contribuições sobre democratização das cidades e justiça ambiental que carecem de detalhamento prático. Notamos também a ausência de discussão sobre o impacto das novas tecnologias digitais na aceleração da especulação urbana e certo otimismo não fundamentado sobre o potencial transformador das lutas sociais frente à capacidade de cooptação por parte do Estado e do mercado.

Como perspectivas para superação desses desafios, propomos três eixos de ação interligados: (1) implementação de políticas antiespoliativas como tributação progressiva do solo urbano e controle público do mercado imobiliário; (2) articulação entre lutas locais e reformas estruturais em nível nacional e global; e (3) incorporação de saberes periféricos e indígenas para repensar o desenvolvimento urbano de forma mais inclusiva.

Concluimos que a urbanização brasileira representa um processo de "destruição criativa" perversa, onde modernização e exclusão coexistem. Embora nossa análise tenha avançado na compreensão crítica desses processos, reconhecemos a necessidade de desenvolver propostas mais concretas que combinem rigor teórico e viabilidade política. O desafio que se

coloca é transformar essas críticas em estratégias de ação eficazes contra as estruturas de poder que moldam nossas cidades. Esta pesquisa espera contribuir para esse debate, sugerindo caminhos para futuros estudos que explorem com maior profundidade as interfaces entre financeirização, tecnologia e resistências urbanas, sempre com o objetivo final de construir cidades verdadeiramente justas e democráticas.

## **AGRADECIMENTOS**

Palavras iniciais: Disciplina Geografia Econômica lecionada pelos autores desta revisão de literatura proveniente do estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências — Programa de Pós-graduação em Geografia.

O livro foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - 88881.083131/2024-01". Bolsa de pós-doutorado - (PIPD).

## **REFERÊNCIAS**

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 57-68, 2013.

CASTRO, Josué de. Introdução. In:\_\_\_\_\_. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antes, 1984. p. 1-6.

CLEMENTINO, Maria do Livramento. Economia regional e a produção do urbano crítico: lições de Wilson Cano. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, Número Especial, p. 739-760, out. 2021.

COLAO, Magda Maria. O modo de produção: categoria do materialismo histórico. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 143-169, maio/ago. 2006.

FUNARI, Armando Palermo. Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 429-432, ago. 2009.

GASPAR, Ricardo Carlos. A economia política da urbanização: uma reinterpretação à luz das eleições municipais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 38, n. 111, p. 217-231, 2024.

LE MOS, Mauro Borges; DINIZ, Clelio Campolina; GUERRA, Leonardo Pontes; MORO, Sueli. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 665-700, out.-dez. 2003.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: NOVAES, Henrique Tahan et al. (org.). **Introdução à crítica da economia política**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 217-237.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Urbanização contemporânea, processos espoliativos e luta urbana. **Revista Geouerj**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2024.

PEREIRA JUNIOR, Edilson. Dinâmicas industriais e urbanização no Nordeste do Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 63-81, dez. 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. ¿Cuál es la nueva geopolítica de control de la naturaleza? In: \_\_\_\_\_. **El desafío ambiental**. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, 2006. p. 64-67.

# **TRANSFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS GLOBAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO SÉCULO XXI**

## **RESUMO**

A reconfiguração geopolítica recente tem alterado o equilíbrio de poder econômico mundial, com a ascensão de potências asiáticas e o declínio relativo do eixo atlântico. Paralelamente, persistem profundas desigualdades regionais, onde países periféricos enfrentam desafios como dependência de commodities e fragilidades institucionais. No Brasil, essas dinâmicas se manifestam em tensões entre desenvolvimento e sustentabilidade, evidenciadas na agricultura familiar e na exploração de recursos naturais. O problema central reside na contradição entre crescimento econômico globalizado e desenvolvimento regional inclusivo. Enquanto novas potências emergem, muitas regiões permanecem marginalizadas nos fluxos de riqueza e tecnologia. Isso levanta questões sobre como conciliar inserção competitiva na economia global com redução de assimetrias territoriais. Este estudo tem como objetivo geral analisar as interações entre transformações geopolíticas globais e dinâmicas de desenvolvimento regional. Especificamente, busca: 1) examinar a reconfiguração do poder econômico mundial; 2) discutir modelos alternativos de desenvolvimento regional; e 3) avaliar experiências locais bem-sucedidas. A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica crítica de sete artigos científicos selecionados, abrangendo desde análises macroeconômicas até estudos de caso regionais. A abordagem privilegiou a triangulação entre diferentes escalas de análise - global, nacional e local. A conclusão aponta que, embora os BRICS representem uma alternativa à hegemonia ocidental, seu potencial esbarra em limitações estruturais. Experiências locais demonstram que desenvolvimento sustentável exige articulação entre políticas públicas, conhecimento acadêmico e saberes comunitários. Como perspectiva, sugere-se maior coordenação

entre escalas de governança e adoção de indicadores multidimensionais que superem a primazia do crescimento econômico como única métrica de progresso.

**Palavras-chave:** Globalização. Desigualdades regionais. BRICS. Desenvolvimento sustentável.

## **ABSTRACT**

Recent geopolitical shifts have altered the global economic power balance, marked by the rise of Asian powers and the relative decline of the Atlantic axis. Simultaneously, deep regional inequalities persist, with peripheral nations facing challenges such as commodity dependence and institutional fragility. In Brazil, these dynamics manifest in tensions between development and sustainability, evident in family farming and natural resource exploitation. The core problem lies in the contradiction between globalized economic growth and inclusive regional development. While new powers emerge, many regions remain marginalized in wealth and technology flows. This raises critical questions about reconciling competitive global integration with reducing territorial asymmetries. This study aims to analyze the interactions between global geopolitical transformations and regional development dynamics. Specifically, it seeks to: 1) examine the reconfiguration of global economic power; 2) discuss alternative regional development models; and 3) evaluate successful local experiences. The methodology was based on a critical literature review of seven selected scientific articles, ranging from macroeconomic analyses to regional case studies. The approach emphasized triangulation between different analytical scales - global, national, and local. The conclusion indicates that while BRICS represent an alternative to Western hegemony, their potential faces structural limitations. Local experiences demonstrate that sustainable development requires coordination between public policies, academic knowledge, and community wisdom. Moving forward, the study

suggests enhanced governance coordination across scales and adoption of multidimensional indicators that transcend economic growth as the sole progress metric.

**Keywords:** Globalization. Regional inequalities. BRICS. Sustainable development.

## **RESUMEN**

Los recientes cambios geopolíticos han alterado el equilibrio del poder económico global, marcado por el ascenso de potencias asiáticas y el relativo declive del eje atlántico. Paralelamente, persisten profundas desigualdades regionales, donde países periféricos enfrentan desafíos como la dependencia de commodities y fragilidades institucionales. En Brasil, estas dinámicas se manifiestan en tensiones entre desarrollo y sostenibilidad, evidentes en la agricultura familiar y la explotación de recursos naturales. El problema central radica en la contradicción entre el crecimiento económico globalizado y el desarrollo regional inclusivo. Mientras emergen nuevas potencias, muchas regiones permanecen marginadas en los flujos de riqueza y tecnología. Esto plantea interrogantes críticos sobre cómo conciliar la integración global competitiva con la reducción de asimetrías territoriales. Este estudio tiene como objetivo general analizar las interacciones entre las transformaciones geopolíticas globales y las dinámicas de desarrollo regional. Específicamente, busca: 1) examinar la reconfiguración del poder económico global; 2) discutir modelos alternativos de desarrollo regional; y 3) evaluar experiencias locales exitosas. La metodología se basó en una revisión bibliográfica crítica de siete artículos científicos seleccionados, abarcando desde análisis macroeconómicos hasta estudios de caso regionales. El enfoque privilegió la triangulación entre diferentes escalas analíticas - global, nacional y local. La conclusión indica que, si bien los BRICS representan una alternativa a la hegemonía occidental, su potencial enfrenta

limitaciones estructurales. Las experiencias locales demuestran que el desarrollo sostenible requiere coordinación entre políticas públicas, conocimiento académico y saberes comunitarios. Como perspectiva, el estudio sugiere una mayor coordinación de gobernanza entre escalas y la adopción de indicadores multidimensionales que trasciendan el crecimiento económico como única métrica de progreso.

**Palabras clave:** Globalización. Desigualdades regionales. BRICS. Desarrollo sostenible.

## INTRODUÇÃO

A globalização e as transformações na configuração espacial da economia mundial têm redefinido as relações de poder entre nações, marcando a ascensão de economias emergentes, como China e os BRICS, e o declínio relativo das potências ocidentais. Esse cenário evidencia uma reordenação geopolítica, na qual novos atores desafiam a hegemonia tradicional, enquanto países periféricos enfrentam dificuldades para se inserir de forma equitativa nesse sistema. Paralelamente, o desenvolvimento regional enfrenta desafios estruturais, como desigualdades socioeconômicas, dependência de commodities e a necessidade de políticas públicas que promovam inclusão e sustentabilidade.

No contexto brasileiro, essas dinâmicas se manifestam de maneira particular. A agricultura familiar, por exemplo, representa um setor crucial para a economia nacional, responsável por 10% do PIB e 38% do valor bruto da agricultura, mas enfrenta obstáculos como a falta de acesso a mercados e a ausência de políticas eficazes de comercialização. Além disso, a Amazônia emerge como um espaço geopolítico estratégico, devido à sua biodiversidade e recursos naturais, mas sofre pressões internacionais e conflitos entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Por outro lado, iniciativas locais, como o Programa Social Mangueira, demonstram como a participação comunitária e a articulação entre setores podem gerar impactos positivos em regiões marginalizadas.

Diante desse panorama, surge a questão central: Como as transformações geopolíticas globais e as dinâmicas regionais influenciam o desenvolvimento econômico e social, especialmente em países periféricos, e quais estratégias podem promover um crescimento mais equilibrado e sustentável?

Para responder a essa pergunta, este trabalho tem como objetivo geral analisar as interações entre as transformações geopolíticas globais e o desenvolvimento regional, identificando desafios e oportunidades para reduzir desigualdades e fomentar sustentabilidade. Esse objetivo desdobra-se em três objetivos específicos:

- 1.Examinar a reconfiguração do poder econômico global e o papel dos BRICS, destacando seu potencial como alternativa à hegemonia ocidental;
- 2.Discutir o conceito de desenvolvimento regional além do crescimento econômico, incorporando dimensões sociais, culturais e ambientais;
- 3.Avaliar estudos de caso, como a agricultura familiar no Brasil e iniciativas comunitárias urbanas, para identificar boas práticas e lições aplicáveis a outros contextos.

A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica qualitativa, baseada na análise crítica de sete artigos científicos selecionados. A pesquisa foi conduzida em plataformas como SciELO, CAPES, Google Scholar e Scopus, utilizando palavras-chave relacionadas aos temas centrais (ex.: "geopolítica global", "desenvolvimento regional", "BRICS", "agricultura familiar"). Inicialmente, foram levantados diversos textos, mas após uma triagem rigorosa - que incluiu a leitura de resumos e a exclusão de materiais não alinhados aos objetivos - selecionou-se um corpus final composto por estudos que abordam desde macrocenários econômicos até análises locais, como o caso da comunidade da Mangueira (Granito et al., 2007) e da geopolítica amazônica (Amin, 2015).

A relevância deste estudo reside em sua capacidade de conectar escalas global e local, oferecendo ideias para políticas públicas que integrem crescimento econômico, justiça social e

sustentabilidade. Em um mundo marcado por assimetrias, entender as interações entre geopolítica e desenvolvimento regional é essencial para propor alternativas que beneficiem não apenas as economias centrais, mas também as regiões marginalizadas, como muitas das que compõem o território brasileiro.

## **A TRANSFORMAÇÃO GEOPOLÍTICA GLOBAL**

Os sete textos analisados convergem em uma análise crítica sobre as desigualdades econômicas globais e a reconfiguração do poder mundial nas últimas décadas. Como destacam Galvão (2007) e Martins (2018), presenciamos uma significativa transição na geografia econômica global, marcada pelo crescimento acelerado da Ásia - especialmente com a ascensão da China e Índia - e pelo relativo declínio das potências atlantistas tradicionais. Essa mudança no eixo de poder é compreendida como parte de um ciclo histórico mais amplo, onde a crise de hegemonia ocidental, associada a processos de financeirização e desindustrialização, abre espaço para o surgimento de novos polos econômicos e alianças geopolíticas, como os BRICS, que buscam reequilibrar o sistema internacional.

O referencial teórico que sustenta estas análises combina perspectivas macro e microestruturais. Por um lado, a teoria dos ciclos de Kondratiev (Martins, 2018) oferece um marco para

entender as flutuações econômicas de longa duração e as crises hegemônicas. Por outro, abordagens como o modelo da Tríplice Hélice (Aguiar et al., 2020) e as perspectivas territoriais (Cheung, 2013; Fernandes, 2013) permitem analisar como esses processos globais se manifestam em escalas regionais e locais, destacando a importância da cooperação institucional, do capital social e das identidades territoriais no desenvolvimento.

Essa articulação entre diferentes escalas de análise revela como os macroprocessos da economia política global - como a financeirização e a reestruturação produtiva - produzem impactos diferenciados em realidades locais específicas, desde os desafios da agricultura familiar brasileira até as dinâmicas de comunidades urbanas marginalizadas. Ao conectar essas perspectivas, os textos oferecem uma visão multidimensional das transformações contemporâneas, que supera dicotomias simplistas entre global e local, mostrando como essas escalas se interpenetram e se condicionam mutuamente.

## **A RECONFIGURAÇÃO DO PODER ECONÔMICO GLOBAL E O PAPEL DOS BRICS**

O artigo "Globalização e mudanças na configuração espacial: da economia mundial uma visão panorâmica das últimas décadas", de Olímpio J. de Arroxelas Galvão, examina os macrocenários mundiais das últimas décadas, enfatizando a desigualdade do desenvolvimento econômico entre diferentes

regiões. O autor destaca que, enquanto o Sul e o Leste da Ásia experimentaram um crescimento econômico expressivo, regiões como a África Subsaariana, os países ex-comunistas da Europa e a América Latina apresentaram desempenho insatisfatório, com taxas de crescimento medíocres ou até negativas. Essa assimetria no crescimento contribuiu para a reconfiguração das forças econômicas globais, alterando a geografia do poder (Galvão, 2007).

A globalização e seus efeitos sobre a configuração espacial da economia mundial são abordados sob diversas perspectivas. O autor analisa a evolução da economia global desde os anos 1970, identificando padrões de crescimento voláteis e as crises econômicas que afetaram diferentes regiões. Destacam-se as crises do petróleo, a elevação das taxas de juros nos mercados financeiros internacionais e os impactos das mudanças estruturais nas economias desenvolvidas e emergentes. O estudo também discute a crescente interdependência econômica global, impulsionada pelo comércio exterior e pelos fluxos de capital, destacando como esses fatores influenciam a competitividade das nações (Galvão, 2007).

O autor enfatiza que a expansão do comércio internacional e dos fluxos financeiros foi desigual entre os continentes. Enquanto a Ásia consolidou sua posição como principal polo de crescimento, a América Latina e a África enfrentaram dificuldades para acompanhar esse dinamismo. As economias

emergentes da região asiática, como China e Índia, demonstraram um crescimento expressivo, fruto de reformas estruturais e estratégias voltadas para a integração nos mercados globais. Em contrapartida, a América Latina e a África Subsaariana enfrentaram desafios estruturais, como instabilidade política, baixa competitividade e dependência de commodities, fatores que limitaram suas taxas de crescimento (Galvão, 2007).

A dinâmica do crescimento econômico global, segundo Galvão, reflete a crescente polarização entre países industrializados e em desenvolvimento. A transição de economias planificadas para economias de mercado, especialmente na Europa Oriental, foi marcada por dificuldades, resultando em declínios significativos na produção e nos padrões de vida. O estudo também menciona que o papel das economias emergentes se fortaleceu nas últimas décadas, alterando a geografia econômica global. A globalização financeira, caracterizada pela expansão dos investimentos diretos estrangeiros e pelo crescimento dos mercados de capitais, também impactou a reconfiguração espacial da economia mundial, beneficiando algumas regiões em detrimento de outras (Galvão, 2007).

Outro aspecto abordado pelo autor é a influência das políticas econômicas e institucionais sobre o crescimento das nações. Políticas de incentivo ao setor produtivo, investimentos

em infraestrutura e educação são fatores determinantes para a competitividade de um país no mercado global. A China, por exemplo, adotou estratégias agressivas de expansão industrial e comercial, alavancando sua economia e fortalecendo sua presença no cenário internacional. Em contraste, países latino-americanos enfrentaram dificuldades devido a instabilidades políticas e falta de continuidade nas políticas econômicas (Galvão, 2007).

A questão das desigualdades regionais também é explorada, evidenciando como o crescimento econômico não se distribui de forma homogênea. Enquanto alguns países emergentes conseguiram avanços significativos, outros permaneceram estagnados ou regrediram em termos de desenvolvimento. A interdependência econômica globalizada impõe desafios adicionais, pois crises em grandes economias podem gerar impactos sistêmicos em regiões menos desenvolvidas (Galvão, 2007).

Por fim, Galvão discute as projeções para o futuro da economia global, enfatizando a importância de políticas coordenadas entre nações para garantir um crescimento sustentável e equilibrado. A reconfiguração das cadeias produtivas, avanços tecnológicos e o fortalecimento das instituições internacionais são fatores cruciais para moldar a próxima fase da economia global. A evolução dos mercados emergentes e as estratégias adotadas por cada região

determinarão o futuro da distribuição do poder econômico no mundo (Galvão, 2007).

O artigo de Galvão e o texto de Martins compartilham uma visão crítica sobre a reconfiguração da economia global e a desigualdade entre as regiões. Enquanto Galvão enfatiza a assimetria no crescimento econômico entre diferentes regiões do mundo, Martins aborda a crise da hegemonia atlantista e os deslocamentos no poder econômico. A interseção dessas análises pode ser observada na transição do eixo atlantista para o Leste Asiático, especialmente com o crescimento da China e dos BRICS. A ascensão dessas economias emergentes reflete, de acordo com ambos os autores, uma alteração significativa nas estruturas de poder globais, caracterizando um movimento dentro do ciclo de Kondratiev, onde novas potências econômicas surgem, substituindo gradualmente os antigos centros de poder (Galvão, 2007).

O artigo de Carlos Eduardo Martins, *O sistema-mundo capitalista e os novos alinhamentos geopolíticos no século XXI: uma visão prospectiva*, publicado nos *Cadernos Metrópole* (2018), analisa as principais transformações geopolíticas contemporâneas a partir da perspectiva dos ciclos econômicos de longa duração. O autor fundamenta sua análise na teoria dos ciclos de Kondratiev, considerando a inter-relação entre ciclos estruturais, cíclicos e conjunturais no capitalismo global. Martins argumenta que, desde 1994, vivemos uma fase de expansão

dentro do ciclo longo de Kondratiev, embora essa expansão esteja atrelada a movimentos descendentes, como a crise da hegemonia estadunidense, iniciada nos anos 1970, e o aprofundamento de uma crise civilizatória do capitalismo, impulsionada pela revolução científico-técnica (Martins, 2018).

Dessa forma, o autor aponta que a dinâmica econômica mundial tem se deslocado gradativamente do eixo atlantista, tradicionalmente dominado pelos Estados Unidos e pela Europa Ocidental, para o Leste Asiático, com destaque para a ascensão da China. Esse fenômeno estaria associado ao declínio das potências marítimas e ao fortalecimento dos hinterlands, que buscam novas bases geopolíticas e produtivas. Martins examina os impactos dessa transição para a geopolítica global, destacando o crescimento dos BRICS como um potencial eixo alternativo ao domínio estadunidense. A análise considera, ainda, como a financeirização do capital e a crise do neoliberalismo vêm acelerando as contradições do sistema-mundo, enfraquecendo o eixo ocidental e impulsionando novas configurações de poder (Martins, 2018).

Diante desse cenário, o autor discute a crise da hegemonia atlantista e seus fundamentos, ressaltando a importância do neoliberalismo na reorganização da acumulação capitalista. Segundo Martins, a financeirização do capital e a desindustrialização dos países ocidentais foram estratégias utilizadas para conter os desafios impostos pelas

transformações tecnológicas e pela queda das taxas de lucro. No entanto, essas políticas aprofundaram desigualdades sociais e regionais, tornando os Estados Unidos e a Europa Ocidental cada vez mais vulneráveis à concorrência econômica asiática e à perda de protagonismo no sistema global (Martins, 2018).

A crise da hegemonia atlantista, conforme apontado por Martins, resulta do esgotamento do modelo de crescimento baseado no keynesianismo e da posterior adoção do neoliberalismo como tentativa de restaurar a taxa de lucro. Essa transição levou à financeirização das economias centrais, ao aumento da desigualdade social e ao declínio da competitividade produtiva dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. O autor destaca que essa crise se manifesta em diferentes dimensões, incluindo a crescente dependência do capital financeiro, a redução dos investimentos produtivos e a perda da autonomia da política monetária, especialmente nos países ocidentais (Martins, 2018).

A financeirização da economia, segundo Martins, gerou um deslocamento dos investimentos produtivos para mercados emergentes, aprofundando a perda de competitividade das economias atlantistas. A Alemanha, por exemplo, utilizou a contenção salarial como estratégia para manter sua competitividade na União Europeia, enquanto os Estados Unidos buscaram sustentar seu domínio econômico por meio da valorização do dólar e do endividamento externo. No entanto,

tais estratégias mostraram-se insustentáveis diante do crescimento da China e do fortalecimento dos BRICS, que passaram a representar uma alternativa ao domínio ocidental (Martins, 2018).

Além das questões econômicas, Martins argumenta que a crise atlantista também se reflete no sistema político, com o enfraquecimento do bipartidarismo nos Estados Unidos e na Europa, o aumento da insatisfação popular e a ascensão de discursos nacionalistas e antiglobalistas. O autor observa que esse contexto político e econômico abre espaço para uma reconfiguração geopolítica, na qual o eixo de poder tende a se deslocar para o Leste Asiático e para novas alianças regionais, como as promovidas pelos BRICS (Martins, 2018).

A ascensão da China é um dos elementos centrais dessa transformação, sendo analisada pelo autor como um processo de longo prazo, baseado na combinação de industrialização acelerada, investimentos estratégicos em tecnologia e uma política de fortalecimento do mercado interno. Martins aponta que a China adotou um modelo de desenvolvimento diferenciado, no qual o Estado mantém forte controle sobre setores estratégicos da economia, promovendo uma combinação entre planejamento central e inserção competitiva no mercado global. Esse modelo permitiu ao país consolidar-se como um dos principais centros produtivos do mundo,

desafiando a hegemonia econômica estadunidense (Martins, 2018).

O autor também analisa o papel dos BRICS como um possível novo bloco de poder dentro do sistema-mundo capitalista. Segundo Martins, essa aliança entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul tem potencial para consolidar um eixo econômico alternativo, reduzindo a dependência das economias emergentes em relação ao sistema financeiro controlado pelos Estados Unidos e pela União Europeia. A criação de instituições como o Novo Banco de Desenvolvimento e o fortalecimento de acordos comerciais entre os BRICS são sinais de uma tentativa de reorganização da economia global, baseada em uma lógica multipolar (Martins, 2018).

No entanto, Martins ressalta que a viabilidade dos BRICS enquanto um bloco histórico consolidado depende de fatores internos e externos. Internamente, há desafios relacionados à coesão política entre os países-membros, às diferenças de interesses estratégicos e à presença de elites nacionais que ainda mantêm vínculos com o sistema financeiro ocidental. Externamente, o autor observa que a resposta das potências atlânticas à ascensão dos BRICS pode incluir medidas protecionistas, sanções econômicas e até mesmo tentativas de desestabilização política em países estratégicos, como ocorreu no Brasil a partir de 2016 (Martins, 2018).

Por fim, Martins conclui que a crise da hegemonia ocidental e a ascensão de novas potências econômicas indicam a possibilidade de uma bifurcação histórica no sistema-mundo capitalista. O autor argumenta que os próximos anos serão decisivos para a definição dos rumos da economia global, podendo levar tanto à consolidação de um mundo multipolar quanto ao aprofundamento das contradições do capitalismo contemporâneo. A análise sugere que, independentemente do desfecho, o modelo de globalização liderado pelo eixo atlantista já não possui a mesma capacidade de regular a economia mundial, abrindo espaço para novas configurações de poder (Martins, 2018).

Tanto Galvão quanto Martins (2018) discutem a crise da hegemonia das potências ocidentais, embora sob perspectivas ligeiramente diferentes. Para Galvão, a globalização financeira e a crescente polarização entre economias desenvolvidas e emergentes são fatores-chave na reconfiguração do poder global. Por outro lado, Martins foca na crise da hegemonia atlantista, que resulta da combinação de financeirização e desindustrialização, prejudicando a competitividade das economias ocidentais. Ambas as análises sugerem que o declínio das potências ocidentais, particularmente dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, está intimamente ligado à ascensão da China e aos desafios impostos pelos BRICS. Essa transição geopolítica, marcada pela ascensão de novas

potências econômicas, representa um desafio direto ao modelo unipolar do pós-Guerra Fria.

Ambos os textos, embora abordem o tema sob diferentes enfoques, reconhecem o papel crescente dos BRICS como agentes de mudança no sistema-mundo capitalista. Galvão destaca a emergência da Ásia, particularmente a China, como novo polo de crescimento, enquanto Martins observa os BRICS como um possível bloco alternativo ao domínio estadunidense. A criação de novas instituições financeiras e acordos comerciais entre os países membros do bloco evidencia uma tentativa de reduzir a dependência do sistema financeiro ocidental, promovendo uma lógica econômica multipolar. Nesse contexto, o fortalecimento dos BRICS pode ser interpretado como uma resposta direta à crise da hegemonia atlantista e como uma tentativa de redistribuição do poder global, refletindo uma tendência de descentramento econômico.

Enfim, a análise de Galvão (2007) e Martins (2018) sobre a globalização e a ascensão dos BRICS revela como a reconfiguração do poder econômico global não se limita a uma simples mudança de protagonistas, mas altera profundamente as relações centro-periferia. Se, por um lado, o crescimento asiático e a formação de novos blocos econômicos criam oportunidades para países emergentes, por outro, exacerbam assimetrias regionais, especialmente em nações que permanecem dependentes de commodities e com baixa

capacidade de inovação. Essa transição leva naturalmente aos trabalhos de Vieira e Santos (2012) e Aguiar et al. (2020), que exploram modelos de desenvolvimento regional que transcendem a métrica tradicional do PIB, incorporando dimensões como capital social, sustentabilidade ambiental e justiça territorial. Enquanto Vieira e Santos (2012) enfatizam a necessidade de políticas que considerem as especificidades culturais e históricas de cada região, Aguiar et al. (2020) destacam o papel estratégico das universidades como agentes de desenvolvimento local, capazes de articular conhecimento científico com demandas sociais concretas, como será possível observar a seguir.

## **O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

O estudo intitulado “Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016”, de autoria de Mariane Rodrigues Volz de Aguiar, Sheila Kocourek, Jairo Luz de Oliveira e Adriano Correia Rodrigues, publicado na revista Interações (Campo Grande) em 2020, tem como objetivo principal analisar como a contribuição das universidades para o desenvolvimento regional tem sido abordada nas publicações científicas nacionais e internacionais no período de 2008 a 2016. Para tanto, os autores realizam uma revisão bibliométrica, utilizando as plataformas Scopus e Redalyc, com o intuito de

mapear e discutir as principais tendências e lacunas nas pesquisas sobre o tema (Aguiar *et al.*, 2020).

A ideia de desenvolvimento regional ganhou força ao longo do século XX, destacando-se a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, este último entendido como um processo que vai além do aumento da produção e da renda per capita, abrangendo também melhorias na qualidade de vida, sustentabilidade ambiental e equidade social e cultural. Nesse contexto, as universidades, especialmente as públicas, são vistas como agentes fundamentais para o desenvolvimento regional, atuando como vetores de transformações sociais, econômicas e ambientais. A pesquisa parte do pressuposto de que as instituições de ensino superior têm um papel estratégico na promoção do desenvolvimento regional, não apenas pela formação de recursos humanos, mas também pela produção de conhecimento e inovação, além da articulação com outros atores sociais, como empresas e governos (Aguiar *et al.*, 2020).

O estudo utiliza a análise bibliométrica como método principal, uma técnica quantitativa que permite identificar, explicar e interpretar o desempenho da produção científica em determinada área do conhecimento. Foram coletados dados nas plataformas Scopus, para artigos internacionais, e Redalyc, para publicações nacionais da América Latina. Os critérios de busca incluíram palavras-chave como “desenvolvimento regional” e “universidade”, além de filtros por áreas de conhecimento, como

Ciências Sociais, Economia e Administração. A análise dos resultados revela que, embora o tema tenha ganhado maior visibilidade a partir de 2013, ainda há carência de pesquisas que discutam de forma aprofundada a relação entre as universidades e o desenvolvimento regional (Aguilar *et al.*, 2020).

No que diz respeito às publicações internacionais, os resultados indicam um crescimento linear no número de artigos publicados a partir de 2013, com destaque para o periódico *Regional Studies*, que lidera o ranking de publicações sobre o tema. Além disso, observa-se que as universidades do Reino Unido são as que mais produzem pesquisas sobre desenvolvimento regional e universidade, seguidas por instituições dos Estados Unidos e da Espanha. As áreas de Ciências Sociais, Negócios e Economia são as que mais abordam o tema, reforçando sua interdisciplinaridade. Por outro lado, as publicações nacionais, analisadas a partir da plataforma Redalyc, mostram que o Brasil é o país que mais produz sobre o tema na América Latina, com destaque para a *Revista Gestão Universitária na América Latina* (GUAL), que concentra o maior número de artigos na área de Administração e Contabilidade (Aguilar *et al.*, 2020).

A análise das publicações internacionais revela que o tema do desenvolvimento regional e a contribuição universitária têm sido abordados principalmente sob a ótica da transferência de tecnologia e inovação, destacando o papel das universidades

como agentes de difusão científica e tecnológica. Os artigos mais citados enfatizam a importância da interação entre universidades, empresas e governos, seguindo o modelo da Tríplice Hélice, proposto por Etzkowitz (2005). Esse modelo sugere que a colaboração entre esses três atores é essencial para promover o desenvolvimento regional, uma vez que as universidades são responsáveis pela geração de conhecimento, as empresas pela aplicação prática desse conhecimento e os governos pela criação de políticas públicas que fomentem a inovação e o desenvolvimento econômico (Aguiar *et al.*, 2020).

Os resultados da pesquisa também evidenciam que, embora o tema tenha ganhado maior visibilidade nos últimos anos, ainda há desafios a serem superados. Um deles é a necessidade de maior articulação entre as universidades e os demais atores sociais, como empresas, governos e organizações da sociedade civil. Além disso, os autores destacam a importância de se pensar o desenvolvimento regional de forma integrada, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais, culturais e ambientais. Nesse sentido, as universidades têm um papel fundamental a desempenhar, uma vez que são instituições capazes de promover a formação de recursos humanos qualificados, a produção de conhecimento científico e tecnológico e a articulação entre diferentes setores da sociedade (Aguiar *et al.*, 2020).

Outro ponto relevante destacado pelos autores é a necessidade de se pensar o desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena, ou seja, considerando as características específicas de cada região. Nesse contexto, as universidades podem atuar como agentes de desenvolvimento local, promovendo a articulação entre os diferentes atores sociais e contribuindo para a construção de políticas públicas que atendam às necessidades específicas de cada região (Aguiar *et al.*, 2020).

Em conclusão, o estudo evidencia que as universidades desempenham um papel fundamental no desenvolvimento regional, atuando como agentes de transformação social, econômica e cultural. Os autores sugerem que as universidades devem assumir um papel mais ativo, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e contribuindo para a construção de políticas públicas que garantam um desenvolvimento sustentável e inclusivo (Aguiar *et al.*, 2020).

O artigo “Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica”, de Edson Trajano Vieira e Moacir José dos Santos, publicado na revista Gestão & Desenvolvimento Regional (G&DR) em 2012, promove uma discussão conceitual sobre o desenvolvimento econômico regional, diferenciando crescimento econômico de desenvolvimento econômico. Os autores analisam perspectivas teóricas de economistas e historiadores, destacando a

necessidade de repensar as políticas de desenvolvimento regional para superar a abordagem estritamente econômica e incorporar fatores sociais, culturais e históricos (Vieira e Santos, 2012).

O texto inicia com uma reflexão sobre a relevância de aspectos não econômicos, como cultura e práticas sociais, no estudo do desenvolvimento econômico regional. Os autores argumentam que a história econômica contemporânea rejeita a ideia de que a vida social e cultural seja determinada exclusivamente por fatores econômicos. Assim, o desenvolvimento econômico regional deve ser entendido como um processo que vai além do crescimento econômico, englobando transformações estruturais na sociedade e na economia, com foco na melhoria da qualidade de vida e na distribuição equitativa das riquezas (Vieira e Santos, 2012).

Os autores destacam que, embora os termos “crescimento econômico” e “desenvolvimento econômico” sejam frequentemente usados como sinônimos, possuem significados distintos. O crescimento econômico refere-se ao aumento da capacidade produtiva, medido por indicadores como Produto Interno Bruto (PIB) e renda per capita. Já o desenvolvimento econômico envolve não apenas o crescimento da produção, mas também a melhoria do padrão de vida, com mudanças estruturais que promovam distribuição mais equitativa das riquezas (Vieira e Santos, 2012).

A discussão histórica inclui referências a Adam Smith e David Ricardo, que enfatizam o crescimento econômico pela produção e acumulação de capital. No entanto, os autores argumentam que tais teorias não consideram adequadamente aspectos sociais e culturais. Karl Marx é citado por criticar a lógica capitalista, que concentra riqueza nas mãos dos capitalistas, deixando a classe trabalhadora em condições precárias. Marx destaca a importância de considerar relações de poder e distribuição de renda no desenvolvimento (Vieira e Santos, 2012).

No contexto latino-americano, os autores discutem a influência da CEPAL, que, na década de 1950, propôs a industrialização por substituição de importações, defendida por Raúl Prebisch. Esse modelo buscava reduzir a dependência de produtos importados, promovendo a industrialização interna. Entretanto, os autores apontam que, embora tenha gerado crescimento econômico em alguns países, não garantiu um desenvolvimento social e econômico equitativo (Vieira e Santos, 2012).

No Brasil, as políticas de desenvolvimento regional foram influenciadas pelas teorias cepalinas, priorizando industrialização e intervenção estatal. Celso Furtado defendia políticas públicas para distribuição de renda e reforma agrária. Para ele, o desenvolvimento não poderia se basear apenas no crescimento econômico, mas demandava mudanças estruturais

visando à redução das desigualdades regionais (Vieira e Santos, 2012).

Os autores também abordam críticas ao modelo industrialista, destacando a teoria dos polos de crescimento de François Perroux, que sugere um desenvolvimento econômico desigual, criando polos de crescimento e regiões subdesenvolvidas. Essa teoria fundamentou políticas no Brasil, mas, segundo os autores, não promoveu um desenvolvimento equilibrado e inclusivo (Vieira e Santos, 2012).

Outro ponto destacado é a necessidade de considerar fatores endógenos no desenvolvimento regional, como cultura local, instituições e participação comunitária. Os autores argumentam que o desenvolvimento não pode depender apenas de investimentos externos e políticas de cima para baixo, mas deve mobilizar recursos locais e incentivar o envolvimento da população. O capital social, ou seja, redes de confiança e cooperação dentro da comunidade, é apontado como essencial para esse processo (Vieira e Santos, 2012).

Os autores enfatizam a necessidade de reformular as políticas de desenvolvimento regional, adotando uma abordagem mais holística, que vá além dos indicadores econômicos tradicionais. O desenvolvimento econômico regional deve ser medido não apenas pelo PIB ou pela renda per capita, mas também por indicadores de qualidade de vida, como educação, saúde, cultura e participação política. Eles sugerem

classificar as políticas de desenvolvimento em quatro categorias: realizações, cultura de valores, dimensão relacional e motivações intrínsecas.

- Realizações: resultados concretos da produção de bens e serviços e sua distribuição;
- Cultura de valores: papel dos valores e práticas culturais locais no desenvolvimento;
- Dimensão relacional: redes de cooperação e confiança comunitárias;
- Motivações intrínsecas: fatores que impulsionam indivíduos a buscar desenvolvimento, como bem-estar e qualidade de vida (Vieira e Santos, 2012).

Os autores concluem que o desenvolvimento econômico regional é um processo dinâmico e multidimensional, exigindo mais do que crescimento da produção, mas também melhoria nas condições de vida e redução das desigualdades. Eles argumentam que políticas devem ser reformuladas para serem mais inclusivas e sustentáveis, respeitando as especificidades regionais e incentivando a participação comunitária (Vieira e Santos, 2012).

Por fim, os autores destacam que é essencial superar a visão tradicional de desenvolvimento, que prioriza crescimento econômico em detrimento dos aspectos sociais e ambientais.

Eles defendem um modelo que combine crescimento da produção com melhor distribuição de bens e serviços, contribuindo para qualidade de vida e redução das desigualdades regionais. Esse modelo deve basear-se em políticas endógenas, valorizando recursos locais e incentivando a participação comunitária no desenvolvimento (Vieira e Santos, 2012).

Por fim, ressalta-se que as reflexões teóricas sobre desenvolvimento - como os polos de crescimento de Perroux e a teoria dos ciclos de Kondratiev - ganham materialidade quando confrontadas com realidades locais específicas, conforme será visto na próxima subseção.

## **O CONTEXTO BRASILEIRO**

O estudo de caso de Terenos (Cheung, 2013) exemplifica como a agricultura familiar, apesar de sua importância econômica e social, enfrenta obstáculos estruturais que limitam seu potencial, como a falta de acesso a mercados e a carência de políticas públicas eficazes. Já a experiência da Mangueira (Granito et al., 2007) demonstra como iniciativas baseadas na participação comunitária e na articulação entre diferentes atores sociais podem gerar transformações significativas em territórios urbanos marginalizados. Esses casos não apenas ilustram a aplicação de conceitos teóricos em contextos reais, mas também revelam as limitações de modelos universalistas de

desenvolvimento, destacando a importância de abordagens contextualizadas que considerem as particularidades de cada território.

O artigo intitulado "Desenvolvimento da agricultura familiar: investigação sobre o espaço rural e o território como referência para estudar o caso do município de Terenos, MS", de autoria de Thelma Lucchese Cheung, aborda a importância da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento local, com foco no município de Terenos, localizado no estado de Mato Grosso do Sul. A pesquisa utiliza um aporte teórico territorialista para analisar as dinâmicas socioeconômicas e culturais que influenciam a agricultura familiar na região, destacando suas potencialidades e desafios (Cheung, 2013).

A agricultura familiar é reconhecida como um setor crucial para a economia brasileira, responsável por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e 38% do valor bruto gerado pela agricultura, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006. No estado de Mato Grosso do Sul, ela representa 65% das propriedades rurais, respondendo por uma parcela significativa da produção de mandioca, feijão, café e leite. O estudo enfatiza a relevância desse modelo produtivo para a geração de emprego e renda, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável (Cheung, 2013).

O espaço rural é analisado como um território complexo, onde as relações sociais, históricas e culturais se entrelaçam

com as atividades econômicas. A autora destaca que o desenvolvimento territorial rural deve considerar não apenas os aspectos econômicos, mas também as dimensões sociais e ecológicas. Nesse sentido, os Sistemas Agroalimentares Localizados (SYAL) são apresentados como uma ferramenta estratégica para agregar valor aos produtos locais, promovendo a diferenciação e a competitividade dos agricultores familiares. Os SYAL baseiam-se na proximidade geográfica, na cooperação entre os atores locais e na valorização dos saberes tradicionais, o que pode contribuir para a redução dos custos de transação e para a criação de redes de confiança (Cheung, 2013).

O estudo de caso realizado em Terenos envolveu a aplicação de questionários a 50 pequenos produtores rurais das Colônias Velha e Nova, assentamentos que remontam à década de 1920 e representam uma das mais antigas aglomerações de agricultores familiares do estado. Os resultados da pesquisa indicam que, apesar da diversificação produtiva e da preservação de práticas culturais, os agricultores enfrentam desafios significativos, especialmente no que diz respeito à comercialização e à coordenação das cadeias produtivas. A falta de conhecimento sobre as demandas dos consumidores e a ausência de selos de qualidade e origem são apontadas como entraves ao desenvolvimento local (Cheung, 2013).

A pesquisa sugere que a valorização dos saberes tradicionais e a implementação de selos de qualidade podem ser

estratégias eficazes para promover a sustentabilidade da agricultura familiar em Terenos. Além disso, a autora destaca a importância das agroindústrias rurais (AIR) como meio de agregar valor aos produtos locais, melhorar a renda dos agricultores e gerar empregos nas zonas rurais. A agroindustrialização de produtos, como queijos e doces artesanais, pode ser uma alternativa viável para aumentar a competitividade dos agricultores familiares, desde que haja melhor coordenação entre os elos da cadeia produtiva, especialmente na comercialização (Cheung, 2013).

O artigo conclui que, para alcançar um desenvolvimento sustentável, é necessário investir em políticas públicas que fortaleçam a cooperação entre os agricultores e as instituições locais, promovendo a integração entre produção, processamento e consumo. A autora enfatiza a necessidade de novas abordagens teórico-metodológicas que considerem as dinâmicas socioeconômicas e culturais dos territórios rurais, permitindo que os agricultores familiares explorem suas peculiaridades como diferenciais competitivos. A valorização do território, da identidade cultural e das práticas sustentáveis são apontadas como elementos-chave para o sucesso da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento local (Cheung, 2013).

Em síntese, o estudo de Thelma Lucchese Cheung oferece uma análise detalhada das potencialidades e desafios da agricultura familiar em Terenos, ressaltando a importância do

território e das redes de cooperação para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa contribui para o debate sobre o papel da agricultura familiar na economia brasileira e sugere caminhos para a superação dos desafios enfrentados pelos pequenos produtores rurais, com foco na valorização dos saberes tradicionais e na integração das cadeias produtivas (Cheung, 2013).

O artigo "Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro", de autoria de Bernardo Mançano Fernandes, analisa as transformações recentes no campo brasileiro, com foco nas dinâmicas de inclusão e exclusão social resultantes das políticas agrárias e das lutas pela terra. O texto está dividido em três partes principais: a primeira aborda o contexto da luta pela terra e as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), conhecidas como "novo mundo rural"; a segunda discute os conceitos de agricultura camponesa e agricultura familiar, destacando suas diferenças e semelhanças; e a terceira propõe uma reflexão sobre as perspectivas da reforma agrária no governo Lula (Fernandes, 2013).

O autor inicia o texto destacando a importância de analisar o espaço agrário como um território construído por relações sociais complexas, onde coexistem processos de inclusão e exclusão. A luta pela terra, por meio de ocupações, acampamentos e assentamentos, é apresentada como um

espaço de inclusão, enquanto a judicialização da questão agrária e a política de agricultura familiar são vistas como mecanismos de exclusão. Fernandes critica a política do governo FHC, que, ao criminalizar as ocupações de terra e promover o Banco da Terra, transferiu a questão agrária do âmbito político para o econômico, enfraquecendo a resistência dos trabalhadores rurais (Fernandes, 2013).

O conceito de "novo mundo rural", proposto pelo governo FHC, é analisado como uma estratégia para desmobilizar os movimentos camponeses e promover a integração dos agricultores ao mercado capitalista. O autor argumenta que essa política não resolve a questão agrária, mas a intensifica, ao criar novas formas de exclusão e desigualdade. A judicialização da luta pela terra, por exemplo, é vista como uma forma de repressão que humilha os trabalhadores rurais e impede a territorialização da luta (Fernandes, 2013).

Na segunda parte do texto, Fernandes discute os conceitos de agricultura camponesa e agricultura familiar, destacando suas diferenças. Enquanto a agricultura camponesa está associada à resistência política e à luta contra o capital, a agricultura familiar é vista como uma forma de integração ao mercado capitalista. O autor critica a visão evolucionista que defende a transformação do camponês em agricultor familiar, argumentando que essa perspectiva ignora a importância da luta pela terra para a recriação do campesinato. Fernandes ressalta

que a agricultura familiar, ao contrário da camponesa, não visa a transformação social, mas a adaptação ao sistema capitalista (Fernandes, 2013).

A crítica do autor à agricultura familiar se aprofunda ao analisar as políticas públicas que promovem esse modelo produtivo. Ele argumenta que a agricultura familiar, ao ser integrada ao mercado, acaba reproduzindo as desigualdades do sistema capitalista, em vez de combatê-las. O autor destaca que a luta pela terra e a reforma agrária são essenciais para a recriação do campesinato, pois permitem que os trabalhadores rurais resistam à expropriação e à marginalização. No entanto, ele observa que, no governo FHC, a reforma agrária foi substituída por políticas de mercado, como o Banco da Terra, que mercantilizam a terra em vez de democratizá-la (Fernandes, 2013).

Fernandes também discute a importância da Via Campesina, uma articulação internacional de movimentos camponeses, como um espaço de resistência às políticas neoliberais. Ele contrasta essa organização com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), que representa os agricultores familiares e defende a integração ao mercado. O autor argumenta que, enquanto a Via Campesina luta pela soberania alimentar e pela reforma agrária, a FETRAF-SUL está mais alinhada com as

políticas de mercado e com a agricultura capitalista (Fernandes, 2013).

O texto também aborda a identidade camponesa e a necessidade de preservar os saberes tradicionais e as práticas culturais dos camponeses. Fernandes critica a visão que considera o camponês um sujeito arcaico e atrasado, argumentando que a agricultura camponesa é uma forma de resistência ao capitalismo e uma alternativa ao modelo de desenvolvimento dominante. Ele defende que a luta pela terra e a reforma agrária são fundamentais para a recriação do campesinato e para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável (Fernandes, 2013).

Na terceira parte do texto, Fernandes reflete sobre as perspectivas da reforma agrária no governo Lula. Ele argumenta que, embora o governo tenha prometido avanços, as políticas implementadas continuaram marcadas pela lógica do mercado e pela integração dos agricultores ao sistema capitalista. O autor destaca que, apesar da criação de novos assentamentos rurais, a reforma agrária necessária para democratizar o acesso à terra e reduzir a concentração fundiária ainda não foi realizada (Fernandes, 2013).

Fernandes conclui destacando a necessidade de uma reforma agrária que vá além da simples criação de assentamentos. Ele defende que a reforma agrária deve ser uma política pública de redistribuição de terras, garantindo justiça

social e combatendo a concentração fundiária. O autor critica a mercantilização da terra e propõe que a reforma agrária seja feita por meio da desapropriação, e não da compra e venda de terras. Além disso, ele ressalta a importância de incluir a população urbana na reforma agrária, permitindo que famílias que nunca viveram no campo possam reconstruir suas vidas como produtores agrícolas (Fernandes, 2013).

O autor enfatiza que a luta pela terra e a reforma agrária são processos contínuos e que, apesar dos avanços, muitos desafios ainda precisam ser superados. Ele destaca a importância dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na resistência às políticas de exclusão. Fernandes argumenta que, para que a reforma agrária seja efetiva, é necessário que os trabalhadores rurais tenham voz ativa na definição das políticas públicas e que o Estado assuma um papel central na redistribuição de terras (Fernandes, 2013).

Em síntese, o artigo de Bernardo Mançano Fernandes oferece uma análise crítica das políticas agrárias no Brasil, destacando as contradições e desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais. O autor defende a agricultura camponesa como forma de resistência ao capitalismo e propõe uma reforma agrária que promova justiça social e democratize o acesso à terra. O texto contribui para o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil, ressaltando a necessidade de políticas públicas

que valorizem os saberes tradicionais e promovam a inclusão social no campo (Fernandes, 2013).

O artigo “Desenvolvimento regional e novos paradigmas: iniciativas de promoção do desenvolvimento na comunidade da Mangueira”, de autoria de Roberta Aparecida Neves Granito, Daielly Melina Nassif Mantovani, Julio Araujo Carneiro da Cunha, Saulo de Souza Rodrigues e Andrea Cristina Luz Basílio, publicado na revista Cadernos EBAPE.BR em 2007, aborda as transformações no conceito de desenvolvimento regional, destacando a necessidade de novos paradigmas que priorizem a inclusão social, a sustentabilidade e a participação comunitária. O estudo tem como foco a análise de iniciativas de desenvolvimento na comunidade da Mangueira, no Rio de Janeiro, para verificar como as políticas públicas e os projetos sociais têm contribuído para a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento local (Granito *et al.*, 2007).

O texto inicia com uma contextualização histórica e conjuntural, destacando os impactos da globalização e da reestruturação produtiva nas regiões menos desenvolvidas. A globalização, ao promover a internacionalização das economias, acentuou as desigualdades regionais, especialmente nos países em desenvolvimento, onde as áreas menos favorecidas ficaram à margem dos fluxos econômicos principais. Nesse cenário, o desenvolvimento regional emerge como resposta às disparidades sociais e econômicas, focando na valorização dos

recursos locais e na promoção de políticas públicas que incentivem a inclusão social e a sustentabilidade (Granito *et al.*, 2007).

Os autores discutem a evolução do conceito de desenvolvimento regional, que passou de uma visão centrada no crescimento econômico para uma abordagem mais ampla, incluindo aspectos sociais, culturais e ambientais. O desenvolvimento local é visto como um processo que valoriza o território, a cooperação e a aprendizagem, com ênfase na formação de capital social e humano. Nesse contexto, as políticas públicas devem ser articuladas de forma integrada, envolvendo diversos atores locais, como governos, empresas e sociedade civil, para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo (Granito *et al.*, 2007).

O estudo apresenta a comunidade da Mangueira como um exemplo de aplicação desses novos paradigmas de desenvolvimento. A Mangueira, uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, é caracterizada por altos índices de pobreza e exclusão social. No entanto, desde a década de 1980, a comunidade passou a desenvolver projetos sociais em parceria com o governo e empresas privadas, buscando melhorar as condições de vida dos moradores e promover a inclusão social. O Programa Social Mangueira, criado em 1987, é um dos principais exemplos dessas iniciativas, abrangendo áreas como

educação, saúde, cultura, esporte e capacitação profissional (Granito *et al.*, 2007).

O Programa Social Mangureira é composto por diversos projetos voltados para as necessidades da comunidade, com foco na inclusão social e no desenvolvimento humano. Entre os principais, destacam-se:

- Projeto Olímpico: promove a prática de esportes entre crianças e adolescentes, afastando-os da criminalidade e das drogas;
- Projeto Educação: oferece ensino integral e atividades extracurriculares para jovens da comunidade;
- Projeto Resgate da Cidadania: inclui iniciativas como alfabetização de adultos, capacitação profissional e atendimento à terceira idade.

Além desses, o programa conta com projetos de saúde, cultura e meio ambiente, visando melhorar a qualidade de vida dos moradores e promover a sustentabilidade local (Granito *et al.*, 2007).

Os autores destacam que o sucesso dessas iniciativas está diretamente relacionado à participação ativa da comunidade e à parceria entre o poder público e o setor privado. Empresas privadas contribuem com recursos financeiros e apoio logístico, além de oferecer oportunidades de estágio e emprego para os jovens capacitados pelos projetos. Essa colaboração entre diferentes atores sociais é um dos pilares do novo paradigma de

desenvolvimento, que prioriza a descentralização e a articulação de esforços para promover mudanças significativas nas comunidades locais (Granito *et al.*, 2007).

O estudo também enfatiza a importância do desenvolvimento endógeno, que valoriza os recursos e as potencialidades locais, em contraposição ao modelo tradicional, dependente de forças externas para impulsionar o crescimento econômico. O caso da Mangueira ilustra como a mobilização de recursos locais e a participação comunitária podem gerar impactos positivos, promovendo a reinclusão social e a melhoria das condições de vida da população (Granito *et al.*, 2007).

Além disso, os autores ressaltam que o novo paradigma de desenvolvimento regional está alinhado com os conceitos de sustentabilidade e ecodesenvolvimento, buscando equilibrar crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social. Nesse sentido, as políticas públicas devem ser planejadas de forma integrada, considerando as dimensões econômica, social, ambiental e cultural do desenvolvimento. O caso da Mangueira demonstra como a implementação de projetos sociais sustentáveis pode gerar benefícios de longo prazo, reduzindo desigualdades e promovendo a cidadania (Granito *et al.*, 2007).

A análise do caso da Mangueira revela impactos significativos, como a redução da criminalidade, o aumento da escolaridade e a melhoria das condições de saúde e bem-estar dos moradores. O Projeto Olímpico, por exemplo, além de

incentivar o esporte, tem formado atletas que representam o Brasil em competições internacionais, contribuindo para a autoestima da comunidade. Já o Projeto Educação tem proporcionado acesso a ensino de qualidade, preparando os jovens para o mercado de trabalho e reduzindo a evasão escolar (Granito *et al.*, 2007).

Os autores também destacam a relevância da participação comunitária. A mobilização dos moradores tem sido fundamental para o sucesso das iniciativas, pois garante que as ações atendam às necessidades reais da comunidade. A valorização da cultura local, expressa pela escola de samba da Mangueira, fortalece a identidade comunitária e promove a integração social (Granito *et al.*, 2007).

Em conclusão, o estudo evidencia que o desenvolvimento regional, quando baseado em novos paradigmas que priorizam a inclusão social, a sustentabilidade e a participação comunitária, pode gerar impactos positivos e duradouros. O caso da Mangueira demonstra que a articulação entre governo, empresas e sociedade civil pode promover mudanças significativas em comunidades carentes, contribuindo para a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida (Granito *et al.*, 2007).

O artigo "A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI", de Mario Miguel Amin, discute a posição geopolítica da região amazônica no contexto da

crescente demanda global por recursos naturais estratégicos, como água, minerais e biodiversidade, essenciais para o crescimento econômico mundial no século XXI. A partir da década de 1980, o paradigma da globalização reconfigurou as relações internacionais, intensificando a competição por territórios ricos em recursos naturais. Nesse cenário, a Amazônia, detentora de vastos estoques de recursos estratégicos, tornou-se um espaço vital, atraindo a atenção de potências hegemônicas e exigindo maior presença do Estado para garantir seu desenvolvimento sustentável e a soberania regional (Amin, 2015).

A globalização, ao integrar economias e mercados, acelerou a criação de uma nova ordem mundial baseada na capacidade tecnológica e na inovação. No entanto, essa integração também gerou pressões por novas fontes de matérias-primas, como petróleo, gás, minerais e água, necessárias para sustentar o crescimento das economias dominantes e emergentes. A Amazônia, com sua biodiversidade única, vastas reservas minerais e abundância hídrica, passou a ser vista como um dos principais focos de interesse geopolítico global. A região não apenas abriga recursos essenciais para a inovação tecnológica, mas também desempenha um papel crucial na manutenção do equilíbrio ecológico do planeta (Amin, 2015).

Amin destaca que a geopolítica da Amazônia está intrinsecamente ligada à disputa por "espaços vitais" de recursos naturais, um conceito que remonta aos teóricos clássicos da geopolítica, como Ratzel, Mahan e Mackinder. No século XXI, a competição por esses espaços se intensificou, especialmente com o surgimento de novas potências econômicas, como os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que pressionam a demanda global por recursos. A Amazônia, portanto, tornou-se um alvo estratégico para políticas externas de países como os Estados Unidos e a China, que buscam garantir o acesso a esses recursos para manter sua hegemonia econômica e política (Amin, 2015).

A biodiversidade da Amazônia é um dos principais recursos estratégicos discutidos no artigo. A região abriga a maior floresta tropical do planeta, com uma diversidade de espécies animais e vegetais que representam um enorme potencial econômico e genético. No entanto, a exploração desses recursos tem sido marcada por conflitos entre interesses locais e globais, especialmente no que diz respeito à biopirataria e à transferência de recursos genéticos para outros países. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), firmada durante a Rio-92, estabeleceu diretrizes para o acesso e a proteção desses recursos, mas a implementação de políticas eficazes ainda é um desafio para o Brasil, que carece de recursos financeiros e

técnicos para gerir adequadamente sua biodiversidade (Amin, 2015).

Além da biodiversidade, a Amazônia é rica em recursos minerais, que são essenciais para o avanço tecnológico do século XXI. A região abriga uma das maiores províncias minerais do mundo, a província de Carajás, localizada no estado do Pará, que contém vastas reservas de ferro, bauxita, ouro, estanho, manganês e níobio-tântalo, entre outros minerais estratégicos. Esses recursos são fundamentais para setores como a indústria aeroespacial, a eletrônica e a construção de infraestrutura, o que aumenta ainda mais o interesse internacional pela região. No entanto, a exploração desses minerais tem sido marcada por conflitos entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, exigindo a adoção de práticas sustentáveis (Amin, 2015).

A água é outro recurso estratégico de extrema importância discutido no artigo. A Amazônia abriga a maior bacia hidrográfica do mundo, com o rio Amazonas e seus afluentes representando cerca de 20% da água doce disponível no planeta. No contexto global de escassez hídrica, a região assume uma posição geopolítica central, especialmente diante de projeções que indicam que a demanda por água doce superará a oferta em várias regiões do mundo nas próximas décadas. Amin ressalta que a crise global da água pode levar a conflitos armados entre

nações, especialmente em regiões onde a escassez é mais aguda (Amin, 2015).

O artigo também aborda a questão da biopirataria, um problema recorrente na Amazônia, onde recursos genéticos são explorados por empresas e instituições estrangeiras sem a devida compensação ou autorização. Casos históricos, como o da seringueira (*Hevea brasiliensis*), levada para a Ásia no século XIX, ilustram os riscos da exploração indevida dos recursos naturais da região. A biopirataria continua sendo uma ameaça, com exemplos recentes de apropriação de recursos genéticos, como o do besouro *Lamprocyphus augustus*, cuja carapaça foi utilizada em pesquisas nos Estados Unidos. Esses casos reforçam a necessidade de políticas robustas de proteção à biodiversidade (Amin, 2015).

Em síntese, o artigo de Mario Miguel Amin oferece uma análise abrangente da importância geopolítica da Amazônia no contexto global, destacando os desafios e oportunidades que a região enfrenta diante da crescente demanda por recursos naturais estratégicos. A Amazônia, com sua riqueza natural, é um espaço vital que exige uma gestão equilibrada entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, garantindo a soberania brasileira e o bem-estar das futuras gerações (Amin, 2015).

Concluindo, observa-se que a geopolítica da Amazônia (Amin, 2015) e as críticas às políticas agrárias (Fernandes,

2013) evidenciam as tensões inerentes ao processo de desenvolvimento em contextos periféricos. De um lado, a Amazônia emerge como espaço estratégico global, cobiçado por seus recursos naturais e sua biodiversidade, mas também como palco de conflitos entre interesses econômicos, soberania nacional e preservação ambiental. De outro, as críticas de Fernandes (2013) às políticas agrárias brasileiras revelam como modelos de desenvolvimento baseados na simples integração ao mercado podem reproduzir desigualdades e excluir atores locais. Essas análises conectam-se à necessidade urgente de paradigmas alternativos de desenvolvimento, que superem a dicotomia entre crescimento econômico e sustentabilidade socioambiental, e que sejam capazes de transformar conflitos em oportunidades para a construção de futuros mais justos e inclusivos.

## **CONCLUSÃO**

A análise dos estudos revela um cenário global complexo, marcado por profundas transformações geopolíticas e persistentes desigualdades regionais. A ascensão de novos atores econômicos, particularmente na Ásia, contrasta com os desafios estruturais enfrentados por regiões periféricas, que permanecem vulneráveis aos fluxos assimétricos da globalização. Os BRICS emergem como importante contraponto

à hegemonia ocidental, embora sua atuação ainda seja limitada por divergências internas e pressões externas.

Os trabalhos convergem na defesa de uma visão multidimensional do desenvolvimento, que transcende indicadores puramente econômicos para incorporar aspectos sociais, culturais e ambientais. Experiências locais demonstram como abordagens participativas e territorializadas podem gerar impactos transformadores, especialmente quando articulam conhecimento acadêmico com saberes comunitários.

Contudo, persistem desafios significativos. A dependência de commodities continua restringindo o desenvolvimento endógeno em muitas regiões, enquanto modelos de agricultura familiar enfrentam tensões não resolvidas entre integração mercantil e transformação social. A desconexão entre acordos globais e ações locais revela a necessidade de mecanismos mais eficazes de governança multinível.

Como perspectivas futuras, destaca-se a urgência de:

1. Fortalecer cooperações internacionais que promovam transferências tecnológicas equitativas;
2. Consolidar arranjos institucionais que garantam efetiva participação comunitária;
3. Desenvolver sistemas de avaliação que integrem crescimento econômico e redução de desigualdades.

Essas propostas apontam para a construção de paradigmas alternativos de desenvolvimento, capazes de conciliar inserção competitiva na economia global com justiça social e sustentabilidade ambiental - um desafio complexo, mas essencial para as próximas décadas.

## **AGRADECIMENTOS**

Palavras iniciais: Disciplina Geografia Econômica lecionada pelos autores desta revisão de literatura proveniente do estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências — Programa de Pós-graduação em Geografia.

O livro foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - 88881.083131/2024-01". Bolsa de pós-doutorado - (PIPD).

## **REFERÊNCIAS**

CHEUNG, Thelma Lucchese. Desenvolvimento da agricultura familiar: investigação sobre o espaço rural e o território como referência para estudar o caso do município de Terenos, MS. **Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 189-195, jul./dez. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 16-36, jul./dez. 2013.

AGUIAR, Mariane Rodrigues Volz de; KOCOUREK, Sheila; OLIVEIRA, Jairo Luz de; RODRIGUES, Adriano Correia. Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 1, p. 305-316, 2020.

GRANITO, Roberta Aparecida Neves; MANTOVANI, Daielly Melina Nassif; CUNHA, Julio Araujo Carneiro da; RODRIGUES, Saulo de Souza; BASÍLIO, Andrea Cristina Luz. Desenvolvimento regional e novos paradigmas: iniciativas de promoção do desenvolvimento na comunidade da Mangueira. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-14, jun. 2007.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Gestão & Desenvolvimento Regional (G&DR)**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 344-369, maio/ago. 2012.

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p. 17-38, set. 2015.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Globalização e mudanças na configuração espacial: da economia mundial uma visão panorâmica das últimas décadas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 61-97, jan./abr. 2007.

MARTINS, Carlos Eduardo. O sistema-mundo capitalista e os novos alinhamentos geopolíticos no século XXI: uma visão prospectiva. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 673-696, set./dez, 2018.

# **INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA ECONOMIA DO CONHECIMENTO: Uma análise crítica das dinâmicas brasileiras**

## **RESUMO**

O presente artigo realiza uma revisão sistemática da literatura sobre as relações entre inovação tecnológica, desenvolvimento econômico e organização espacial no contexto da economia do conhecimento. Partindo do reconhecimento das profundas transformações que vêm reconfigurando os sistemas produtivos em escala global, o estudo problematiza as assimetrias na difusão dos benefícios da inovação, particularmente em economias periféricas como a brasileira. O trabalho tem como objetivo geral analisar criticamente os nexos entre os processos inovativos e as dinâmicas territoriais do desenvolvimento, com três objetivos específicos: (1) examinar os fundamentos teóricos da Geografia Econômica contemporânea; (2) investigar a materialização espacial dos sistemas de inovação; e (3) avaliar os desafios específicos do caso brasileiro. Metodologicamente, o estudo baseia-se na análise crítica de cinco artigos científicos representativos, publicados entre 2012 e 2017, selecionados por sua relevância temática e contribuição para o debate acadêmico. A análise foi organizada em três eixos articulados: fundamentos teóricos, atores e práticas, e territorialização. Os resultados revelam tanto convergências quanto contradições nos processos de inovação, destacando a tensão entre modelos globais e realidades locais. A principal contribuição do artigo reside na síntese integrada de perspectivas frequentemente fragmentadas na literatura, oferecendo uma visão abrangente que conecta escalas macro e micro de análise. Conclui-se que a construção de uma verdadeira economia do conhecimento no Brasil requer abordagens mais plurais e contextualizadas, capazes de reconhecer as múltiplas geografias da inovação que emergem tanto dos centros estabelecidos quanto das periferias do sistema. O estudo aponta para a necessidade de futuras

pesquisas que incorporem perspectivas decoloniais e investiguem experiências inovadoras não convencionais.

**Palavras-chave:** Inovação tecnológica; Geografia Econômica; Desenvolvimento regional; Economia do conhecimento; Brasil.

## **ABSTRACT**

This article conducts a systematic literature review on the relationships between technological innovation, economic development, and spatial organization in the context of the knowledge economy. Recognizing the profound transformations reshaping global production systems, the study addresses the asymmetries in the diffusion of innovation benefits, particularly in peripheral economies such as Brazil. The general objective of the study is to critically analyze the connections between innovative processes and the territorial dynamics of development, with three specific objectives: (1) to examine the theoretical foundations of contemporary Economic Geography; (2) to investigate the spatial materialization of innovation systems; and (3) to assess the specific challenges of the Brazilian case. Methodologically, the study is based on a critical analysis of five representative scientific articles published between 2012 and 2017, selected for their thematic relevance and contribution to academic debate. The analysis is structured around three interconnected axes: theoretical foundations, actors and practices, and territorialization. The results reveal both convergences and contradictions in innovation processes, highlighting the tension between global models and local realities. The main contribution of the article lies in its integrated synthesis of perspectives that are often fragmented in the literature, offering a comprehensive view that connects macro and micro scales of analysis. The study concludes that building a true knowledge economy in Brazil requires more plural and contextualized approaches, capable of recognizing the multiple geographies of innovation emerging from both established centers and system peripheries. The study points to the need for

future research incorporating decolonial perspectives and investigating non-conventional innovative experiences.

**Keywords:** Technological innovation; Economic Geography; Regional development; Knowledge economy; Brazil.

## **RESUMEN**

Este artículo realiza una revisión sistemática de la literatura sobre las relaciones entre la innovación tecnológica, el desarrollo económico y la organización espacial en el contexto de la economía del conocimiento. Reconociendo las profundas transformaciones que están reconfigurando los sistemas productivos a escala global, el estudio problematiza las asimetrías en la difusión de los beneficios de la innovación, particularmente en economías periféricas como la brasileña. El objetivo general del estudio es analizar críticamente los vínculos entre los procesos innovadores y las dinámicas territoriales del desarrollo, con tres objetivos específicos: (1) examinar los fundamentos teóricos de la Geografía Económica contemporánea; (2) investigar la materialización espacial de los sistemas de innovación; y (3) evaluar los desafíos específicos del caso brasileño. Metodológicamente, el estudio se basa en un análisis crítico de cinco artículos científicos representativos, publicados entre 2012 y 2017, seleccionados por su relevancia temática y su contribución al debate académico. El análisis se organizó en tres ejes interrelacionados: fundamentos teóricos, actores y prácticas, y territorialización. Los resultados revelan tanto convergencias como contradicciones en los procesos de innovación, destacando la tensión entre modelos globales y realidades locales. La principal contribución del artículo radica en su síntesis integrada de perspectivas que a menudo aparecen fragmentadas en la literatura, ofreciendo una visión integral que conecta las escalas macro y micro de análisis. Se concluye que la construcción de una verdadera economía del conocimiento en Brasil requiere enfoques más plurales y contextualizados, capaces de reconocer las múltiples geografías de la innovación que emergen tanto de los centros establecidos como de las

periferias del sistema. El estudio señala la necesidad de futuras investigaciones que incorporen perspectivas decoloniales e indaguen experiencias innovadoras no convencionales.

**Palabras clave:** Innovación tecnológica; Geografía Económica; Desarrollo regional; Economía del conocimiento; Brasil.

## INTRODUÇÃO

As profundas transformações tecnológicas e econômicas das últimas décadas reconfiguraram as bases do desenvolvimento capitalista, elevando o conhecimento e a inovação à condição de elementos centrais na produção de riqueza. A emergência de novos paradigmas tecno-econômicos, particularmente o das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), tem alterado radicalmente não apenas os processos produtivos, mas também a organização espacial das atividades econômicas e as dinâmicas sociais subjacentes. Nesse cenário de mudanças aceleradas, a Geografia Econômica e os estudos sobre inovação tornaram-se, então, campos fundamentais para compreender como essas transformações se manifestam em diferentes escalas - desde as estratégias globais até as práticas locais de empreendedorismo e desenvolvimento regional.

Apesar da vasta literatura existente sobre inovação e desenvolvimento, identificam-se lacunas significativas na compreensão de três aspectos interrelacionados: primeiro, como

os paradigmas tecno-econômicos se articulam com as persistentes desigualdades territoriais; segundo, de que forma os atores locais - incluindo empreendedores, instituições de pesquisa e formuladores de políticas públicas - adaptam-se ou resistem a essas transformações; e terceiro, quais os limites e potencialidades específicos do caso brasileiro neste cenário global de mudanças tecnológicas aceleradas. Essas questões ganham especial relevância em um contexto periférico como o Brasil, onde a incorporação desigual dos avanços tecnológicos convive com dinâmicas produtivas heterogêneas e profundas assimetrias regionais.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar, a partir de uma revisão crítica da literatura especializada, as complexas relações entre inovação tecnológica, desenvolvimento econômico e organização espacial, com ênfase particular nas especificidades do contexto brasileiro. Para alcançar esse propósito geral, estabelecem-se quatro objetivos específicos: (1) revisar as principais abordagens teóricas sobre inovação e Geografia Econômica que fundamentam a análise; (2) examinar como os paradigmas tecno-econômicos redefinem as dinâmicas produtivas e seus padrões de territorialização; (3) investigar o papel do empreendedorismo e das políticas públicas na promoção da inovação no Brasil; e (4) discutir os desafios e oportunidades para o desenvolvimento regional frente às assimetrias globais.

Metodologicamente, este trabalho consiste em uma revisão sistemática de literatura, baseada na análise crítica de cinco artigos científicos representativos, publicados entre 2012 e 2017. A seleção dos textos considerou critérios de relevância temática - com ênfase em abordagens sobre inovação, desenvolvimento regional e Geografia Econômica - e sua contribuição para o debate acadêmico contemporâneo. A análise foi organizada em três eixos interconectados: os fundamentos teóricos (evolução da Geografia Econômica e paradigmas tecno-econômicos), os atores e práticas (com destaque para o empreendedorismo e sistemas de inovação), e finalmente a territorialização (abordando desigualdades regionais e políticas públicas).

A relevância deste trabalho reside em sua capacidade de oferecer uma síntese integrada de perspectivas que frequentemente aparecem fragmentadas na literatura especializada. Ao conectar sistematicamente debates globais sobre inovação com estudos de caso brasileiros, o artigo contribui para ampliar o entendimento sobre os desafios do desenvolvimento regional em contextos periféricos. Adicionalmente, os resultados desta revisão podem subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da inovação e a redução de assimetrias espaciais. Do ponto de vista acadêmico, o trabalho fortalece o diálogo interdisciplinar entre a Geografia Econômica e os estudos sobre

empreendedorismo e tecnologia, áreas que frequentemente avançam de forma paralela sem o devido intercâmbio conceitual e metodológico.

## **INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA ECONOMIA DO CONHECIMENTO**

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se em conceitos e debates da Geografia Econômica contemporânea, com ênfase nas interações entre inovação tecnológica, desenvolvimento regional e organização espacial. A literatura destaca como os processos inovativos são distribuídos de forma desigual no território, refletindo dinâmicas históricas, institucionais e estruturais que favorecem determinados espaços em detrimento de outros. Além disso, abordagens recentes apontam para a necessidade de uma visão mais plural e contextualizada da economia do conhecimento, incorporando perspectivas críticas que questionam os modelos hegemônicos de inovação e exploram experiências alternativas, especialmente em economias periféricas, conforme se observa a seguir.

## **EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA ECONÔMICA E PARADIGMAS TECNO-ECONÔMICOS**

O artigo "Geografia econômica: origem, perspectivas e temas relevantes", de Carvalho e Veloso Filho (2017), oferece uma revisão abrangente da trajetória da Geografia Econômica como disciplina acadêmica, desde suas origens no século XIX até as abordagens contemporâneas. Os autores buscam identificar as raízes da disciplina, traçar sua evolução histórica e discutir as principais perspectivas teóricas e temas investigados ao longo do tempo. Para isso, baseiam-se em contribuições de geógrafos brasileiros como Armando Corrêa da Silva, Silvia Selingardi Sampaio e Miguel Ângelo Campos Ribeiro, além de trabalhos do geógrafo francês Paul Claval publicados no Brasil.

A Geografia Econômica moderna emergiu no final do século XIX, em um contexto de transformações econômicas e sociais que demandavam a organização de informações sobre as potencialidades econômicas das diferentes regiões do mundo. Karl Sapper, um dos pioneiros da disciplina, enfatizou a relação entre a atividade econômica humana e os recursos naturais, estabelecendo a Geografia Econômica como uma disciplina aplicada. Inicialmente focada na descrição de paisagens agrícolas e industriais, a disciplina passou por uma significativa renovação teórica e metodológica a partir da década de 1950, influenciada pela Teoria da Localização e pela abordagem quantitativa. Esse período também testemunhou o surgimento de novas perspectivas, como a marxista e

abordagens alternativas, que ampliaram consideravelmente o escopo da disciplina.

A evolução da Geografia Econômica pode ser sistematizada em quatro fases principais. A primeira fase, no final do século XIX, caracterizou-se por estudos descritivos das paisagens econômicas, com ênfase na relação homem-meio ambiente. A segunda fase, entre as décadas de 1950 e 1970, foi marcada pela abordagem teórico-quantitativa, com aplicação de modelos matemáticos e estatísticos para compreender a localização das atividades econômicas. A terceira fase, a partir dos anos 1970, recebeu forte influência do marxismo, com geógrafos como David Harvey e Manuel Castells analisando as relações de poder e contradições sociais no espaço econômico. Por fim, a quarta fase, mais recente, incorpora abordagens alternativas como a ecologia, a antropologia econômica e a economia solidária, enfatizando cooperação e sustentabilidade em contraste com a lógica competitiva de mercado (Carvalho; Veloso Filho, 2017).

A Geografia Econômica contemporânea apresenta uma pluralidade de abordagens que refletem as complexidades do mundo globalizado. Entre as principais influências atuais destaca-se a Economia do Conhecimento, que ressalta o papel da informação e da tecnologia na configuração do espaço econômico. Paul Krugman, um dos principais expoentes dessa perspectiva, integra a Geografia Econômica à teoria econômica

moderna, enfatizando a relevância dos circuitos informacionais e das características específicas dos lugares. Sua contribuição rompe com as visões clássicas das relações econômicas internacionais, propondo uma análise que incorpora as assimetrias regionais e os impactos da globalização (Carvalho; Veloso Filho, 2017).

Outra vertente significativa é a Escola da Regulação, que emerge durante a transição do modelo fordista para o pós-fordista. Geógrafos como Allen Scott e economistas como Robert Boyer analisam as transformações nos regimes de acumulação e a crescente flexibilização dos processos produtivos. O caso da Terceira Itália, com seus distritos industriais baseados na cooperação entre pequenas e médias empresas, é frequentemente citado como exemplo de como arranjos locais podem gerar vantagens competitivas no cenário globalizado. Essa abordagem também destaca a importância das redes de produção e dos custos de transação, dialogando com as contribuições teóricas de Ronald Coase e Oliver Williamson (Carvalho; Veloso Filho, 2017).

Paralelamente, as abordagens alternativas ganham espaço na Geografia Econômica contemporânea, enfatizando valores como cooperação, sustentabilidade e dimensões culturais da atividade econômica. A perspectiva anarquista, por exemplo, critica a primazia da competição e propõe modelos baseados na colaboração entre indivíduos. A ecologia econômica alerta para

os riscos da superexploração dos recursos naturais, enquanto a antropologia econômica introduz conceitos como a economia do dom e os sistemas de redistribuição, que contrastam com a lógica de mercado tradicional. Essas abordagens ampliam significativamente o escopo da disciplina, incorporando temas antes marginalizados, como padrões de consumo, relações de gênero e aspectos culturais da produção (Carvalho; Veloso Filho, 2017).

A globalização e a metropolização configuram-se como eixos centrais da Geografia Econômica atual. A intensificação dos fluxos de capital, mercadorias e informações reconfigurou o espaço mundial, estabelecendo novas hierarquias urbanas e regionais. As grandes metrópoles assumiram papel estratégico na economia global, concentrando atividades de alto valor agregado e serviços especializados. Contudo, esse processo também acentuou desigualdades espaciais, com regiões periféricas enfrentando desafios como desemprego estrutural e exclusão social. Nesse contexto, a Geografia Econômica busca compreender como essas dinâmicas globais se articulam com as realidades locais, moldando a organização do espaço e as trajetórias de desenvolvimento regional (Carvalho; Veloso Filho, 2017).

No contexto brasileiro, a Geografia Econômica experimentou transformações significativas a partir da década de 1970. Autores como Silvia Selingardi Sampaio e Miguel

Ângelo Campos Ribeiro desempenharam papel fundamental na consolidação da disciplina no país, desenvolvendo pesquisas sobre localização industrial, distritos industriais e organização espacial da economia. Sampaio destacou-se por sua ênfase na análise quantitativa e na aplicação de modelos econômicos para compreender a distribuição das atividades industriais, enquanto Ribeiro adotou abordagens críticas, explorando as relações de poder e contradições sociais no espaço econômico brasileiro (Carvalho; Veloso Filho, 2017).

A Geografia da Indústria emerge como um dos subcampos mais desenvolvidos no Brasil, com estudos que examinam a evolução das estruturas industriais e seus impactos na transformação da paisagem. A criação de distritos industriais representou uma estratégia para promover a descentralização industrial e o desenvolvimento regional. Contudo, esses projetos frequentemente enfrentaram limitações em regiões periféricas, onde a carência de infraestrutura adequada e mão de obra qualificada restringiu o crescimento industrial. Apesar desses desafios, os distritos industriais permanecem como tema relevante na Geografia Econômica brasileira, particularmente no contexto da globalização e da reestruturação produtiva (Carvalho; Veloso Filho, 2017).

A questão da desigualdade regional configura-se como outro eixo fundamental dos estudos no Brasil, refletindo as assimetrias entre regiões mais desenvolvidas (como o Sudeste)

e aquelas em situação menos favorável (como o Nordeste). A Geografia Econômica tem se dedicado a compreender como políticas públicas e dinâmicas econômicas podem contribuir para reduzir tais disparidades, fomentando um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. Nesse âmbito, pesquisas sobre aglomerações produtivas, redes de cooperação e processos inovativos ganharam relevância, especialmente no quadro da Economia do Conhecimento (Carvalho; Veloso Filho, 2017).

Em síntese, o artigo de Carvalho e Veloso Filho apresenta uma visão abrangente da Geografia Econômica, percorrendo desde suas origens até as tendências contemporâneas. A disciplina evoluiu de forma consistente, incorporando novas abordagens e temáticas que espelham as transformações econômicas e sociais do mundo globalizado. A Geografia Econômica atual caracteriza-se pela diversidade de perspectivas, que abrangem desde análises quantitativas e teorias da localização até abordagens críticas e alternativas, com ênfase em cooperação, sustentabilidade e dimensões culturais da economia. No cenário brasileiro, a Geografia Econômica consolidou-se como campo de estudo relevante, oferecendo contribuições significativas para a compreensão das dinâmicas regionais e dos desafios do desenvolvimento econômico nacional (Carvalho; Veloso Filho, 2017).

Enfim, ao traçar a genealogia da Geografia Econômica, Carvalho e Veloso Filho (2017) fornecem não apenas um mapa

teórico da disciplina, mas também as ferramentas analíticas necessárias para decifrar as transformações estruturais discutidas por Guimarães (2017). Se o primeiro artigo estabelece como a disciplina evoluiu – desde as abordagens descritivas do século XIX até as perspectivas críticas e sistêmicas contemporâneas – o segundo opera uma síntese dessas lentes teóricas para analisar a revolução tecnológica recente. Guimarães (2017) retoma, por exemplo, a noção de 'paradigma tecno-econômico' (antes explorada por Freeman e Perez) para explicar como a transição para uma economia baseada em conhecimento intangível redefiniu as fontes de valor e poder no capitalismo global. Essa passagem dos fundamentos teóricos para sua aplicação concreta revela como a Geografia Econômica, longe de ser um campo estático, se renova constantemente para dar conta das dinâmicas socioespaciais emergentes.

Já o artigo intitulado *"Transformações científicas e tecnológicas e implicações econômico-sociais"*, de Sônia K. Guimarães (2017), publicado na revista *Sociologias*, aborda as profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI no campo da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e suas repercussões na economia e na sociedade. A autora destaca que essas transformações configuram um novo paradigma de desenvolvimento econômico-social, no qual o conhecimento, a tecnologia, a inovação e a

internacionalização tornam-se fatores centrais para a geração de riqueza. Nesse contexto, as capacidades intelectuais passam a ser mais relevantes do que as físicas ou os recursos naturais, e os bens intangíveis ganham maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) em detrimento dos tangíveis (GUIMARÃES, 2017).

Guimarães enfatiza que as mudanças científicas e tecnológicas atuais são revolucionárias, alterando a dinâmica da produção de riqueza e impactando diversas esferas da sociedade. A autora aponta para o aumento significativo de patentes em nível mundial, reflexo do crescimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e da produção de novos conhecimentos. Além disso, emergem setores econômicos baseados em áreas como informática, biologia molecular e nanotecnologia, evidenciando a importância da ciência básica para bens e serviços. As universidades, por exemplo, são cada vez mais demandadas a contribuir para soluções de problemas globais (como aquecimento global e segurança alimentar), ao mesmo tempo que enfrentam pressões para se adaptar a um novo modelo de produção de conhecimento, distanciando-se do tradicional modelo humboldtiano (GUIMARÃES, 2017).

O artigo também discute o empreendedorismo intensivo em conhecimento, característica marcante da "nova economia". Diferentemente do modelo industrial do século XX—que

priorizava estabilidade no emprego—, o empreendedor inovador atual enfrenta riscos e incertezas em busca de autonomia e realização profissional. Guimarães cita pesquisas com empreendedores em Porto Alegre (Brasil), que revelam uma mudança cultural: a busca por desafios e realização pessoal supera a valorização da estabilidade financeira. Esse fenômeno é analisado sob diferentes perspectivas teóricas, com destaque para a crítica de Deutschmann (2009) às abordagens que atribuem racionalidade à ação do empreendedor, defendendo, em vez disso, a criatividade e a intuição (GUIMARÃES, 2017).

Por fim, a autora explora o conceito de "hélice tríplice" (ETZKOWITZ, 2008), que destaca a interação entre universidades, governo e empresas como fundamental para a inovação. Nesse modelo, as universidades são incentivadas a participar de redes de colaboração para resolver problemas complexos, rompendo com a tradição de separação rígida entre academia e interesses econômicos. Balbachevsky (citado por Guimarães) analisa as transformações nas universidades contemporâneas, destacando a necessidade de adaptação às demandas externas e a emergência de novos campos de conhecimento que reconfiguram a produção do saber (GUIMARÃES, 2017).

O papel do Estado na promoção da inovação é outro aspecto central no artigo. Guimarães (2017) argumenta que, em países em desenvolvimento, a intervenção estatal é crucial para

reduzir defasagens tecnológicas e impulsionar o crescimento econômico. No entanto, a natureza dessa intervenção varia conforme o contexto político-institucional de cada nação. O estudo de Keller, Block e Negoita (citados por Guimarães) ilustra essa diferença ao comparar o modelo descentralizado e diversificado dos EUA—onde políticas públicas apoiam a inovação no setor privado—com a atuação centralizada e burocrática de países emergentes como o Brasil, onde o Estado é o principal financiador, mas nem sempre com transparência ou eficiência (GUIMARÃES, 2017).

O território como fator de inovação também é discutido. Guimarães (2017) ressalta que regiões com infraestrutura adequada, instituições de ensino e mão de obra qualificada têm maior capacidade de responder aos desafios da globalização. O artigo de Ramella (incluído no dossiê) explora essa questão a partir da "geografia da inovação", analisando o caso italiano. Segundo o autor, a produção de inovação depende de sistemas complexos de interação entre universidades, empresas e centros de pesquisa, em ambientes que favoreçam a difusão do conhecimento. Contudo, Ramella alerta que nem todas as regiões ou empresas conseguem aproveitar esses recursos, destacando a importância de agência (capacidade de ação) e colaborações externas (GUIMARÃES, 2017).

Inovação e inclusão social são temas interligados no texto. Carrillo, Gomis e Bensusán (citados por Guimarães) discutem o

conceito de "inovação inclusiva", analisando como ela pode integrar grupos marginalizados ao desenvolvimento econômico. No México, por exemplo, poucas multinacionais combinam desempenho inovador com práticas inclusivas. Apesar disso, os autores destacam a crescente relevância desse tema em contextos onde diversidade e inclusão são vistas como drivers de criatividade e competitividade (GUIMARÃES, 2017).

Por fim, Guimarães (2017) menciona iniciativas globais de inclusão, como o relatório *Forbes/Insights* (2011), que associa força de trabalho diversificada à inovação. Programas como os da Intel e AT&T—que promovem a inclusão de mulheres, minorias e pessoas com deficiência—demonstram como a diversidade pode gerar novos produtos e serviços. A autora também destaca o papel da internet como ferramenta de inclusão, ao facilitar acesso à informação e conhecimento em escala global (GUIMARÃES, 2017).

Em síntese, o artigo de Sônia K. Guimarães oferece uma análise abrangente das transformações científicas, tecnológicas e econômicas que caracterizam o mundo contemporâneo, destacando suas implicações sociais e institucionais. A autora enfatiza a centralidade do conhecimento e da inovação no novo paradigma de desenvolvimento econômico, no qual as capacidades intelectuais e os bens intangíveis assumem um papel preponderante. Além disso, o texto explora o papel do empreendedorismo intensivo em conhecimento, a importância

das universidades e do Estado no fomento à inovação, e a relação entre inovação e inclusão social (GUIMARÃES, 2017).

Os artigos que compõem o dossiê, escritos por pesquisadores de diferentes regiões do globo, complementam a análise de Guimarães ao trazer estudos de caso específicos, como o modelo de colaboração público-privada nos Estados Unidos, a geografia da inovação na Itália e a relação entre inovação e inclusão no México. Esses exemplos ilustram como as dinâmicas de inovação variam conforme o contexto territorial, político e institucional, reforçando a ideia de que não há um modelo único de desenvolvimento baseado em ciência e tecnologia (GUIMARÃES, 2017).

Por fim, Guimarães conclui que, diante dos desafios impostos pela globalização e pela rápida evolução tecnológica, a capacidade de adaptação e a colaboração entre diferentes atores sociais - como universidades, empresas, governos e comunidades - são essenciais para promover um desenvolvimento econômico-social sustentável e inclusivo. O artigo convida à reflexão sobre como as sociedades podem aproveitar as oportunidades oferecidas pelas transformações científicas e tecnológicas, ao mesmo tempo em que enfrentam os desafios de garantir que os benefícios da inovação sejam distribuídos de forma equitativa (GUIMARÃES, 2017).

Enquanto Guimarães (2017) descreve o cenário macro em que a inovação e o conhecimento se tornam centrais para a

acumulação capitalista, Mocelin e Azambuja (2017), que serão abordados na próxima seção, conduzem a análise para o nível micro das práticas e contradições desse novo paradigma. O primeiro artigo enfatiza a reconfiguração sistêmica (com a ascensão das TICs, a globalização do conhecimento e o declínio relativo dos setores industriais tradicionais), o segundo expõe as tensões inerentes a essa transição, mostrando como os empreendedores brasileiros navegam entre oportunidades e limitações estruturais. A discussão sobre o 'empreendedorismo intensivo em conhecimento' (Mocelin e Azambuja, 2017) dialoga diretamente com a noção de 'hélice tríplice' (Etzkowitz, 2008) apresentada por Guimarães (2017), mas acrescenta uma camada crítica: evidencia que, mesmo em contextos periféricos como o Brasil, os agentes desenvolvem estratégias criativas para se inserir – ou resistir – às lógicas globais de inovação. Essa transição macro-micro é essencial para se evitar determinismos e destacar a agência humana nos processos econômicos

## **EMPREENDEDORISMO E SISTEMAS DE INOVAÇÃO**

O artigo "Empreendedorismo intensivo em conhecimento: elementos para uma agenda de pesquisas sobre a ação empreendedora no Brasil", de Daniel Gustavo Mocelin e Lucas Rodrigues Azambuja (2017), publicado na revista Sociologias,

propõe uma reflexão crítica sobre o empreendedorismo intensivo em conhecimento no Brasil. Os autores argumentam que, embora o país tenha alta taxa de empreendedorismo, a maioria das iniciativas é informal e de baixo valor agregado, com pouca inclinação para inovação. Contudo, destacam o crescimento recente de pequenas e médias empresas de base tecnológica (*start-ups* e *spin-offs*), que representam uma forma mais sofisticada de empreendedorismo, ancorada em conhecimentos técnicos e científicos avançados (Mocelin; Azambuja, 2017).

O estudo parte da premissa de que o empreendedorismo intensivo em conhecimento tem sido analisado predominantemente sob a perspectiva de fatores ambientais e institucionais (como políticas governamentais e relações universidade-empresa). No entanto, os autores defendem a necessidade de complementar essa visão com uma análise da ação empreendedora em si, considerando aspectos subjetivos e cognitivos que orientam a decisão de empreender. Para isso, propõem uma agenda de pesquisa focada no processo específico da ação empreendedora, incluindo: I) A conduta estratégica dos empreendedores, II) Suas trajetórias profissionais, III) E a mobilização de redes e recursos para explorar oportunidades (Mocelin; Azambuja, 2017).

O artigo está organizado em cinco partes. Na primeira, os autores apresentam o contexto do empreendedorismo no Brasil,

ressaltando que, apesar do alto número de empreendedores, a maioria atua em mercados saturados e com baixo potencial inovador. Em contraste, o empreendedorismo intensivo em conhecimento — ainda minoritário — ganha visibilidade em setores como tecnologia da informação, biotecnologia e nanotecnologia. Esse tipo de empreendedorismo caracteriza-se pelo uso intensivo de conhecimentos científicos e é impulsionado por políticas públicas de inovação e habitats como incubadoras e parques tecnológicos (Mocelin; Azambuja, 2017).

Na segunda parte, os autores revisam a teoria geral do empreendedorismo, desde perspectivas clássicas (Weber e Schumpeter) até abordagens recentes que enfatizam processos cognitivos e redes de relacionamento. Eles destacam que, embora condições ambientais sejam relevantes, a dimensão subjetiva da ação empreendedora — como a capacidade de identificar oportunidades e tomar decisões sob incerteza — é igualmente crucial (Mocelin; Azambuja, 2017).

Na terceira parte do artigo, Mocelin e Azambuja (2017) apresentam dados empíricos sobre o perfil dos empreendedores brasileiros, baseados em estudos como o Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2014). Os resultados mostram que, embora 71% das iniciativas empreendedoras no país sejam motivadas por oportunidade, a maioria opera em setores tradicionais, como alimentação e vestuário, com baixa incorporação de tecnologia e inovação. Apenas 1,5% dos

empreendedores iniciantes possuem três ou mais características inovadoras, como uso de tecnologias recentes ou orientação internacional. Esse cenário contrasta visivelmente com o empreendedorismo intensivo em conhecimento, que envolve profissionais altamente qualificados, como mestres e doutores, e empresas que investem significativamente em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Os autores destacam que, mesmo em um contexto marcado por políticas públicas de incentivo à inovação, como a criação de incubadoras e parques tecnológicos, o empreendedorismo tecnológico ainda enfrenta desafios estruturais importantes. A pesquisa revela que apenas 40% das start-ups analisadas recorreram a recursos públicos, enquanto 65% não dependem de habitats de inovação institucionalizados. Esses dados sugerem que muitos empreendedores tecnológicos atuam de forma autônoma, mobilizando principalmente suas redes profissionais e conhecimentos técnicos adquiridos em suas trajetórias acadêmicas ou corporativas. Um achado relevante é que esses empreendedores valorizam especialmente a colaboração, a paixão pelo projeto e a busca por reconhecimento, priorizando a realização profissional em detrimento de ganhos financeiros imediatos.

Na quarta parte do artigo, os autores articulam de maneira consistente a teoria da ação empreendedora com evidências empíricas, com especial ênfase no processo cognitivo envolvido

na decisão de empreender. Eles discutem conceitos fundamentais como o "estado de alerta" (Kirzner, 2012), que se refere à capacidade de identificar oportunidades inexploradas, e a redução da incerteza por meio de simulações mentais e interações em redes. Os dados coletados em entrevistas com 68 empreendedores de base tecnológica mostram de forma clara que a ação empreendedora é marcada por uma combinação particular de habilidades técnicas, acesso a informações privilegiadas e participação ativa em redes densas de colaboração. Esses empreendedores demonstram tendência a operar em ambientes que favorecem especialmente a troca de conhecimentos, como espaços de coworking e plataformas digitais, onde negociam riscos e exploram oportunidades de forma coletiva e colaborativa (Mocelin; Azambuja, 2017).

Na parte final do artigo, Mocelin e Azambuja (2017) propõem uma agenda de pesquisa que integre a teoria da ação empreendedora com abordagens sociológicas, como a teoria dos campos de ação estratégica (Fligstein, 2007) e a análise de redes sociais (Granovetter, 1973; Burt, 2004). Os autores destacam que o empreendedorismo intensivo em conhecimento pode ser interpretado como uma forma de ação econômica que desafia estruturas institucionais arraigadas, caracterizando-se pela capacidade dos agentes de atuar como mediadores em "buracos estruturais" – espaços onde oportunidades inexploradas surgem da conexão entre grupos distintos. Essa

perspectiva permite compreender como pesquisadores e tecnólogos, mesmo em ambientes pouco favoráveis à inovação, mobilizam redes e conhecimentos para criar empresas de base tecnológica, transcendendo a lógica de mercados tradicionais (Mocelin; Azambuja, 2017).

Os autores concluem que, embora políticas públicas e habitats de inovação sejam importantes, o fenômeno do empreendedorismo tecnológico no Brasil depende fundamentalmente da agência dos empreendedores, que combinam habilidades técnicas, reflexividade estratégica e participação em redes colaborativas. Eles ressaltam a necessidade de estudos futuros que explorem como esses agentes negociam riscos, superam barreiras culturais e institucionais, e constroem legitimidade em seus campos de atuação. Além disso, destacam a importância de investigar como a diversidade de redes – acadêmicas, corporativas e digitais – influencia a percepção de oportunidades e a sustentabilidade dos empreendimentos (Mocelin; Azambuja, 2017).

O artigo encerra com um chamado para que a sociologia econômica incorpore análises mais detalhadas sobre os processos cognitivos e relacionais que sustentam a ação empreendedora, especialmente em contextos emergentes como o brasileiro. Os autores defendem que compreender a dinâmica do empreendedorismo intensivo em conhecimento não apenas enriquece a teoria social, mas também oferece subsídios para

políticas públicas mais eficazes, capazes de fomentar um ecossistema de inovação menos dependente de tutela institucional e mais alinhado às aspirações e capacidades dos próprios empreendedores (Mocelin; Azambuja, 2017).

Enfim, a análise do empreendedorismo inovador ganha profundidade histórica e teórica com Torezani e Kretzer (2012), que situam essas práticas contemporâneas dentro dos ciclos mais amplos dos paradigmas tecno-econômicos. Se Mocelin e Azambuja (2017) focam nos atores individuais, Torezani e Kretzer (2012) demonstram como suas ações são simultaneamente condicionadas e transformadoras das trajetórias tecnológicas de longa duração. O conceito de 'destruição criadora' (Schumpeter, citado no Artigo 3) – apenas mencionado no Artigo 1 – é aqui explorado em sua complexidade, revelando como as inovações radicais (como as TICs ou a biotecnologia) não apenas substituem tecnologias obsoletas, mas reestruturam toda a organização socioespacial da produção. Essa transição da escala micro (empreendedores) para a meso (paradigmas tecnológicos) permite entender como as estratégias locais se articulam com mudanças estruturais, oferecendo uma visão mais dialética entre agência e estrutura.

Nesse sentido, o artigo "A dinâmica das inovações tecnológicas e as transformações tecno-econômicas dos novos paradigmas tecnológicos", de Tomás Amaral Torezani e Jucélio Kretzer (2012), analisa a relação entre inovação tecnológica e

desenvolvimento econômico a partir da abordagem neo-schumpeteriana. Os autores examinam como as inovações tecnológicas moldam diferentes trajetórias de crescimento em diversos contextos geográficos e econômicos, enfatizando o papel da mudança técnica como elemento endógeno ao sistema econômico. A perspectiva neo-schumpeteriana, focada na incorporação de inovações ao sistema produtivo, é apresentada como essencial para compreender as transformações estruturais da economia, particularmente no cenário atual de globalização e difusão acelerada das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O estudo inicia discutindo a natureza do processo inovativo, caracterizando a inovação como principal motor das transformações estruturais na economia. Segundo a visão schumpeteriana, a concorrência capitalista se configura como um processo dinâmico de criação de novos espaços econômicos, no qual as empresas buscam vantagens competitivas através da inovação. Esse mecanismo de "destruição criadora" promove a substituição de estruturas obsoletas por novas configurações, elevando progressivamente os níveis de renda e bem-estar social. Os autores concebem a inovação como um fenômeno complexo, interativo e dinâmico, profundamente influenciado por um ambiente organizacional e institucional em constante evolução. Destacam ainda que o processo inovativo não segue um padrão linear, mas sim um

ritmo descontínuo e irregular, marcado por surtos de mudanças tecnológicas que provocam transformações irreversíveis no tecido econômico.

Em seguida, o artigo explora a relação entre mudança tecnológica e progresso técnico, introduzindo os conceitos fundamentais de paradigmas e trajetórias tecnológicas. Inspirado na noção de paradigma científico proposta por Thomas Kuhn, o paradigma tecnológico é definido como um modelo de solução para problemas tecno-econômicos, fundamentado em princípios científicos específicos e em regras particulares para a geração de novos conhecimentos. Já as trajetórias tecnológicas representam o curso do progresso técnico dentro de um determinado paradigma, indicando tanto a direção predominante das inovações quanto as oportunidades tecnológicas que emergem ao longo do tempo. Esses conceitos teóricos revelam-se instrumentos analíticos cruciais para compreender como as inovações tecnológicas influenciam o desenvolvimento econômico e promovem transformações estruturais na economia (TOREZANI; KRETZER, 2012).

O artigo de Torezani e Kretzer (2012) avança na discussão ao abordar os paradigmas tecno-econômicos, conceito desenvolvido por Christopher Freeman e Carlota Perez que amplia o escopo dos paradigmas tecnológicos ao incorporar dimensões organizacionais, administrativas e institucionais. Esses paradigmas representam conjuntos integrados de

inovações que criam novas oportunidades de investimento e lucratividade, reconfigurando profundamente a dinâmica econômica. Os autores destacam que cada novo paradigma tecno-econômico provoca transformações abrangentes nos sistemas produtivos, nas competências laborais, nos padrões de consumo e nas estruturas de mercado. As transições entre paradigmas ocorrem através de crises estruturais, períodos em que o paradigma estabelecido entra em declínio enquanto o emergente começa sua difusão, estabelecendo novas trajetórias de desenvolvimento econômico.

No cenário contemporâneo, os autores identificam o paradigma das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como o principal vetor de progresso técnico e transformação socioeconômica. As TIC configuram-se não apenas como ferramentas aplicáveis, mas como processos dinâmicos que se desenvolvem através de um ciclo virtuoso de inovação e utilização, ampliando seu impacto de maneira exponencial. Esse paradigma tem sido fundamental para o processo de globalização, ao mesmo tempo em que é por ele impulsionado, transformando radicalmente as bases da competição econômica em escala global. A penetração das TIC em todos os setores produtivos as caracteriza como o núcleo de uma verdadeira revolução tecnológica em curso.

Torezani e Kretzer (2012) argumentam que o paradigma das TIC emerge como resposta aos limites do modelo fordista,

baseado na produção em massa e no uso intensivo de recursos materiais e energéticos. Em contraste, o novo paradigma se fundamenta na informação e no conhecimento, privilegiando a customização, a flexibilidade produtiva e a organização em redes empresariais. Essa transição provocou mudanças profundas na estrutura de custos relativos, na organização corporativa e nos mecanismos de coordenação econômica, elevando a informação e o conhecimento à condição de principais fatores de produção e colocando a capacidade intelectual humana no centro dos processos produtivos.

O estudo ainda examina o surgimento de novos paradigmas tecnológicos com potencial disruptivo, como a biotecnologia e a nanotecnologia. A biotecnologia se distingue pela intensa interação entre ciência básica e desenvolvimento tecnológico, com aplicações transversais que abrangem desde a indústria farmacêutica até a agroindústria. A nanotecnologia, embora em fase mais incipiente de desenvolvimento, apresenta possibilidades de convergência com outras áreas tecnológicas, como eletrônica e ciência dos materiais, podendo gerar inovações radicais em processos e produtos. Esses novos paradigmas sugerem transformações ainda mais profundas nos sistemas econômicos e sociais nas próximas décadas (TOREZANI; KRETZER, 2012).

Os autores argumentam que a capacidade de aproveitar as oportunidades tecnológicas oferecidas por esses novos

paradigmas depende, em grande medida, da adaptabilidade e da criatividade institucional dos países e das empresas. Para os países em desenvolvimento, em particular, a transição para novos paradigmas representa uma janela de oportunidade para reduzir o hiato tecnológico em relação aos países desenvolvidos. No entanto, isso requer investimentos em infraestrutura de ciência e tecnologia, bem como a criação de um ambiente institucional favorável à inovação. O artigo enfatiza a importância de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico, capazes de promover a integração entre universidades, institutos de pesquisa e setor produtivo (Torezani e Kretzer, 2012).

A análise dos autores sugere que a dinâmica das inovações tecnológicas é marcada por constantes discontinuidades e desequilíbrios, inerentes à natureza do capitalismo. A abordagem neo-schumpeteriana, ao tratar o progresso técnico como um fator endógeno ao sistema econômico, oferece uma perspectiva robusta para compreender como as inovações surgem, se difundem e impactam a concorrência capitalista. Essa abordagem permite captar as transformações estruturais da economia a partir de uma lógica centrada na dinâmica tecnológica, destacando o papel das firmas, dos mercados e das instituições no processo de desenvolvimento econômico (Torezani e Kretzer, 2012).

O artigo conclui que as noções de paradigmas e trajetórias tecnológicas são fundamentais para entender os distintos caminhos de crescimento em um ambiente complexo e incerto. A mudança tecnológica, marcada pela atividade inovativa, ocorre em um contexto onde as dimensões tecnológicas, econômicas, sociais e institucionais interagem de forma dinâmica. Compreender o atual paradigma tecno-econômico e antecipar os impactos de novos paradigmas é essencial para formular políticas públicas eficazes, voltadas para o crescimento econômico sustentável e inclusivo (Torezani e Kretzer, 2012).

Os autores destacam que a capacidade de um país ou região de se adaptar às mudanças tecnológicas e aproveitar as oportunidades oferecidas pelos novos paradigmas depende de sua capacidade de acumular conhecimentos e competências tecnológicas, bem como de sua habilidade para criar um ambiente institucional propício à inovação. Para os países em desenvolvimento, em particular, a transição para novos paradigmas representa uma oportunidade única de reduzir o hiato tecnológico em relação aos países desenvolvidos, desde que sejam capazes de articular políticas científicas, tecnológicas, educacionais e econômicas de forma integrada (Torezani e Kretzer, 2012).

Em síntese, o artigo de Torezani e Kretzer oferece uma análise profunda e abrangente da dinâmica das inovações tecnológicas e suas implicações para o desenvolvimento

econômico. Ao explorar os conceitos de paradigmas e trajetórias tecnológicas, os autores fornecem uma base teórica sólida para compreender as transformações estruturais da economia em um contexto de mudanças tecnológicas aceleradas. O trabalho ressalta a importância de políticas públicas voltadas para a promoção da inovação e do desenvolvimento tecnológico, destacando o papel central das instituições e das capacitações locais no processo de crescimento econômico sustentável (Torezani e Kretzer, 2012).

Os paradigmas tecno-econômicos discutidos por Torezani e Kretzer (2012) só se realizam plenamente quando examinados em sua dimensão espacial – e é aqui que Carvalho e Sobrinho (2017) completam o quadro teórico. A noção de 'meios inovadores' (Carvalho e Sobrinho, 2017) retoma e espacializa o debate sobre os sistemas de inovação, mostrando que tecnologias como as TICs ou a biotecnologia não se difundem uniformemente, mas concentram-se em polos onde instituições, infraestrutura e capital humano convergem. Essa transição do tempo para o espaço é crucial: ela expõe as assimetrias regionais (como o contraste entre tecnopolos globais e periferias desconectadas) que os artigos anteriores apenas insinuavam, trazendo à tona o caráter intrinsecamente geográfico do desenvolvimento econômico.

## **TERRITORIALIZAÇÃO: DESIGUALDADES REGIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

O artigo "Geografia Econômica e o estudo da indústria e da inovação na atualidade", de Diana dos Reis Pereira Carvalho e Fernando Luiz Araújo Sobrinho (2017), analisa as transformações teóricas e metodológicas da Geografia Econômica a partir da década de 1970, influenciadas pela globalização e pela Terceira Revolução Industrial. O estudo examina como essas mudanças impactaram o desenvolvimento regional e a distribuição espacial de atividades inovadoras, enfatizando o papel da inovação tecnológica e dos sistemas territoriais inovadores. A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica de autores consagrados, como Georges Benko, André Fischer e Ann Markusen, para apresentar o estado da arte da Geografia Econômica no que diz respeito à indústria e à inovação.

A partir dos anos 1970, a Geografia Econômica passou por uma renovação teórica e metodológica, incorporando abordagens como a neoschumpeteriana, a regulacionista e a californiana. Essas perspectivas contribuíram para a compreensão de fenômenos emergentes, como o surgimento de setores de alta tecnologia, a reestruturação industrial e a formação de tecnopolos. O artigo ressalta que a inovação tornou-se um elemento central para o desenvolvimento regional,

com a criação de ambientes propícios à geração e difusão de novas tecnologias, como parques científicos e tecnopolos. Esses espaços, caracterizados pela presença de universidades, centros de pesquisa e empresas de alta tecnologia, funcionam como catalisadores do desenvolvimento econômico e da urbanização.

O texto também aborda a evolução da Geografia Industrial, que passou por três fases distintas: a fase descritiva (até 1950), a fase estrutural (década de 1960) e a fase política (a partir dos anos 1980). Atualmente, a Geografia Industrial concentra-se em temas como as estratégias dos atores econômicos, o papel das pequenas e médias empresas (PMEs), as indústrias de alta tecnologia e os novos fatores de localização. A inovação tecnológica é destacada como um dos principais motores das transformações na atividade industrial e na sua organização espacial. Além disso, o artigo discute a importância dos distritos industriais (DIs) e dos meios inovadores, que são aglomerações produtivas capazes de impulsionar o desenvolvimento endógeno e a competitividade regional.

Georges Benko, um dos autores centrais discutidos no estudo, propõe uma classificação dos sistemas territoriais inovadores, destacando o papel dos tecnopolos como espaços de transferência de tecnologia e desenvolvimento econômico. Benko analisa o caso da França e da região de Ilê-de-France, onde a Cidade Científica de Paris se destaca como um exemplo

bem-sucedido de meio inovador. Essa região, marcada pela presença de empresas de alta tecnologia, universidades e centros de pesquisa, é vista como um modelo de desenvolvimento baseado na inovação e na cooperação entre atores públicos e privados (Carvalho; Sobrinho, 2017).

O artigo de Carvalho e Sobrinho (2017) avança na discussão ao apresentar as contribuições de André Fischer para a compreensão dos efeitos geográficos das novas tecnologias e da inovação na organização espacial da indústria. Fischer argumenta que a inovação tecnológica transformou não apenas a natureza das atividades industriais, mas também a própria configuração dos espaços geográficos. Seu trabalho enfatiza o papel estratégico das pequenas e médias empresas (PMEs) e das indústrias de alta tecnologia, reconhecendo sua maior flexibilidade e capacidade de adaptação às mudanças tecnológicas. Além disso, Fischer destaca a importância fundamental das políticas públicas e das iniciativas locais na criação de ambientes favoráveis à inovação e ao desenvolvimento econômico. Segundo sua perspectiva, a difusão da inovação e a transferência de tecnologia emergem como processos essenciais para a competitividade regional, dependendo criticamente da interação entre empresas, universidades, centros de pesquisa e governos.

Ann Markusen, outra autora central na discussão, propõe uma tipologia inovadora de distritos industriais que supera o

modelo tradicional marshalliano. Sua classificação identifica três tipos distintos: o distrito centro-radial, a plataforma industrial satélite e o distrito ancorado pelo Estado. Esses modelos incorporam a influência de grandes corporações, empresas multinacionais e ações governamentais na configuração dos espaços industriais. Markusen argumenta que, mesmo em um contexto globalizado com alta mobilidade de capital, certas regiões mantêm sua atratividade através da ação coordenada de atores locais, incluindo governos, empresas e instituições de pesquisa. A autora ainda ressalta a necessidade de políticas públicas que promovam a estabilidade e o desenvolvimento sustentável desses distritos, evitando dinâmicas predatórias de competição interregional.

No contexto brasileiro, Carvalho e Sobrinho (2017) destacam que o debate sobre inovação e desenvolvimento regional ganhou relevância a partir dos anos 1990, com a implementação de políticas públicas voltadas para os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e ambientes de inovação. O Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI), relançado em 2009, é apresentado como uma iniciativa crucial para a consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). A contribuição de grupos de pesquisa como a RedeSist, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é igualmente valorizada por seu trabalho no mapeamento e análise de APLs em diversas regiões do país,

reforçando a inovação como estratégia central para o desenvolvimento regional.

O artigo ainda menciona a importância de eventos internacionais como a Conferência Mundial de Geografia Econômica e a Conferência de Geografia da Inovação, que refletem o crescente interesse acadêmico pela dimensão espacial das atividades inovadoras. Esses fóruns reúnem especialistas de múltiplas áreas do conhecimento para discutir o papel da inovação no desenvolvimento econômico, com participação ativa de pesquisadores brasileiros, demonstrando a inserção do país no debate global sobre esses temas (Carvalho; Sobrinho, 2017).

Em síntese, o artigo de Carvalho e Sobrinho (2017) oferece uma visão abrangente das transformações ocorridas na Geografia Econômica, destacando o papel central da inovação tecnológica e dos sistemas territoriais inovadores no desenvolvimento regional. A partir da análise de autores como Benko, Fischer e Markusen, os autores demonstram como a inovação redefine a organização espacial das atividades industriais, favorecendo a emergência de novos espaços econômicos, como tecnopolos e parques científicos. Esses ambientes, marcados pela interação sinérgica entre empresas, universidades e governos, configuram-se como catalisadores do desenvolvimento endógeno e da competitividade regional.

No contexto brasileiro, o estudo ressalta a relevância das políticas públicas voltadas para a promoção de ambientes inovadores, como os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e os parques tecnológicos. Iniciativas como o Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI) e o trabalho de grupos de pesquisa como a RedeSist são apresentados como esforços fundamentais para o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Além disso, a participação ativa de pesquisadores brasileiros em eventos internacionais sobre Geografia Econômica e Inovação evidencia a crescente inserção do país no debate global sobre esses temas.

Por fim, o artigo conclui que o estudo da indústria e da inovação mantém sua relevância para a Geografia Econômica, tanto no cenário nacional quanto internacional. A renovação teórica e metodológica da disciplina, impulsionada pelas profundas transformações econômicas e tecnológicas das últimas décadas, abre novas perspectivas para a análise do desenvolvimento regional e da organização espacial das atividades econômicas. A inovação, compreendida como um processo dinâmico e multifacetado, consolida-se como um dos principais motores da transformação econômica e social, demandando a integração de diversos atores e políticas para promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo (Carvalho; Sobrinho, 2017).

Por fim, é importante concluir que essa jornada analítica – que parte dos alicerces teóricos da Geografia Econômica, passa pela macroestrutura da economia do conhecimento, desce às microdinâmicas do empreendedorismo, ascende aos ciclos dos paradigmas tecnológicos e finalmente se enraíza na materialidade espacial da inovação. Não apenas revelando a potência explicativa dessa disciplina, mas também seus desafios. A tensão entre global e local, entre estrutura e agência, entre continuidade e ruptura, perpassa todos os artigos, mostrando que a inovação é tanto um produto das estruturas econômicas quanto uma força que as transforma. Juntos, esses trabalhos não apenas dialogam, mas compõem um mosaico coerente para entender como conhecimento, poder e espaço se entrelaçam no capitalismo contemporâneo – e como o Brasil, com suas contradições, se insere (e resiste) a essa ordem global.

## **CONCLUSÃO**

A análise integrada dos cinco artigos revela um cenário complexo sobre o papel da inovação no desenvolvimento econômico e territorial contemporâneo. Os estudos convergem ao identificar a economia do conhecimento como paradigma dominante na atual fase do capitalismo, marcada pela

centralidade dos ativos intangíveis e pela reconfiguração dos processos produtivos.

Sendo assim, a dimensão territorial da inovação emerge como eixo central na Geografia Econômica contemporânea. Os artigos analisados evidenciam que os processos inovativos não se distribuem aleatoriamente, mas concentram-se em ambientes específicos - os chamados sistemas territoriais de inovação. Tecnopolos, parques científicos e arranjos produtivos locais aparecem como espaços privilegiados onde se materializa a interação entre universidades, empresas e governos. No entanto, a análise crítica revela que esses modelos, frequentemente inspirados em experiências de países centrais, enfrentam sérias limitações quando transplantados para realidades periféricas. A carência de infraestrutura adequada, a fragilidade institucional e a escassez de mão de obra qualificada comprometem a efetividade dessas iniciativas em muitas regiões, no caso brasileiro, essa dinâmica se manifesta na criatividade com que alguns atores locais adaptam modelos globais às especificidades regionais, ainda que dentro de limites bastante restritos.

Apesar de suas contribuições, os artigos revisados apresentam algumas limitações significativas. Nota-se certa tendência ao otimismo tecnológico, que subestima as barreiras estruturais ao desenvolvimento inovativo em economias periféricas. A literatura também carece de abordagens mais

críticas que problematizem os pressupostos eurocêntricos subjacentes a muitos conceitos hegemônicos sobre inovação. Faltam ainda estudos que explorem formas alternativas de inovação emergentes em contextos informais ou comunitários, que frequentemente escapam aos indicadores tradicionais. Essas lacunas apontam para a necessidade de pesquisas futuras que: (1) investiguem experiências inovadoras não convencionais; (2) analisem criticamente a transferência de modelos de países centrais; e (3) desenvolvam indicadores mais sensíveis às realidades locais.

Em síntese, os artigos analisados oferecem um quadro abrangente das relações entre inovação, desenvolvimento e território, mas também revelam os desafios particulares que economias como a brasileira enfrentam na era do conhecimento. A superação desses desafios exigirá não apenas políticas públicas mais efetivas, mas também abordagens teóricas mais plurais e contextualizadas, capazes de captar a complexidade dos processos inovativos em diferentes realidades socioeconômicas e culturais. O caminho para uma verdadeira economia do conhecimento no Brasil passa necessariamente pelo reconhecimento e valorização de suas múltiplas geografias da inovação - tanto as formalmente reconhecidas quanto as que emergem das margens do sistema.

## AGRADECIMENTOS

Palavras iniciais: Disciplina Geografia Econômica lecionada pelos autores desta revisão de literatura proveniente do estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências — Programa de Pós-graduação em Geografia.

O livro foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - 88881.083131/2024-01". Bolsa de pós-doutorado - (PIPD).

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Diana dos Reis Pereira; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. Geografia Econômica e o estudo da indústria e da inovação na atualidade. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2017.

CARVALHO, Diana dos Reis Pereira; VELOSO FILHO, Francisco de Assis. Geografia econômica: origem, perspectivas e temas relevantes. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 50, p. 573-588, 2017.

GUIMARÃES, Sônia K. Transformações científicas e tecnológicas e implicações econômico-sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 16-29, set./dez. 2017.

MOCELIN, Daniel Gustavo; AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Empreendedorismo intensivo em conhecimento: elementos para uma agenda de pesquisas sobre a ação empreendedora no

Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 30-75, set./dez. 2017.

TOREZANI, Tomás Amaral; KRETZER, Jucélio. **A dinâmica das inovações tecnológicas e as transformações tecno-econômicas dos novos paradigmas tecnológicos**. In: IV CONGRESO ANUAL DA ASOCIACIÓN DE ECONOMÍA PARA EL DESARROLLO DE LA ARGENTINA, 2012, Argentina. Anais do IV Congresso Anual da Asociación de Economía para el desarrollo de la Argentina. Argentina: AEDA, 2012. p. 1-21.

# **GEOGRAFIA E TRABALHO: UM ENSAIO TEÓRICO**

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre Geografia e Trabalho, abordando as diversas dinâmicas que envolvem a transformação do espaço geográfico por meio da atividade laboral. A partir da perspectiva de Milton Santos, destaca-se a importância da divisão territorial do trabalho e a maneira como ela estrutura as relações socioespaciais. A abordagem marxista de Karl Marx foi fundamental para entender a exploração da força de trabalho no contexto capitalista, ressaltando as desigualdades geradas por esse sistema. A discussão sobre o espaço urbano, especialmente nas cidades capitalistas, evidenciou como as dinâmicas de urbanização promovem a segregação e a exclusão social. Além disso, foi analisada a interseção entre trabalho e meio ambiente, destacando a importância de um desenvolvimento sustentável frente às pressões capitalistas. No contexto da globalização, observou-se a precarização das relações de trabalho e o impacto dessa dinâmica na economia brasileira. Por fim, as questões de gênero e raça foram incorporadas ao debate, revelando como opressões interseccionais influenciam as dinâmicas laborais. A revisão teórica cumpriu seus objetivos ao explorar essas múltiplas dimensões e reafirmou a relevância de considerar o trabalho como um fenômeno essencial para a compreensão do espaço geográfico e das desigualdades contemporâneas.

**Palavras-chave:** Geografia, Trabalho, Divisão territorial, Desigualdades socioespaciais.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the relationship between Geography and Work, addressing the various dynamics involving the transformation of geographic space through labor activity. From Milton Santos' perspective, the importance of the territorial division of labor and its role in structuring socio-spatial relations is highlighted. The Marxist approach by Karl Marx is fundamental for understanding the exploitation of labor in the capitalist context, emphasizing the inequalities generated by this system. The discussion on urban space, particularly in capitalist cities, showed how urbanization dynamics promote segregation and social exclusion. Additionally, the intersection of work and the environment was analyzed, stressing the need for sustainable development in the face of capitalist pressures. In the globalization context, the precarious nature of labor relations and its impact on the Brazilian economy were observed. Finally, gender and race issues were integrated into the debate, revealing how intersectional oppressions shape labor dynamics. The theoretical review achieved its objectives by exploring these multiple dimensions, reaffirming the relevance of considering work as an essential phenomenon to understand geographic space and contemporary inequalities.

**Key-words:** Geography. Work, Territorial division, Socio-spatial inequalities.

## **INTRODUÇÃO / CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A relação entre Geografia e Trabalho tem sido amplamente discutida em diversas áreas do conhecimento, dada sua relevância para a compreensão das dinâmicas socioespaciais e

econômicas que moldam o mundo contemporâneo. A geografia do trabalho, como campo de estudo, propõe-se a investigar as formas pelas quais a organização do trabalho influencia a configuração do espaço geográfico e, por conseguinte, as relações sociais e econômicas. Nesse contexto, a presente revisão teórica busca explorar diferentes perspectivas sobre a interação entre trabalho, espaço e sociedade, com base nas contribuições de autores como Milton Santos, Karl Marx, David Harvey, entre outros. O problema central desta pesquisa é entender como as mudanças nas formas de organização do trabalho afetam o espaço geográfico e contribuem para a produção de desigualdades socioeconômicas e espaciais.

O objetivo geral desta revisão é analisar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, as diferentes abordagens teóricas que relacionam o trabalho à organização do espaço e às suas implicações socioeconômicas. Os objetivos específicos incluem: (i) discutir a divisão territorial do trabalho com base nas transformações espaciais apontadas por Milton Santos; (ii) explorar a relação entre capital, trabalho e lucro na perspectiva marxista; (iii) examinar as implicações das dinâmicas do trabalho no espaço urbano e as lutas de classe; (iv) analisar a interseção entre trabalho, meio ambiente e sustentabilidade; e (v) investigar as mudanças no mercado de trabalho global e suas implicações no Brasil.

Metodologicamente, este ensaio foi conduzido a partir de uma análise de literatura, utilizando os principais repositórios acadêmicos para identificar e selecionar os trabalhos mais relevantes sobre o tema. A pesquisa se concentrou em artigos, livros e capítulos que tratam das relações entre geografia e trabalho, abrangendo abordagens históricas, críticas e contemporâneas. A análise dos textos foi orientada por uma abordagem comparativa e crítica, buscando identificar convergências e divergências entre as diferentes teorias abordadas.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender as transformações espaciais contemporâneas à luz das mudanças no mundo do trabalho, especialmente em um contexto marcado pela globalização, precarização laboral e desigualdades socioespaciais. Além disso, a discussão acerca do trabalho e sua relação com o meio ambiente e a sustentabilidade torna-se cada vez mais urgente diante dos desafios ambientais globais. Ao integrar diferentes perspectivas teóricas, esta revisão oferece uma visão abrangente e crítica das interações entre trabalho e geografia, contribuindo para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à promoção do desenvolvimento sustentável.

## ENSAIO TEÓRICO

Este ensaio teórico se propõe a discutir a relação entre Geografia e Trabalho através de várias perspectivas diferentes, sendo que a primeira delas se propõe a introduzir a Geografia do trabalho, com base no texto "Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho", de Milton Santos. O referido trabalho aborda como o processo de divisão do trabalho se relaciona à organização espacial e à transformação da natureza ao longo da história. O autor parte de uma abordagem comparativa entre o processo de diversificação da natureza, que se dá mediante a interação entre os elementos naturais, e a divisão do trabalho humano, que, por meio da produção, transforma e organiza o espaço geográfico.

Santos (2004) utiliza o conceito de diversificação da natureza, baseado na obra de Whitehead, para explicar que o mundo natural está em constante transformação, sendo resultado de eventos que ocorrem no tempo e no espaço. Esses eventos criam novos elementos e renovam a natureza, de maneira semelhante ao que ocorre com o trabalho humano. O autor compara esse processo natural com a divisão do trabalho, que, por meio da produção, atribui novas funções e conteúdos aos lugares. Assim, o espaço geográfico se diversifica e se renova constantemente, assumindo novos papéis e características em função das atividades produtivas.

Um dos principais objetivos do autor é ampliar o uso do conceito de divisão do trabalho nos estudos geográficos, relacionando-o às noções de totalidade e tempo. Para o autor, a divisão do trabalho é fundamental para entender as transformações sociais e espaciais, uma vez que organiza a distribuição dos recursos e das atividades produtivas pelo território. Ele argumenta que a divisão territorial do trabalho é um processo dinâmico que cria hierarquias entre os lugares, ao mesmo tempo em que esses lugares condicionam e são condicionados pela própria divisão do trabalho.

Santos (2004) destaca ainda que a divisão do trabalho não é apenas um fenômeno social, mas também territorial, pois envolve a distribuição das atividades produtivas de acordo com as características específicas dos lugares. A geografia, portanto, é essencial para compreender essa divisão, pois o espaço não é apenas um palco passivo das relações econômicas, mas um fator ativo que influencia as dinâmicas sociais. O autor aponta que a divisão territorial do trabalho tem implicações profundas nas formas como as sociedades se organizam, como os recursos são alocados e como os lugares adquirem suas singularidades.

Outro aspecto importante do texto é a distinção entre o trabalho vivo (a atividade humana atual) e o trabalho morto (infraestruturas, construções e heranças de atividades passadas). O autor enfatiza que o espaço geográfico é resultado

de processos históricos e que as formas herdadas do passado, como o meio ambiente construído, influenciam as atividades produtivas atuais. Ele chama essas heranças de "rugosidades do espaço", ressaltando que o espaço não é um ambiente homogêneo, mas contém diferentes camadas temporais que afetam a organização territorial do trabalho.

A obra de Milton Santos é, então, fundamental para a disciplina de Geografia do Trabalho, pois fornece uma análise teórica robusta sobre como o espaço e o trabalho se inter-relacionam. Ao explorar a divisão do trabalho em uma perspectiva territorial, o autor oferece ferramentas importantes para compreender as dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas, destacando o papel central do espaço na organização do trabalho e na constituição das sociedades.

Em suma, o trabalho de Santos (2004) destaca que o processo de diversificação da natureza, assim como a divisão do trabalho humano, são forças transformadoras que moldam tanto o mundo natural quanto o social. A divisão do trabalho não apenas organiza o espaço, mas também distribui recursos materiais e imateriais de forma desigual, gerando uma hierarquia espacial que reflete diferentes níveis de desenvolvimento e participação dos lugares. Nesse contexto, a divisão territorial do trabalho emerge como uma ferramenta fundamental para a análise geográfica, pois explica como as atividades econômicas e sociais se organizam espacialmente e conferem

individualidade aos lugares. Além disso, por fim, o autor sublinha o papel crucial do "trabalho morto", representado pelas infraestruturas e formas construídas na formação do espaço geográfico, sugerindo que o presente configura-se como uma herança das divisões e organizações territoriais passadas.

Outra perspectiva é a do Trabalho e as relações de produção, cujo principal autor é Karl Marx, que trata do "ganho do capital" e discute a relação entre o capital, o trabalho e o lucro, estabelecendo uma diferenciação clara entre o lucro do capitalista e o salário do trabalhador. Marx (2008) explora como o lucro capitalista é determinado pelo valor do capital aplicado, independentemente do trabalho efetivamente realizado pelo capitalista. Em grandes fábricas, por exemplo, o capitalista pode não ter envolvimento direto na gestão da produção, que é confiada a gerentes ou funcionários, mas ainda assim exige uma taxa de lucro proporcional ao capital investido.

A lógica do lucro capitalista, segundo o autor, está relacionada ao interesse do capitalista em obter mais do que o necessário para cobrir os fundos adiantados em salários e insumos. O capitalista busca maximizar seus ganhos com base na exploração do trabalho e da matéria-prima, e isso se reflete na proporção que ele exige entre o capital investido e o lucro obtido.

Marx (2008) menciona ainda a dificuldade em determinar com precisão a taxa de lucro, pois ela está sujeita a uma série

de variáveis imprevisíveis, como mudanças nos preços das mercadorias, concorrência, e outros fatores externos. No entanto, ele aponta que é possível obter uma ideia aproximada do lucro capitalista pela taxa de juros do dinheiro: quanto maior a capacidade de gerar lucro com o capital, maior será a taxa de juros demandada para o uso desse capital.

O texto também explora a relação entre a taxa de lucro e a taxa de juros, e como ambas variam de acordo com as condições de mercado. O autor observa, ainda, que a taxa mínima de lucro tem que ser suficiente para cobrir as perdas ocasionais do capital, enquanto a taxa máxima de lucro é aquela que reduz o salário dos trabalhadores ao mínimo necessário para sua subsistência, ao mesmo tempo em que retira toda a renda da terra. Além disso, o capitalista pode se beneficiar de práticas como o segredo comercial e o segredo de fabricação, o que lhe permite manter o preço de mercado acima do preço natural e obter maiores lucros.

Também discute como a aquisição de novos territórios ou novos ramos de comércio pode elevar os lucros do capital, diminuindo a concorrência em mercados existentes. O progresso do trabalho humano sobre os produtos naturais, ao invés de aumentar os salários, aumenta os lucros do capitalista e a quantidade de capitais que podem ser aplicados no trabalho. Além disso, quanto mais avançado o trabalho manual sobre uma mercadoria, maior será o lucro do capital em relação à renda da

terra. Por fim, Marx (2008) comenta que o risco associado a diferentes tipos de investimentos influencia diretamente a taxa de lucro, sendo que a incerteza sobre o retorno do capital tende a aumentar a taxa de ganho, embora não em proporção direta ao risco.

Marx (2008), em resumo, apresenta o lucro capitalista como distinto do salário do trabalhador, sendo regulado pelo valor do capital investido. O capitalista, em busca de maximizar seus ganhos, visa obter um lucro que exceda o valor adiantado em salários e matéria-prima, explorando tanto o trabalho quanto os insumos. No entanto, a determinação da taxa de lucro é complexa e influenciada por variáveis externas, podendo ser estimada pela taxa de juros do capital. Enquanto a taxa mínima de lucro cobre as perdas eventuais, a taxa máxima é obtida à custa da redução dos salários ao mínimo necessário e da expropriação total da renda da terra. Para aumentar seus lucros, o capitalista pode se valer de práticas como o segredo comercial e de fabricação. Além disso, o progresso do trabalho humano sobre as mercadorias eleva os lucros e o capital investido, sem necessariamente melhorar a remuneração dos trabalhadores. Então, a taxa de lucro também varia conforme o risco envolvido, sendo que investimentos mais arriscados tendem a apresentar maiores retornos, refletindo a dinâmica entre capital, risco e exploração.

A terceira perspectiva, representada aqui por Guimarães (2022) e Matos (2018), diz respeito ao Trabalho e o espaço urbano. No artigo "Condições de Vida, Moradia e Trabalho no Espaço Urbano", Iracema Brandão Guimarães revisita a produção teórica da sociologia urbana brasileira para analisar a evolução das condições de vida no contexto da urbanização. A autora parte de uma análise histórica que examina o tratamento dado às questões de moradia, trabalho e consumo desde os anos 1960 até os dias atuais, propondo uma revisão dos estudos sobre as desigualdades urbanas. O texto destaca a centralidade das condições de vida como um tema essencial para entender as dinâmicas sociais e econômicas das cidades brasileiras.

O artigo explora as contribuições de autores que marcaram o início da sociologia urbana, como Francisco Oliveira e Florestan Fernandes, e aborda o conceito de "condições de vida", que inclui aspectos como moradia, transporte, alimentação e acesso a serviços públicos. Guimarães (2022) observa que, historicamente, as desigualdades socioespaciais nas cidades são reflexo da segregação de trabalhadores em bairros periféricos, muitas vezes sem infraestrutura adequada. A partir dos anos 1990, com a globalização e o avanço do neoliberalismo, essas questões tornaram-se ainda mais acentuadas, à medida que as políticas de desregulamentação do mercado de trabalho e a redução do papel do Estado

contribuíram para agravar a precarização das condições de vida nas áreas urbanas.

A autora utiliza dados estatísticos sobre os orçamentos familiares para ilustrar como os gastos com moradia, alimentação e transporte ainda representam as principais despesas das famílias brasileiras. Ela argumenta que esses itens consomem a maior parte da renda, especialmente entre as famílias de baixa renda, e que essa situação reflete uma precariedade crescente, agravada pela falta de acesso a serviços de consumo coletivo, como saúde e educação. A análise de Guimarães reforça a importância de uma abordagem crítica para entender as novas dinâmicas de exclusão social, que resultam em uma espoliação urbana nas periferias das grandes cidades.

Um ponto central do artigo é o conceito de "espoliação urbana", desenvolvido por Lúcio Kowarick, que descreve a ausência ou precariedade de serviços públicos nas áreas periféricas e sua relação com a exploração dos trabalhadores. Guimarães (2022) explica como essa espoliação se manifesta na dificuldade de acesso a transporte público, na moradia inadequada e na falta de infraestrutura básica, perpetuando a exclusão social e econômica de milhões de trabalhadores urbanos. A autora também discute como o alto custo da moradia nas áreas urbanas centrais contribui para o adensamento populacional em bairros periféricos, forçando os trabalhadores a

viverem em áreas distantes de seus locais de trabalho e com acesso precário a transporte e outros serviços essenciais.

O artigo também aborda o impacto da pandemia de Covid-19 nas condições de vida das famílias urbanas. A pandemia exacerbou as desigualdades existentes, especialmente entre os trabalhadores informais e autônomos, que enfrentaram dificuldades para continuar suas atividades durante os períodos de isolamento social. Guimarães destaca como a crise sanitária evidenciou a vulnerabilidade das famílias que dependem dos serviços públicos, como saúde e transporte, e reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida nas cidades.

Em resumo, o texto de Guimarães (2022) oferece uma análise crítica das condições de vida no espaço urbano, abordando questões estruturais como moradia, transporte e trabalho. Sua contribuição para os estudos urbanos é fundamental para entender as desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras, destacando a necessidade de uma renovação das agendas de pesquisa e de políticas públicas voltadas para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida nas áreas urbanas.

Já o artigo "Espaço Urbano e Luta de Classe: os rebatimentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora", de Deivi Ferreira da Silva Matos, examina a relação entre o espaço urbano capitalista e as lutas de classe,

destacando como as desigualdades socioespaciais são intensificadas pela dinâmica do capitalismo. O autor propõe uma análise histórica e social da violência estatal utilizada para consolidar o modelo de cidade burguesa atual, evidenciando a relação entre as classes dominantes e o uso do espaço urbano para manutenção da exploração e controle social.

Matos (2018) inicia sua análise com uma revisão histórica da formação do proletariado urbano industrial, salientando que, desde o período da acumulação primitiva, o capitalismo se estruturou sobre a violência e a expropriação das terras camponesas. Esse processo, segundo o autor, foi legitimado por legislações coercitivas e punitivas, como o Estatuto dos Trabalhadores e as Leis dos Pobres, que forçaram os camponeses expropriados a vender sua força de trabalho nas cidades, configurando um mecanismo de controle social e repressão do proletariado.

No contexto urbano, explora como o espaço das cidades capitalistas se organiza de maneira desigual, dividindo-se em áreas ocupadas pela classe dominante (urbanização de status) e áreas periféricas, onde reside a classe trabalhadora (urbanização periférica). Essa segregação espacial, segundo o autor, reflete as contradições inerentes ao capitalismo, manifestando-se nas péssimas condições de moradia, falta de serviços públicos adequados e maior exposição a desastres ambientais nas periferias. O autor aponta ainda que o Estado,

ao atuar como executor dos interesses da burguesia, utiliza a violência para controlar as massas trabalhadoras, particularmente os jovens negros que vivem nas favelas e bairros populares.

O conceito de "superpopulação relativa", de Karl Marx, também é explorado no texto, descrevendo como o capitalismo gera um "exército industrial de reserva", composto por trabalhadores desempregados ou subempregados que são forçados a viver à margem da sociedade. Essa superpopulação é constantemente monitorada pelo Estado, que implementa políticas de controle social e criminalização dos pobres, reforçando a segregação socioespacial e intensificando a violência urbana. Matos (2018) argumenta que essa violência é parte integrante da lógica capitalista, que precisa controlar a população excedente para garantir a continuidade da exploração do trabalho e a manutenção da ordem burguesa.

Outro ponto importante do texto é a discussão sobre o direito à cidade, conceito defendido por autores como David Harvey, onde Matos (2018) destaca que o espaço urbano capitalista é palco de lutas sociais, com greves, ocupações por moradia e outras formas de resistência da classe trabalhadora. No entanto, essas lutas são reprimidas pelo Estado, que atua em favor da classe dominante, garantindo a especulação imobiliária e a valorização de áreas urbanas ocupadas pela burguesia.

O autor conclui que o espaço urbano capitalista reflete as profundas desigualdades de classe e raça presentes na sociedade. As favelas e periferias, habitadas majoritariamente por trabalhadores pobres e negros, são continuamente marginalizadas e submetidas a uma violência sistemática, que se manifesta tanto na falta de infraestrutura quanto na ação repressiva do Estado. Para ele, a superação dessas desigualdades requer uma articulação política e social da classe trabalhadora, que busque resistir às formas de opressão e lutar por um direito à cidade verdadeiramente inclusivo.

Enfim, para Matos (2018), o espaço urbano capitalista intensifica e reflete as desigualdades de classe e raça, moldando a cidade de forma a privilegiar a burguesia enquanto marginaliza a classe trabalhadora. O Estado, nesse contexto, exerce uma violência estrutural sobre os trabalhadores, utilizando mecanismos de controle e repressão para garantir a ordem burguesa. A superpopulação relativa gera uma massa de trabalhadores marginalizados, que são sistematicamente controlados pelo Estado, contribuindo para a perpetuação dessas desigualdades. A segregação espacial, evidenciada pela nítida divisão entre as áreas ocupadas pela burguesia e as periferias, ilustra as contradições inerentes ao capitalismo, onde os espaços urbanos se tornam reflexos das desigualdades sociais. Contudo, a luta por moradia e o direito à cidade emergem como formas de resistência da classe trabalhadora,

que busca afirmar seus direitos e desafiar a opressão capitalista que estrutura a cidade e as condições de vida urbana.

Sobre a perspectiva do Trabalho e do Meio ambiente, o artigo "Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Implicações para uma Proposta de Formação Crítica", de Neise Deluiz e Victor Novicki, aborda a inter-relação entre trabalho, meio ambiente e educação, especialmente no contexto da globalização neoliberal. Os autores argumentam que a degradação socioambiental está profundamente enraizada nas estruturas do modo de produção capitalista, que gera desigualdades sociais e ambientais. A proposta central do texto é a construção de uma educação crítica e democrática que promova a conscientização sobre essas relações e busque transformar as bases que sustentam o modelo hegemônico de produção, trabalho e consumo.

O texto inicia com uma análise das causas estruturais da degradação ambiental, destacando que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado por meio de uma cultura de igualdade substancial, que implica em justiça social. Mészáros (2001) é citado para enfatizar que a transformação das relações entre trabalho e natureza é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. O autor propõe que a educação deve ser um instrumento de conscientização e transformação, permitindo que os indivíduos compreendam as implicações de suas ações no meio ambiente e na sociedade.

Um dos pressupostos fundamentais da proposta educacional é a compreensão da divisão social e técnica do trabalho no capitalismo, que gera alienação do homem em relação ao seu trabalho e à natureza. Essa alienação é vista como um obstáculo para a construção de uma relação mais harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente. O texto argumenta que a transformação da natureza ocorre por meio do trabalho, e que a apropriação dos recursos naturais deve ser repensada à luz das crises socioambientais e das desigualdades sociais.

Os autores também destacam a importância da subjetivação do trabalho e da natureza, afirmando que a verdadeira dimensão humana só pode ser alcançada por meio de uma transformação profunda nas relações sociais e produtivas. A educação crítica deve, portanto, promover a reflexão sobre as práticas de trabalho e suas consequências para o meio ambiente, incentivando uma postura mais responsável e sustentável.

Além disso, o artigo menciona que todos os problemas ambientais são manifestações de conflitos entre interesses privados e o bem coletivo, representando uma agressão aos direitos ambientais de indivíduos e coletividades. Essa perspectiva crítica é essencial para a formação de cidadãos conscientes e engajados na luta por um futuro mais sustentável.

Em suma, o texto propõe uma educação que não apenas informe, mas que também forme indivíduos críticos, capazes de questionar e transformar as estruturas sociais e produtivas que perpetuam a desigualdade e a degradação ambiental. A construção de uma "sustentabilidade democrática" é vista como um caminho necessário para enfrentar os desafios contemporâneos, promovendo uma relação mais equilibrada entre trabalho, meio ambiente e justiça social.

Deluiz e Novicki (2017) ressaltam, então, que o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado à justiça social, destacando a estrutura capitalista como uma das principais responsáveis pela degradação ambiental. A proposta de uma educação crítica e democrática, que promova a conscientização sobre as interações entre trabalho e natureza, é vista como fundamental para impulsionar a transformação social. No entanto, a divisão social e técnica do trabalho gera alienação, dificultando a construção de uma relação equilibrada entre o ser humano e o meio ambiente. Para superar essa alienação, é necessário transformar as relações sociais e produtivas, permitindo que os indivíduos alcancem sua verdadeira dimensão humana. Os problemas ambientais, por sua vez, refletem conflitos entre interesses privados e o bem coletivo, os quais devem ser enfrentados para assegurar os direitos ambientais de todos. Nesse contexto, a construção de uma sustentabilidade democrática é crucial para lidar com os

desafios contemporâneos, promovendo uma relação harmoniosa entre trabalho, meio ambiente e justiça social.

De outro modo, também versando sobre a relação entre trabalho e meio ambiente, o artigo de Grazielle Rodrigues de Oliveira discute as implicações da globalização no desenvolvimento socioeconômico e na sustentabilidade ambiental, abordando a complexa interrelação entre economia, sociedade e meio ambiente. A partir de 1987, com a introdução do projeto "Nosso Futuro Comum", a noção de sustentabilidade emergiu como um tema central nas discussões sobre o uso de recursos naturais e suas implicações sociais. Oliveira (2018) argumenta que, embora o projeto buscasse um equilíbrio entre a preservação ambiental e as necessidades sociais, frequentemente se alinhava aos interesses econômicos, resultando em um dilema entre a conservação dos recursos naturais e a geração de lucro.

A globalização, inicialmente percebida como um motor de progresso, trouxe à tona desafios significativos para os países emergentes, que se encontram em situações de vulnerabilidade econômica. A autora destaca que a competição desigual com nações desenvolvidas, que historicamente resistem a uma governança ambiental global, exacerba as dificuldades enfrentadas por esses países. A formação de blocos econômicos é apresentada como uma estratégia para melhorar

a comercialização e a economia dos países em desenvolvimento, mas a eficácia dessas medidas é questionada.

Oliveira (2018) também enfatiza a crescente população consumidora, que, influenciada por um modelo ocidentalizado de consumismo, contribui para a degradação ambiental. O consumismo não apenas promove a padronização cultural, mas também resulta em uma demanda excessiva por recursos naturais, levando a problemas como poluição e esgotamento de ecossistemas. A autora argumenta que a desigualdade social é intensificada pela mundialização do sistema capitalista, onde comunidades marginalizadas enfrentam precariedade e falta de acesso a recursos básicos, como água, alimento e moradia.

O conceito de economia verde, que emergiu na conferência Rio+20, é discutido como uma tentativa de abordar questões ambientais contemporâneas. No entanto, a autora critica a eficácia desse conceito em combater desigualdades sociais, uma vez que as propostas de economia verde exigem mudanças drásticas na estrutura social, que podem ser inviáveis para países em desenvolvimento que já enfrentam problemas básicos de infraestrutura e pobreza. A autora sugere que a transformação social e ambiental deve ser acompanhada de uma educação crítica e de uma conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

Por fim, o artigo conclui que a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável requer uma reavaliação das

formas de produção e consumo, além de uma crítica à sociedade de consumo. Oliveira (2018) defende que a integração de políticas que promovam a justiça social e a preservação ambiental é essencial para garantir um futuro sustentável. A autora enfatiza que, para que as propostas de sustentabilidade sejam efetivas, é necessário um compromisso coletivo que considere as especificidades de cada contexto social e econômico, promovendo um desenvolvimento que não apenas respeite os limites dos recursos naturais, mas que também busque a equidade social.

Assim, o artigo oferece uma análise crítica das interações entre globalização, desenvolvimento e sustentabilidade, destacando a urgência de um novo paradigma que integre esses elementos de forma harmoniosa e equitativa. Sugere, portanto, que a globalização afeta diretamente as relações entre economia, sociedade e meio ambiente, exigindo uma abordagem integrada para alcançar o desenvolvimento sustentável. A competição desigual no cenário global coloca os países emergentes em situações críticas, demandando novas estratégias econômicas que equilibrem crescimento e equidade. Nesse contexto, a sustentabilidade muitas vezes se alinha a interesses econômicos, criando um dilema entre a preservação ambiental e o lucro. O modelo ocidental de consumismo exacerba essas tensões, promovendo uma padronização cultural que intensifica a degradação ambiental e aprofunda as

desigualdades sociais. Embora a economia verde proponha soluções para os problemas ambientais, sua eficácia é questionada, sobretudo em contextos marcados por desigualdade social. Para que a transformação social e ambiental seja efetiva, é essencial uma educação que promova a conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais. Assim, repensar as práticas econômicas e promover políticas que integrem justiça social e preservação ambiental são passos fundamentais para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Ao discutir Trabalho e Globalização, o artigo "Desenvolvimento, Globalização e Trabalho Decente", de Ronaldo Baltar, analisa os desafios enfrentados pelo Brasil em sua busca por um desenvolvimento sustentável e inclusivo, centrado no conceito de Trabalho Decente. O autor argumenta que a implementação de políticas de desenvolvimento deve estar intimamente ligada ao consumo de massas e à inserção do país no comércio internacional, destacando que a forma como o Brasil se integra à globalização definirá os limites e as possibilidades de seu desenvolvimento. Baltar (2013) enfatiza que os compromissos assumidos em documentos internacionais e acordos podem servir como plataformas de ação para agentes sociais, visando a erradicação da discriminação e da desigualdade social por meio do trabalho.

O autor discute a importância da Agenda do Trabalho Decente, que busca garantir que os mercados sejam responsáveis por seus impactos sociais. Ele propõe que a relação entre a política de desenvolvimento e a organização social dos atores deve ser mediada pela transparência da informação e pela construção de espaços de decisão participativa. Também levanta a questão metodológica de como relacionar os princípios da Agenda do Trabalho Decente com o processo de desenvolvimento global, sugerindo a necessidade de modelos analíticos que correlacionem as transformações no mercado de trabalho com o desenvolvimento.

Referências a outros autores, como Lipietz, Touraine, Wallerstein e Beck, são utilizadas para contextualizar a discussão sobre a globalização e seus impactos sociais, ressaltando que, apesar das diferenças de interpretação, muitos estudiosos concordam que a abertura econômica dos países não se intensificou de forma significativa desde o início do século XX. O autor também menciona as disputas entre representações sindicais e patronais no Brasil, que se manifestam em arenas como as Conferências de Trabalho e Emprego Decente e o Congresso Nacional, abordando questões como a redução da jornada de trabalho e a ratificação de convenções da OIT.

Baltar (2013) conclui que a formação de uma política de desenvolvimento que amplie o mercado interno e promova o consumo de massas deve incluir metas que não apenas

aumentem a empregabilidade, mas que também garantam a criação de empregos que respeitem os direitos fundamentais dos trabalhadores. O artigo, portanto, propõe uma reflexão crítica sobre a intersecção entre desenvolvimento, globalização e trabalho decente, enfatizando a necessidade de um compromisso coletivo para enfrentar os desafios contemporâneos.

Do mesmo modo, o artigo "Os Impactos da Globalização no Mundo do Trabalho", de Ângela Maria de Sousa Lima, analisa as transformações no mundo do trabalho em decorrência da globalização, enfatizando a alienação do trabalhador e a precarização das relações laborais. A autora argumenta que, apesar das promessas de liberdade e autonomia trazidas pela revolução tecnológica, o trabalhador contemporâneo enfrenta uma realidade de exploração e insegurança. Lima (s/d) utiliza a obra de pensadores como Marx e Gorz para fundamentar suas reflexões sobre a alienação do proletariado e a marginalização do trabalho socialmente necessário, destacando que a evolução tecnológica não resulta na emancipação do trabalhador, mas sim na sua dependência e subordinação ao capital.

O objetivo do texto é discutir como a globalização e a lógica capitalista têm reconfigurado as relações de trabalho, levando à fragmentação da classe trabalhadora e à confusão entre as identidades de empregado e empreendedor. A autora menciona que, no Brasil, a relação entre produtividade e exclusão do

trabalhador no mercado de trabalho se intensificou, com dados que mostram um aumento significativo na produtividade, mas também uma precarização das condições de trabalho. Lima (s/d) cita Bertolino para ilustrar essa dinâmica, que revela um aumento da produtividade acompanhado de uma diminuição da segurança no emprego.

A discussão se aprofunda ao abordar a influência da lógica financeira sobre a economia real, onde até mesmo os estados centrais se tornam reféns das decisões de agências financeiras. A autora propõe que, para enfrentar os desafios impostos pela globalização, é necessário repensar as intervenções políticas e sociais, destacando a obra de István Mészáros, que sugere que a superação do capital só será possível com a construção de um sistema comunal de produção e consumo, onde a divisão hierárquica do trabalho seja abolida.

Lima (s/d), então, conclui que, apesar das dificuldades, o trabalho continua a ser uma categoria central nas Ciências Sociais, e que a luta por melhores condições de trabalho e a busca por uma nova forma de sociabilidade são essenciais para a construção de um futuro mais justo. O texto é uma chamada à reflexão sobre a necessidade de uma abordagem crítica em relação às transformações do trabalho na era da globalização, enfatizando a importância de resgatar a centralidade do trabalho na construção das identidades sociais.

Em resumo, Lima (s/d) argumenta, portanto, que a globalização e a revolução tecnológica têm contribuído para a alienação do trabalhador, que se torna cada vez mais dependente do capital e imerso em uma lógica que fragmenta sua identidade, confundindo-o entre as figuras de empregado e empreendedor. No Brasil, essa dinâmica é agravada pela intensificação da relação entre aumento da produtividade e exclusão dos trabalhadores, resultando em uma crescente precarização das condições de trabalho. A predominância da lógica financeira sobre a economia real, que afeta até mesmo os estados centrais, reforça essa exclusão e desestrutura as economias nacionais. Para superar o capital, Lima evoca a proposta de Mészáros, que sugere a construção de um sistema comunal de produção e consumo como alternativa viável. Mesmo diante dessas transformações, o trabalho continua sendo uma categoria central nas Ciências Sociais, desempenhando um papel essencial na construção de identidades sociais e na luta por melhores condições laborais, evidenciando a necessidade de repensar as estruturas de produção e consumo no mundo contemporâneo.

Sobre Trabalho e Gênero, o artigo "Capital, força de trabalho e relações de gênero", de Susan Ferguson e David McNally, explora a intersecção entre o marxismo e a opressão das mulheres, destacando a importância da obra de Lise Vogel, "Marxismo e opressão às mulheres". Os autores argumentam

que a análise marxista tradicional frequentemente negligencia a dimensão de gênero nas relações de produção capitalista, o que resulta em uma compreensão incompleta das dinâmicas sociais e econômicas. O objetivo do texto é ressaltar a necessidade de integrar a análise de gênero na teoria marxista, enfatizando que a reprodução da força de trabalho não se limita ao espaço produtivo, mas também abrange o trabalho doméstico e as relações familiares.

Ferguson e McNally discutem como Marx, em sua obra "O Capital", aborda o conceito de "trabalho necessário", que se refere ao trabalho que deve ser pago pelo capital, mas que não abrange o trabalho não remunerado, essencial para a reprodução da força de trabalho. Eles citam Vogel, que argumenta que Marx não explorou adequadamente a importância do trabalho doméstico e da reprodução social, o que limita a compreensão das contradições do capitalismo. A análise de Vogel é apresentada como uma inovação teórica que ilumina as ausências na obra de Marx, especialmente em relação à reprodução biológica, social e geracional da força de trabalho.

Os autores também refletem sobre a "mercadoria especial" que é a força de trabalho, destacando que a expropriação de grandes massas de pessoas é fundamental para o funcionamento do capitalismo. Essa expropriação força os indivíduos a venderem suas capacidades de trabalho, permitindo a acumulação de capital. A discussão se aprofunda

nas implicações dessa dinâmica para as mulheres, que frequentemente são relegadas a papéis de cuidado e trabalho não remunerado, sustentando a estrutura capitalista sem reconhecimento ou compensação.

Além disso, o texto menciona a crítica de Vogel à tendência de Marx de naturalizar a divisão do trabalho, sugerindo que essa visão pode ter distorcido sua análise da família da classe trabalhadora. A obra de Engels, como "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", é citada como um ponto de referência importante, mas os autores argumentam que uma análise mais profunda da opressão das mulheres deve se basear nas categorias teóricas centrais de "O Capital".

Os autores refletem sobre como a opressão de gênero não é um fenômeno isolado, mas está intrinsecamente ligada à lógica do capitalismo. Eles argumentam que o capitalismo não apenas se beneficia da exploração do trabalho assalariado, mas também depende da exploração do trabalho não remunerado, que é predominantemente realizado por mulheres. Essa interdependência entre as opressões de gênero e as dinâmicas capitalistas revela uma estrutura social que perpetua desigualdades, onde o trabalho feminino é desvalorizado e invisibilizado.

Ferguson e McNally também discutem a necessidade de uma abordagem crítica que desafie as narrativas dominantes sobre o papel das mulheres na economia. Eles enfatizam que a

luta contra a opressão de gênero deve ser vista como uma luta contra o capitalismo em si, pois as duas esferas estão entrelaçadas. A análise de Vogel é fundamental nesse contexto, pois oferece uma estrutura teórica que permite entender como as relações de gênero são moldadas e reforçadas pelas exigências do capitalismo.

Em suma, o artigo de Ferguson e McNally propõe uma reavaliação da teoria marxista à luz das questões de gênero, defendendo que a opressão das mulheres deve ser entendida como uma parte integral da dinâmica capitalista. A obra de Vogel é apresentada como uma chave para essa reavaliação, oferecendo novas perspectivas sobre a reprodução social e a força de trabalho. Apontam, então, que a análise marxista tradicional frequentemente ignora a dimensão de gênero nas relações de produção capitalista, negligenciando o papel crucial do trabalho não remunerado na reprodução da força de trabalho. Embora a "mercadoria especial" que é a força de trabalho seja fundamental para a acumulação de capital, a teoria do mais-valor de Marx não contempla adequadamente a expropriação de grandes massas de pessoas, especialmente no que se refere às mulheres e ao trabalho doméstico.

As dinâmicas familiares e o trabalho doméstico, essenciais para a compreensão completa do capitalismo, são muitas vezes desconsiderados. A crítica de Vogel à naturalização da divisão do trabalho em Marx revela as limitações dessa abordagem ao

não abordar a opressão das mulheres de maneira abrangente. Embora a obra de Engels ofereça uma base importante, uma análise mais profunda deve se basear nas categorias teóricas desenvolvidas em "O Capital". Assim, a opressão das mulheres deve ser vista como parte integrante da dinâmica capitalista, exigindo uma reavaliação da teoria marxista para incorporar plenamente as questões de gênero e as relações não remuneradas dentro da estrutura capitalista.

Já em relação à raça, o artigo de Leonardo Dias Alves, intitulado "A divisão racial do trabalho", analisa a intersecção entre racismo, escravismo e capitalismo no Brasil, destacando como a herança do trabalho escravo moldou a estrutura do mercado de trabalho contemporâneo. O autor busca compreender as raízes históricas da divisão racial do trabalho, enfatizando que a abolição da escravidão não resultou em uma verdadeira emancipação para a população negra, que foi deixada à própria sorte, conforme argumenta Fernandes (2017). A pesquisa é fundamentada em uma abordagem qualitativa, utilizando referências bibliográficas e dados sobre as relações raciais no Brasil.

O texto é dividido em três partes: a primeira contextualiza o escravismo moderno, abordando a transformação de seres humanos em escravizados e as contradições desse período; a segunda parte discute a constituição da divisão racial do trabalho no pós-emancipação e a inserção da população negra no

mercado de trabalho; e a terceira parte analisa as ocupações contemporâneas da população negra. O autor argumenta que o racismo estrutural, ao determinar a divisão racial do trabalho, tem consequências profundas na vida da classe trabalhadora negra, conforme apontado por Martins (2014).

Alves (2022) destaca, nesse sentido, que a superexploração do trabalho no Brasil é uma continuidade do sobretrabalho escravista, resultante de um capitalismo dependente que se desenvolveu a partir das particularidades do sistema escravista mercantil. Moura (2020) é citado para reforçar a ideia de que as raízes do capitalismo brasileiro estão entrelaçadas com a exploração racializada do trabalho. O autor também discute como a divisão racial do trabalho é uma categoria analítica crucial para entender as desigualdades persistentes no mercado de trabalho, onde a população negra é frequentemente relegada a posições de menor remuneração e precariedade.

Além disso, o artigo reflete sobre a necessidade de desvelar as relações entre a acumulação primitiva de capital e a escravidão, conforme argumenta Santos Neto (2015). O autor conclui que a compreensão do racismo e da divisão racial do trabalho é essencial para a luta por justiça social e igualdade no Brasil, enfatizando que a superexploração da força de trabalho negra é um fenômeno que deve ser enfrentado para que se possa construir um futuro mais equitativo.

Alves (2022) argumenta, em suma, que a abolição da escravidão no Brasil não trouxe verdadeira emancipação para a população negra, que foi deixada à margem da sociedade e sujeita à própria sorte. A divisão racial do trabalho, consequência direta do racismo estrutural, tem impactos profundos na vida da classe trabalhadora negra, perpetuando a desigualdade social e econômica. A superexploração do trabalho, que remonta ao sobretrabalho escravista, continua presente no Brasil contemporâneo, reforçada pelo capitalismo dependente. As raízes do capitalismo brasileiro estão entrelaçadas com a exploração racializada do trabalho, fazendo da divisão racial do trabalho uma categoria analítica essencial para entender as desigualdades persistentes no mercado de trabalho. A acumulação primitiva de capital, intimamente ligada à escravidão e à exploração racial, revela que o sistema capitalista no Brasil foi construído com base na opressão da população negra. Portanto, a luta por justiça social e igualdade deve necessariamente enfrentar a superexploração da força de trabalho negra como um fenômeno central a ser combatido para a construção de uma sociedade mais justa.

Ao relacionar o Trabalho aos movimentos sociais, o texto "Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista", de David Harvey, se configura como expoente, explorando a intersecção entre urbanização e luta anticapitalista, argumentando que as cidades são arenas cruciais para a resistência contra as

dinâmicas de exploração do capitalismo. Harvey (2013) inicia sua discussão afirmando que a luta anticapitalista, em sua essência marxista, busca a abolição das relações de classe que sustentam a produção capitalista e a apropriação da mais-valia. Enfatiza que, embora a urbanização possa parecer desconectada desse objetivo revolucionário, as lutas urbanas são intrinsecamente ligadas à luta de classes, pois as cidades são espaços onde as contradições do capitalismo se manifestam de maneira aguda.

O autor destaca que a luta anticapitalista deve ser inclusiva, acolhendo segmentos marginalizados da população, como trabalhadores temporários e precários, que frequentemente enfrentam formas de exploração que não são reconhecidas nas narrativas tradicionais de luta de classes. Argumenta que essas lutas urbanas devem ser reconhecidas com a mesma importância que as lutas nos locais de produção, pois a exploração do trabalho vivo e a recuperação da mais-valia nos espaços urbanos são centrais para a construção de um movimento anticapitalista eficaz. Harvey (2013) sugere que a luta deve se expandir para além das fábricas e incluir as dinâmicas de vida urbana, onde as relações de classe se manifestam de maneira complexa.

Um dos principais argumentos de Harvey (2013) é de que a urbanização é fundamental para a história da acumulação do capital. Ele observa que as forças do capital e seus aliados

mobilizam-se incessantemente para revolucionar as cidades, o que inevitavelmente gera uma luta de classes, mesmo que não seja explicitamente reconhecida como tal. O autor menciona que a história das lutas de classe de base urbana é rica e variada, citando exemplos históricos como os movimentos revolucionários em Paris, o Soviete de Petrogrado e as Comunas de Xangai. Esses eventos demonstram que as cidades têm sido palcos de resistência e inovação política, onde as massas urbanas se mobilizam contra a opressão capitalista.

Harvey também discute o fracasso de iniciativas que tentaram agregar alternativas globais ao capitalismo. Ele argumenta que todas as empresas que operam em uma economia capitalista estão sujeitas às "leis coercitivas da concorrência", que moldam as práticas de produção e realização de valor. Mesmo as cooperativas e empresas controladas pelos trabalhadores, que inicialmente buscam romper com essas dinâmicas, acabam imitando suas concorrentes capitalistas, resultando em um estado de autoexploração coletiva. Essa análise revela a dificuldade de escapar das armadilhas do capitalismo, mesmo para aqueles que tentam criar alternativas.

Sendo assim, o autor enfatiza a necessidade de uma reavaliação das lutas trabalhistas convencionais, argumentando que a maioria das lutas travadas por trabalhadores fabris tem uma base muito mais ampla do que é frequentemente reconhecido. Ele critica a tendência de historiadores

esquerdistas de focar apenas em aspectos industriais, ignorando o papel das comunidades e das organizações locais na formação da classe trabalhadora. Sugere que a organização política deve ser vista como um fenômeno que transcende os locais de trabalho, envolvendo também as comunidades e os bairros.

A discussão de Harvey se aprofunda nas práticas de acumulação por desapropriação e extorsão, que geram descontentamento nas massas urbanas. Nesse caso, argumenta que as lutas urbanas frequentemente se articulam em torno de questões de direitos e cidadania, mesmo que tenham um conteúdo de classe subjacente. O autor destaca que a luta anticapitalista deve se comprometer com a abolição das relações de classe que sustentam a acumulação de riqueza e a desigualdade, propondo uma transformação das relações sociais e uma crítica ao consumismo e à degradação ambiental.

Harvey também reflete sobre a trajetória histórica do desenvolvimento capitalista e a necessidade de uma alternativa que rompa com a lógica da acumulação infinita. Explica que a luta contra a pobreza deve ser acompanhada de uma política contra a riqueza, e que as mudanças no estilo de vida são essenciais para enfrentar os desafios ecológicos contemporâneos. O autor sugere que as organizações contra a pobreza precisam se comprometer com uma política que desafie a acumulação de riqueza, reconhecendo que a transformação

das relações sociais é fundamental para a construção de um futuro mais justo.

Além disso, discute a importância da organização dos trabalhadores na cadeia de produção e transporte, destacando que greves e mobilizações podem estrangular o metabolismo da cidade e forçar mudanças significativas. Ele argumenta que a luta anticapitalista deve se centrar na capacidade de mobilização das massas urbanas, reconhecendo que a resistência pode surgir de diversas formas e em diferentes contextos. O autor sugere que a luta deve ser vista como um processo dinâmico, onde as práticas de resistência se adaptam às condições locais e às necessidades das comunidades.

O texto conclui que as forças progressistas devem se organizar para resolver os problemas da desigualdade e da degradação ambiental, reconhecendo a complexidade das relações de classe e a necessidade de uma abordagem holística para a luta anticapitalista. Harvey enfatiza que a luta anticapitalista não pode ser reduzida a uma simples oposição ao capitalismo, mas deve envolver a construção de alternativas concretas que desafiem as estruturas de poder existentes. Ele sugere que a transformação social requer uma reconfiguração das relações de produção e uma crítica profunda às dinâmicas de exploração que permeiam a vida urbana.

Em suma, "Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista" é um chamado à ação para aqueles que buscam

desafiar as injustiças do capitalismo nas cidades. Harvey argumenta que a luta anticapitalista deve ser inclusiva, reconhecendo a importância das lutas urbanas e a necessidade de uma abordagem que transcenda as divisões tradicionais entre trabalho e comunidade. O autor convida os leitores a refletirem sobre as possibilidades de resistência e transformação que emergem das cidades, enfatizando que a luta por um futuro mais justo e igualitário deve ser uma prioridade para todos aqueles que se opõem ao capitalismo.

Em relação ao Futuro do trabalho, o texto de Ramos e Weber (2017) analisa a nova divisão internacional do trabalho, enfatizando a precarização das relações laborais e a reestruturação do sistema capitalista a partir da crise de 1974. O autor argumenta que a reestruturação buscou recompor a rentabilidade do capital, introduzindo a "acumulação flexível" e realocando setores industriais, especialmente na Ásia. Essa transformação foi acompanhada pela desregulamentação do mercado e pela precarização das condições de trabalho, resultando em um cenário de fragmentação da classe trabalhadora e enfraquecimento dos sindicatos. A análise se fundamenta em autores como Antunes (1997), Belluzzo (2005) e Pereira (2010), que discutem a relação entre a divisão internacional do trabalho e as condições de vida e trabalho no Brasil.

O autor destaca que a inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho não resultou em melhorias significativas para a maioria da população, mas sim em uma dualidade entre capital e trabalho, onde a crise do capital impacta diretamente a força trabalhadora. A precarização laboral é expressa pelo aumento do desemprego, trabalhos informais e terceirizados, intensificação das jornadas de trabalho e queda dos rendimentos salariais. O texto também menciona a importância da divisão social do trabalho, que, embora tenha evoluído ao longo da história, continua a ser um fator determinante nas relações econômicas globais.

A discussão se aprofunda na crítica à forma como a divisão do trabalho, em sua forma capitalista, serve para aumentar a mais-valia em detrimento dos direitos dos trabalhadores. O autor se alinha com Marx, que argumenta que a divisão do trabalho é um método de exploração que beneficia o capitalista. A precarização das novas formas de trabalho, resultantes da globalização e das inovações tecnológicas, é um tema central, evidenciando que os novos postos de trabalho frequentemente não oferecem garantias sociais e trabalhistas.

O texto conclui que a nova ordem internacional do trabalho resulta em uma massa de trabalhadores precários, que são facilmente descartáveis e desprovidos de direitos, ampliando a pobreza e a miséria. A reflexão final sugere que, apesar das transformações no mundo do trabalho, a luta por direitos e

melhores condições laborais deve continuar, em um contexto onde a divisão internacional do trabalho se torna cada vez mais complexa e desigual.

Ramos e Weber (2017), em resumo, ressaltam que a reestruturação do sistema capitalista após a crise de 1974 teve como objetivo recompor a rentabilidade do capital por meio da acumulação flexível e da realocação industrial. Esse processo gerou uma precarização das relações de trabalho, resultado direto da desregulamentação do mercado e da introdução de novas tecnologias, que desvalorizam o trabalho humano. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho não trouxe melhorias significativas nas condições de vida da população, refletindo uma dualidade crescente entre capital e trabalho, especialmente em períodos de crise, que afeta diretamente os direitos da força trabalhadora. A divisão do trabalho, em sua forma capitalista, torna-se um método de exploração que beneficia os capitalistas em detrimento dos trabalhadores, gerando uma nova ordem internacional do trabalho que produz uma massa de trabalhadores precários, exacerbando a pobreza e a exclusão social. Nesse contexto, a luta por direitos trabalhistas se torna ainda mais crucial e deve persistir, enfrentando os desafios impostos pela globalização e pela precarização do trabalho, a fim de garantir condições dignas e justas para todos os trabalhadores.

Por fim, tratando da perspectiva da Geografia do trabalho no Brasil, o artigo, de mesmo nome, escrito por Alexandre Gori Maia, apresenta uma análise detalhada da configuração territorial do mercado de trabalho no Brasil, focando na distribuição das estruturas ocupacionais nos municípios. O autor argumenta que a estrutura ocupacional, que é uma combinação da classe ocupacional e do estrato econômico, desempenha um papel crucial na compreensão do estágio de desenvolvimento socioeconômico e das desigualdades territoriais que caracterizam o país. A pesquisa utiliza dados do Censo Demográfico de 2000, aplicando técnicas estatísticas multivariadas para mapear a distribuição das classes ocupacionais e seus respectivos rendimentos, revelando um quadro complexo de exclusão e desigualdade.

Maia (2009), inicia sua discussão ressaltando que a ocupação das pessoas é um fator fundamental na definição da estrutura de uma sociedade. Ele enfatiza que as ocupações não apenas determinam a renda, mas também estão intimamente ligadas ao prestígio social e ao poder político que os indivíduos exercem. O autor critica a visão simplista que associa desenvolvimento apenas à urbanização, argumentando que muitos municípios rurais, apesar de apresentarem uma estrutura ocupacional predominantemente agrícola, podem exibir indicadores socioeconômicos favoráveis. Essa perspectiva

desafia a ideia de que a urbanização é sinônimo de progresso, destacando a necessidade de uma análise mais nuançada.

A discussão se aprofunda ao abordar a relação entre a estrutura ocupacional e as condições de vida da população. O autor menciona que a desigualdade no Brasil é exacerbada por fatores históricos, como a colonização e a concentração de terras, que perpetuam a exclusão social. Sugere que a análise da estrutura ocupacional pode oferecer novas perspectivas sobre as relações entre espaço e desenvolvimento, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das desigualdades territoriais. Argumenta, ainda, que a configuração do mercado de trabalho é um reflexo das complexas interações entre fatores econômicos, sociais e históricos, e que uma abordagem territorial é essencial para entender as desigualdades no país. Além disso, o texto dialoga com outros estudiosos, como Mills (1979), que enfatiza a importância das ocupações na definição do status social e do poder. Ele destaca que, mesmo dentro de classes ocupacionais relativamente homogêneas, as diferenças distributivas no Brasil são extremas, o que requer uma análise mais detalhada das condições de vida e das oportunidades de cada grupo.

O autor também menciona a necessidade de considerar as especificidades regionais, uma vez que as condições socioeconômicas variam amplamente entre as diferentes partes do Brasil.

O artigo conclui, então, que a configuração do mercado de trabalho é um reflexo das interações complexas entre fatores econômicos, sociais e históricos, e que uma abordagem territorial é essencial para entender as desigualdades no Brasil. O autor propõe que a análise da estrutura ocupacional não apenas ilumina as dinâmicas do mercado de trabalho, mas também oferece insights valiosos sobre as relações sociais e as possibilidades de geração de renda em diferentes contextos regionais. Assim, o autor defende que a compreensão das estruturas ocupacionais é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades e promover um desenvolvimento mais equitativo no Brasil.

Maia (2009) enfatiza que a estrutura ocupacional, que combina a classe ocupacional e o estrato econômico, é crucial para a análise do desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. Essa ocupação não apenas influencia a renda, mas também determina o prestígio social e o poder político dos indivíduos, refletindo a hierarquia social existente. Apesar das semelhanças nas classes ocupacionais, as disparidades socioeconômicas entre os municípios são notáveis e moldadas pela dinâmica econômica local. Surpreendentemente, municípios rurais podem apresentar indicadores socioeconômicos favoráveis, desafiando a noção de que o desenvolvimento é exclusivamente ligado à urbanização.

Enquanto isso, a desigualdade no Brasil é agravada por fatores históricos, como a colonização e a concentração de terras, que perpetuam a exclusão social. Ao analisar a estrutura ocupacional, novas perspectivas emergem sobre as relações entre espaço e desenvolvimento, contribuindo para uma compreensão mais profunda das desigualdades territoriais. Além disso, a configuração do mercado de trabalho reflete interações complexas entre fatores econômicos, sociais e históricos, demandando uma abordagem territorial para elucidar as desigualdades que permeiam o Brasil. Assim, para o autor, por fim, é imperativo considerar essas interconexões ao formular políticas que visem reduzir as desigualdades e promover um desenvolvimento mais equitativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base no ensaio teórico apresentado, que abrange diversas abordagens sobre a relação entre Geografia e Trabalho, é possível concluir que o entendimento do trabalho enquanto fenômeno social, econômico e espacial é crucial para a análise das dinâmicas que moldam o espaço geográfico. A partir da perspectiva de Milton Santos, ficou claro que a divisão territorial do trabalho, por meio da organização espacial das atividades produtivas, desempenha um papel central na transformação da natureza e na configuração dos lugares. Tal

análise ressalta que o trabalho, ao transformar o espaço geográfico, cria hierarquias e desigualdades que refletem diferentes níveis de desenvolvimento.

Por outro lado, a abordagem marxista de Karl Marx evidenciou as relações entre capital, trabalho e lucro, reforçando que a lógica capitalista de exploração da força de trabalho perpetua desigualdades econômicas e sociais. A discussão sobre o espaço urbano, representada por Guimarães e Matos, destacou como as desigualdades socioespaciais são intensificadas no contexto das cidades capitalistas, revelando o papel do Estado e das classes dominantes na manutenção de um modelo de urbanização excludente.

Além disso, a relação entre trabalho e meio ambiente, discutida por Deluiz, Novicki e Oliveira, mostrou que as dinâmicas de produção capitalista têm impacto direto na degradação ambiental, destacando a importância de uma educação crítica que promova uma conscientização sustentável. No contexto da globalização, a análise de Baltar revelou os desafios enfrentados pelo Brasil na busca por um desenvolvimento que integre trabalho decente e justiça social, especialmente em um cenário de precarização e desigualdade.

Por fim, as discussões sobre gênero e raça, representadas por Ferguson, McNally e Alves, enfatizaram a necessidade de incorporar as questões de opressão de gênero e racial nas análises sobre trabalho, uma vez que esses fatores são

fundamentais para a compreensão das dinâmicas de exploração no capitalismo contemporâneo.

O presente ensaio teórico atingiu seu objetivo geral ao discutir a relação entre Geografia e Trabalho, sob diversas óticas, e cumpriu seus objetivos específicos ao explorar as diferentes dimensões do trabalho, como espaço urbano, meio ambiente, globalização, gênero e raça. Os debates levantados reafirmam a importância de integrar esses elementos nas análises geográficas e sociais, evidenciando a interseção entre trabalho, espaço e desigualdade na construção das realidades contemporâneas.

## **AGRADECIMENTOS**

Palavras iniciais: Disciplina Geografia Econômica lecionada pelos autores desta revisão de literatura proveniente do estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências — Programa de Pós-graduação em Geografia.

O livro foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - 88881.083131/2024-01". Bolsa de pós-doutorado - (PIPD).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, maio-ago/2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/>.

Acesso em: 03/09/2024.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1997.

BALTAR, R.. Desenvolvimento, globalização e trabalho decente. **Caderno CRH**, v. 26, n. 67, p. 105–122, jan. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6GKVwXsbBmPyJHZkSJ5Bpsh/a/bstract/?lang=pt>. Acesso em: 02/08/2024.

Belluzzo, R. C. B. (2005). Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. *ETD Educação Temática Digital*, 7(1), 30-50. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-103727>. Acesso em: 10/09/2024.

DELUIZ, Neise; NOVICKI, Victor. **Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**: Implicações para uma proposta de formação crítica, 2017, 8p. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/516>. Acesso em: 06/08/2024.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, n. 29, novembro/2017, p. 23 a 59. Disponível em: [https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02\\_McNally-e-Ferguson\\_2017.pdf](https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02_McNally-e-Ferguson_2017.pdf).

Acesso em: 01/09/2024.

FERNANDES, F. O significado do protesto negro. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.

GUIMARÃES, I. B.. Condições de vida, moradia e trabalho no espaço urbano. Caderno CRH, v. 35, p. e022031, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/50792>.

Acesso em: 10/11/2024.

HARVEY, David. Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista. In: HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 209 - 272.

LIMA, Angela Maria de Sousa. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. **Terra e Cultura**, ano XX, n. 39, p. 32 - 49. Disponível em: [https://web.unifil.br/docs/revista\\_eletronica/terra\\_cultura/39/Terra%20e%20Cultura\\_39-3.pdf](https://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/39/Terra%20e%20Cultura_39-3.pdf). Acesso em: 11/11/2024.

MAIA, Alexandre Gori. Geografia do trabalho no Brasil. **Confin** [Online], n. 6, 2009, p. 1 - 21. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confin/5950>. Acesso em: 15/12/2024.

MARTINS, T. C. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. Revista Temporalis, Brasília, ano 14, n. 28, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p113-132>. Acesso em: 28/12/2024.

MARX, Karl. Caderno I.II. Ganho do Capital. In: MARX, Karl. **Manuscritos Econômico- Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 40 – 47.

MATOS, Deivi Ferreira da Silva. Espaço Urbano e Luta de Classe: os rebatimentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018, p. 1 - 14.

Disponível em:  
<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22743/15206>.  
Acesso em: 02/01/2025.

MÉSZÁROS, I. The challenge of sustainable development and the culture of substantive equality. *Monthly Review*, v.53, n. 7, Dec. 2001. Disponível em:  
<https://monthlyreview.org/2001/12/01/the-challenge-of-sustainable-development-and-the-culture-of-substantive-equality/> Acesso em: 12/01/2025.

MILLS, W. A nova classe média. Tradução de Vera Borda. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

OLIVEIRA, Grazielle Rodrigues de. Implicações da globalização no desenvolvimento socioeconômico e na sustentabilidade ambiental. **Revista Orbis Latina**, v. 8, n. 2, Julho – Dezembro/2018, p. 97 – 104. Disponível em:  
<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1368/1355>.  
Acesso em: 20/01/2025.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 347-355, ago. 2010. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/sn/a/SHBvQFnZdz4qbnxdZpTFYDw/>  
Acesso em: 22/01/2025.

RAMOS, Ângelo Felipe Zuchetto; WEBER, Josnei Machry. Nova divisão internacional do trabalho e terceirização: da centralidade da categoria trabalho à flexibilização dos direitos dos trabalhadores. **Anais do VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional**, 2017, p. 1 - 16. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/348825073\\_Nova\\_Divisao\\_Internacional\\_do\\_Trabalho\\_e\\_terceirizacao\\_da\\_centralida](https://www.researchgate.net/publication/348825073_Nova_Divisao_Internacional_do_Trabalho_e_terceirizacao_da_centralida)

de da categoria trabalho a flexibilizacao dos direitos dos trabalhadores. Acesso em: 24/01/2025.

SANTOS, Milton. Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho. In: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. P. 84 – 91. Disponível em: <https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf>. Acesso em: 24/12/2024.

SANTOS NETO, A. B. Capital e trabalho na formação econômica do Brasil. São Paulo: Instituto Lukács, 2015. Disponível em: <https://arturbispo.com/2020/07/09/capital-e-trabalho-na-formacao-economica-do-brasil/>. Acesso em: 12/12/2024.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz**

Discente de Residência pós-doutoral em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2024) - Supervisionado pelo Prof. Dr. Ricardo Alexandrino Garcia e Universidad Nacional de La Matanza - Argentina (2025) - Supervisionado pelo Prof. Dr. Martin Díaz - Bolsista Programa Institucional de Pós-Doutorado - PIPD Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Doutor em Geografia (Geografia Aplicada e Geotecnologias) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2024) - Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (2019 a 2024). Mestre em Geografia (Geografia e Relações de Poder) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2019), Graduação em Geografia - Ênfase em Sistemas de Informações Geográficas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) (2008). Atualmente é pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Resíduos Sólidos - (UEMG) e do Laboratório de Estudos Territoriais (LESTE/IGC/UFMG) - Geografia Aplicada. Interesse de investigação: Rede de reciclagem, cadeia globais, circuitos da economia urbana, produção social do trabalho, narrativas do poder e espaço, políticas públicas de coleta seletiva, gestão

integrada de resíduos sólidos, tecnologias sociais para gestão integrada de resíduos sólidos, economia do conhecimento, plataformas digitais. Responsável pelo desenvolvimento e implantação do software de gestão de cooperativas CATAsig, Placar da reciclagem e por ministrar cursos, palestras, capacitações em várias cooperativas de catadores no estado da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. E-mail: [uilmer@ufmg.br](mailto:uilmer@ufmg.br)

### **Ricardo Alexandrino Garcia**

Professor associado do departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) possui uma trajetória notável no campo acadêmico. Desde 2010, ele tem liderado com excelência o Laboratório de Estudos Territoriais (LESTE/IGC/UFMG), demonstrando seu compromisso com a pesquisa e o ensino de alta qualidade; desempenhou papéis de destaque ao longo de sua carreira, tais como coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia (UFMG), tanto no período entre 2015 e 2019, quanto atualmente. Estendeu sua influência ao programa de Pós-graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais (UFMG), onde exerceu a função de subcoordenador em dois mandatos: de 2013 a 2015 e novamente de 2022 a 2023. Sua dedicação à área administrativa

é evidenciada por seu papel como sub-chefe do departamento de Geografia no biênio 2014-2015 e como diretor do prestigioso Instituto Casa da Glória (Eschwege) de 2010 a 2013, todas essas posições vinculadas ao IGC/UFMG. Exerce considerável dedicação como editor chefe do periódico Cadernos do Leste (1679-5806), reforçando seu comprometimento com a disseminação do conhecimento científico. Com uma formação sólida que inclui pós-doutorado em Geografia (2009), mestrado (2000) e doutorado (2002) em Demografia pela UFMG, além de graduação em Psicologia (1995) pela USP, é um especialista versátil. Sua expertise abrange diversas áreas, como geografia regional, métodos de análise regional, desenvolvimento econômico, geografia aplicada, distribuição espacial das atividades econômicas, regionalização, teoria e métodos quantitativos, modelos estocásticos, multivariados e espaciais, modelagem de sistemas, geoprocessamento e modelos espacialmente explícitos, projeção populacional e distribuição espacial da população, movimentos populacionais e migração. É o líder do grupo de pesquisa em Geografia Aplicada (CNPq) e tem atuado na orientação e publicação de diversos trabalhos acadêmicos nas áreas da Geografia Econômica, Geografia da Saúde, Planejamento Urbano e Regional, Ciências Ambientais e Demografia.



**O livro foi realizado com apoio da Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil  
(CAPES) - Código de Financiamento 001 -  
88881.083131/2024-01". Bolsa de pós-doutorado - (PIPD).**